

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: UMA CRÍTICA A RICARDO ANTUNES

Gabriel Baesso de Alcantara

**Florianópolis
2011**

GABRIEL BAESSO DE ALCANTARA

TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: UMA CRÍTICA A RICARDO ANTUNES

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado

Orientador: Nildo Domingos Ouriques

**FLORIANÓPOLIS
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota _____ ao aluno Gabriel Baesso de Alcantara na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Prof^a. Dra. Mónica Salomón González

Prof^a. Dra. Karine de Souza Silva

A meus pais e irmãs, com amor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a todos os meus amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este trabalho se transformasse em papel e tinta – sejam eles os utilizados na impressão da monografia ou do diploma! Então, aí incluídos estão meus pais, meus primeiros amigos, que sempre estimularam que eu seguisse os meus projetos, que valorizasse as minhas escolhas, numa bonita demonstração de confiança na minha capacidade em ter apreendido tudo o que eles tinham me ensinado com palavras ou com seu exemplo. Agradeço às minhas irmãs, amigas igualmente, cujo dom de mostrar-me o quanto a vida é mais importante que os estudos me foi sempre presente, possibilitaram que eu aprendesse a medir meus esforços na difícil dialética entre saber e fazer. Um especial obrigado é devido ao meu orientador que, em poucas reuniões que tivemos, soube captar claramente o que eu estava fazendo, indicando o caminho a seguir, do qual eu pude tirar importantes respostas para os objetivos da monografia, e também para dúvidas que eu nem imaginava ter. Sua compreensão e senso de humor também me foram úteis e agradáveis, como quando me disse que eu parecia estar morrendo, devido à ansiedade e preocupação que demonstrei numa conversa, o que me animou instantaneamente, pois vi que o trabalho ia bem. Queria agradecer profundamente a Alfredo Coli, amigo e irmão, que sempre esteve do meu lado – às vezes mais do meu lado do que eu mesmo – e que me ensinou o valor da amizade, da reflexão cotidiana, do bom humor e da conversa franca. Ao Paulinho, ao André, à Má, à Lu, ao Palmi, ao Dan, à Dani, à Carlinha, eu agradeço, com saudades, por todos os momentos especiais que com eles passei, tendo cada um sua característica, sua forma de incentivar, de demonstrar carinho e amizade, de me abrir os olhos.

Em segundo lugar, agradeço à UFSC, ao corpo docente que ajudou na minha formação, especialmente à professora Patrícia, ao professor Silvio e ao professor Hoyêdo, aos funcionários que para mim sempre foram simpáticos e solícitos, e aos demais colegas com quem aprendi algo de novo e útil.

Obrigado!

RESUMO

ALCANTARA, Gabriel Baesso de. **Teoria Marxista da Dependência**: uma crítica a Ricardo Antunes. Florianópolis, 2011. 113 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

Com a categoria *superexploração do trabalho* tornou-se possível explicar o fundamento da existência de países que, desde a conformação do sistema capitalista em escala mundial, são subordinados e dependentes a outros países, o que implica, aos primeiros, severos problemas sociais. Estes países se diferenciam, justamente, pela forma de acumulação de capital que cada um utiliza. Se exploração e superexploração fossem a mesma coisa variada quantitativamente, não engendrariam formações econômicas qualitativamente distintas. A diferença entre elas está na lei do valor: a primeira a obedece, a segunda não. A primeira é característica dos países dominantes, a segunda, dos dominados.

Além disso, para se compreender a importância deste conceito, necessária é uma determinada concepção de realidade, que a considera como totalidade histórico-concreta, a qual induz o movimento das partes, mas é também por elas constituída, que a considera uma unidade dialética entre essência e aparência, que a considera obra da *práxis* da humanidade.

Quando se utiliza o conceito de forma distorcida – diferentemente do modo como o fez a teoria marxista da dependência – a análise perde o rigor, ganha lacunas e ajuda a encobrir mais ainda os progressos do pensamento crítico latino-americano, conjuntamente à onda neoliberal que varre nosso continente. Este é o caso do uso que dele faz Ricardo Antunes.

Este, ao se propor explicar, através da superexploração do trabalho, os motivos das greves metalúrgicas de 1978-80, boicota a teoria marxista da dependência, particularmente a obra de Ruy Mauro Marini, e não consegue dar-nos uma contextualização convincente e coerente dos caminhos pelos quais o capitalismo brasileiro chegou àquela situação. O conceito é esfacelado, a compreensão, perdida.

Em outras obras, tampouco Antunes reconhece a origem e o conteúdo do conceito de que se utiliza, penalizando-as com debilidades facilmente resolvidas caso o conceito seja utilizado conforme Marini o fez.

Palavras-chave: superexploração do trabalho, dependência, Ricardo Antunes, pensamento crítico latino-americano, Ruy Mauro Marini.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	9
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	10
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
2 METODOLOGIA	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	17
3.1 BREVE HISTÓRIA DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	26
4 A CENTRALIDADE DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO	30
4.1 APROXIMAÇÃO TEÓRICO-PRIMÁRIA DA SUPEREXPLORAÇÃO.....	31
4.1.1 <i>O Núcleo do Conceito</i>	31
4.1.2 <i>Superexploração do Trabalho, Mais-Valia Absoluta e Relativa</i>	36
4.2 DESDOBRANDO O ALCANCE DO CONCEITO.....	40
4.2.1 <i>Superexploração do Trabalho e Dependência</i>	42
4.2.2 <i>Desenvolvimento da Dependência e da Superexploração</i>	51
4.2.2.1 Superexploração e aumento da produtividade.....	56
4.2.2.2 Superexploração e recrudescimento da transferência de valor.....	58
4.2.2.3 Superexploração e ciclo do capital na economia dependente.....	61
4.3 CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES.....	70
5 CRÍTICA A RICARDO ANTUNES	73
5.1 DESMANTELANDO UM CONCEITO: PREJUÍZOS.....	74
5.2 A QUE HERANÇA SE RENUNCIOU?.....	100
6 CONCLUSÕES	104
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA

O tema da presente monografia é a superexploração do trabalho. Ponto culminante de um ardoroso esforço para a compreensão da realidade latino-americana, a descoberta dos mecanismos que lhe engendram, submetendo a maioria da população da Pátria Grande a uma vida precária – reflexo das condições subumanas que vivencia da atividade laboral, trouxe respostas a muitas questões referidas a esta miséria, e veio colocar outras.

A própria utilização do termo *superexploração* gerou controvérsia, confusões e esforços deliberados para ridicularizar a ela e à corrente teórica que a sustentava: a teoria marxista da dependência. De repente, para alguns críticos, a realidade evaporou-se: premente era mesmo provar o suposto erro teórico, independentemente dos fatos objetivos. Para outros, importante era criticar rapidamente, sem o esforço de informar-se cautelosamente sobre o objeto da crítica, como bem nos demonstrou Bamberger em sua obra *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Mas o problema continuava a mirar-nos de frente, chamando nossa atenção: a miséria parece ter este poder de atrair e repelir, simultaneamente.

A avalanche neoliberal dos anos 1980 e 1990 tratou de abafar a discussão sobre a dependência, empenhou-se em renovar de neologismos as ciências sociais, e os países dependentes, por mágica da palavra inventada e repetida, tornaram-se países emergentes, a caminho seguro do desenvolvimento, à imagem e semelhança dos países ricos. A Academia modernizou-se, no intuito de acompanhar as transformações do mercado, e a teoria marxista da dependência, juntamente com a utilização da categoria superexploração do trabalho, foi marginalizada. Não foi refutada, não foi superada: foi sendo esquecida, simplesmente.¹

¹ “Ocorre que as escolas de pensamento crítico da região não são, em geral, superadas, senão, simplesmente abandonadas. Daí que não ocorra uma superação à nível da teoria senão a imposição de modas intelectuais que pouco contribuem à formação de um pensamento próprio que responda aos grandes desafios teórico-políticos que impõe nossa rebelde realidade” (OURIQUES, 1990, pág. 47, grifos do autor, tradução livre).

Mas lá está o mesmo problema, inexorável: a miséria das massas latino-americanas. Sua causa foi compreendida quando se tornaram claras as transformações ocorridas em nossos países, na sua integração ao mercado mundial, no contato com nações mais poderosas e desenvolvidas. A superexploração do trabalho nasceu neste momento. Não eliminadas suas raízes, ela ainda nos rodeia, travestida de miséria e sofrimento.

Mas a categoria *superexploração do trabalho* tem o mérito mais imediato de descrever uma exploração excessiva, visto que os trabalhadores dos países dominantes vivem em melhores condições e nem por isso escapam à exploração do capital. São eles explorados, enquanto os trabalhadores da América Latina são superexplorados. Devido a isto, o termo não foi abandonado por completo, mas seguiu povoando textos, descrevendo a miséria do trabalho nos países “emergentes”.

Sem o devido fundamento, o termo vem sendo empregado há anos por um importante sociólogo brasileiro, estudioso do “mundo do trabalho”: Ricardo Antunes. Aqui entra o problema deste trabalho, que é o seguinte: qual o erro cometido por Antunes ao empregar o termo *superexploração*, e como tal erro compromete suas análises a respeito do capitalismo no Brasil? Para responder a estas questões, será necessário um embasamento teórico que explicita a superexploração do trabalho, suas causas e conseqüências, diante do qual será perceptível o empobrecimento que sofreu o conceito nas análises de Antunes.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

O objetivo geral do presente trabalho é analisar, com base na teoria marxista da dependência e sob um ponto de vista crítico, a concepção que Ricardo Antunes tem a respeito do fenômeno da superexploração do trabalho.

1.2.2 Específicos

Necessários à consecução do objetivo geral, os objetivos específicos visam dar clareza ao debate acerca da superexploração do trabalho. São eles:

- i. Indicar a concepção de realidade que torna possível a apreensão do integral significado e importância do fenômeno-tema do presente trabalho.
- ii. Desenvolver teoricamente o conceito da superexploração do trabalho, apontando sua singularidade, através do que se chamou seu núcleo, para poder demonstrar a clareza com que se delinea o fenômeno por ela descrito, observado na prática.
- iii. Esclarecer a relação que a superexploração tem com as categorias de mais-valia relativa e mais-valia absoluta, visto as confusões existentes a este respeito.
- iv. Indicar a gênese do fenômeno na História e seu desenvolvimento em estreito paralelismo com o desenvolvimento do fenômeno da dependência.
- v. Introduzir o debate acerca dos prejuízos que a utilização descuidada do conceito *superexploração*, nascido de uma das mais ricas correntes teóricas autenticamente latino-americanas, pode acarretar ao desenvolvimento das Ciências Sociais deste continente, tendo em conta a sua já frágil situação, devida ao avanço incontrolável das teorias liberais importadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa é justificada por ajudar a manter vivo o debate acerca da dependência e da superexploração do trabalho, temas profundamente desenvolvidos por pesquisadores latino-americanos comprometidos com a emancipação do continente do jugo econômico em relação aos países avançados, que disseminam correntes teóricas de acordo com seus interesses exclusivos. Ou

seja, contribuir para a sobrevivência do pensamento crítico latino-americano na Universidade – que é aquele capaz de guiar uma prática libertadora. Além disso, este trabalho provocará algumas questões que podem contribuir com o desenvolvimento da Ciência Social no país, entre as quais a seguinte: por que motivo um renomado sociólogo brasileiro, pesquisador das relações de produção no mundo, recusaria a riqueza explicativa de um conceito que utiliza, desconsiderando sua origem – embora a reconheça, em um pequeno e recente texto, como será visto – e comprometendo inclusive a qualidade de seu próprio trabalho?

2 METODOLOGIA

Antes que se parta ao deslindamento do conceito superexploração como representação espiritual de um fenômeno histórico e concreto específico que atinge as economias dependentes, para a posterior crítica à utilização do mesmo por Ricardo Antunes, é necessário explicitar os fundamentos teórico-metodológicos em que estas duas etapas do presente trabalho se baseiam.

Além de clarear o chão em que se pisou para a consecução teórica dos objetivos indicados, a introdução do referencial teórico-metodológico servirá para mostrar, antes de tudo, que o fenômeno estudado só é compreensível através de uma determinada concepção da realidade. Ou seja, tal referencial indica não só o caminho teórico que foi percorrido, mas a concepção mesma de realidade da qual se partiu para a apreensão intelectual do fenômeno. Portanto, muito mais do que um simples quadro abstrato no qual se pendurou a superexploração do trabalho como “coisa” a ser explicada de acordo com categorias pré-definidas, o referencial teórico-metodológico, como parte indispensável do todo que representa este trabalho, tendo sido buscado na concepção materialista da história, *representa* (ou seja, é uma representação intelectual) o quadro real do qual se deduz a superexploração, vale dizer, a realidade do sistema capitalista como totalidade histórica, à partir da qual o fenômeno pode ser explicado de acordo com as categorias definidas não *a priori*, mas durante o movimento de compreender-se tal realidade como realidade em movimento.

Desta forma, serão analisadas as categorias: movimento, parte e totalidade, essência e pseudoconcreticidade, estrutura econômica e fator econômico, que colocarão as bases para a compreensão da possibilidade da existência da superexploração como fenômeno *qualitativamente* distinto da exploração, e da sua *necessária* existência nos países dependentes, no marco da complementaridade existente entre estes e os assim chamados desenvolvidos, em contraposição à noção altamente ideológica de que os primeiros estejam em alguma etapa que ruma para sua transformação à semelhança dos segundos. Além disso, as categorias indicadas respaldarão a crítica a Ricardo Antunes.

Conjuntamente ao referencial teórico, será exposto brevemente o surgimento da teoria marxista da dependência e sua importância para a compreensão da realidade latino-americana.

Após este primeiro momento, passa-se ao desvendamento de alguns dos principais pontos de vista que constituem, em conjunto, uma explicação suficientemente aprofundada – de acordo com os objetivos deste trabalho – do que é a superexploração do trabalho, do que efetivamente significa, no marco do sistema capitalista. Então, tendo em vista já preparar o terreno para a crítica do capítulo quinto, o conceito será submetido primeiramente a uma análise conceitual e teórica, desvinculado, na medida do possível, da realidade. Nesta seção, portanto, será explicada a singularidade teórica do conceito, que corresponde ao que se chamou de “núcleo” do mesmo e, depois, a superexploração terá explicada a posição que ocupa no quadro teórico de *O Capital* referente às duas formas de mais-valia – absoluta e relativa.

O escopo da seção seguinte é trazer a realidade histórica da fração do mundo que se convencionou chamar de subdesenvolvido para a análise da superexploração que, agora, mais que um conceito, deverá ser vista como categoria histórica. Será utilizado o caso da América Latina, mais especificamente do Brasil, visto que foi nesta que surgiu o conceito, no âmbito da teoria marxista da dependência, e considerando que se trata da realidade mais acessível tanto para a análise da superexploração quanto para a crítica. Neste momento se fará uma breve exposição da conjuntura em que surgiu a superexploração como forma específica de acumulação de capital, ou seja, da economia latino-americana durante sua fase agro-exportadora em sua relação comercial com os países industriais do outro lado do Atlântico. Aqui já será visível a impossibilidade de explicar a realidade da superexploração sem que se recorra à função exercida pelos países que a utilizam no sistema capitalista como uma totalidade histórica que se vai criando ao movimento dialético das partes que a compõem, e destas com o todo. Do mesmo modo, restará óbvio que as implicações da utilização da superexploração transcendem em muito a situação a que são submetidos os trabalhadores, e funcionam, no seio das economias dependentes, como um mecanismo que as arrasta na direção em que a única maneira de se continuar acumulando capital é reforçando a superexploração.

A seção seguinte tratará do desenvolvimento econômico, ou melhor, do desenvolvimento da indústria nos países dependentes, e demonstrará que, junto a ela, desenvolveram-se tanto a dependência quanto a própria superexploração. Esta continuará sendo o eixo de toda a exposição, pois é através dela – e somente dela – que se pode compreender plenamente as peculiaridades mais marcantes que o processo de industrialização apresentou nos países dependentes.

Esta seção foi dividida em três subseções, cada qual responsável por explicar um ângulo particular de porque o desenvolvimento da indústria teve por resultado o aumento da superexploração. Então, a primeira tratará de colocar brevemente a relação íntima que tem o aumento da produtividade do trabalho com o aumento da intensidade do mesmo. Foi analisada à parte, pois a melhoria das condições de trabalho devido ao aumento da produtividade é a interpretação do senso comum, enquanto que a realidade se mostra bem menos agradável. A segunda demonstrará que a transferência de valor dos países dependentes aos avançados, que foi o primeiro fator que pôs a necessidade da superexploração, só se fez complexar e aumentar com o advento da indústria, o que serviu para fetichizá-lo ainda mais, para acobertá-lo. A terceira, por fim, tratará do ciclo do capital na economia industrial dependente, da interação que existe entre os setores durante as fases deste, que, ao estar fundamentado na superexploração do trabalho, tem ela mesma por resultado. Poder-se-ia, com efeito, incluir aqui as duas subseções anteriores, pois que se relacionam diretamente com o ciclo do capital, mas, preferiu-se, como se pode notar, separar o fenômeno em tantas partes quanto possível, sem se perder em minuciosidades e estender muito o presente trabalho, para explicitar as múltiplas determinações a que a superexploração está submetida. Tem-se a certeza de que, desta forma, o fenômeno fica mais claro, pois “a característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo” (KOSIK, 1976, pág. 18).

As considerações complementares deste capítulo tratarão de responder sucintamente a algumas dúvidas que surgem quanto à utilização do conceito superexploração do trabalho de acordo com o desenvolvimento da economia capitalista na contemporaneidade. Será notado que o conceito, muito longe de ser anacrônico, é extremamente atual, e nomeia um fato real, concreto, que ainda define as economias dependentes.

O último capítulo do desenvolvimento realizará a crítica à utilização indevida que Ricardo Antunes faz, em diversas de suas obras, do conceito superexploração. Será demonstrado que para definir uma situação de *maior exploração*, ao se propor utilizar um conceito que já tinha bem definido um significado próprio, diverso do conceito de exploração, dentro de um quadro teórico específico, Antunes consegue arrancar o conceito da realidade que ele explica, reduzi-lo a uma mera situação conjuntural específica de um país – o Brasil, durante uma fase específica de sua história – o desenvolvimento industrial durante a ditadura até o dia em que, através de uma política econômica, ele seja eliminado da realidade; consegue, outrossim, interpretá-lo sem o recurso necessário da categoria de totalidade (a que ele se refere na análise de outros problemas), e gira em torno da sua forma fenomênica.

3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A realidade humano-social, assim como a natural, não pode ser conhecida por completo se apenas contemplada – ela deve ser desvendada. Isto ocorre porque a realidade não se apresenta integralmente ao homem à primeira vista. Ela se apresenta como pseudoconcreticidade, como forma fenomênica, e a sua essência permanece escondida, até que o homem empreenda uma atividade para atingi-la. As atividades existentes para tal fim são a ciência e a filosofia. Marx já havia dito que “toda ciência seria supérflua se a forma fenomênica e a essência coincidissem diretamente” (MARX, *apud* KOSIK, 1976, pág. 17).

A pseudoconcreticidade dos fenômenos observados pelos homens na sua vida cotidiana é interpretada por estes como sendo a “coisa em si”, como sendo realidade, a própria essência do fenômeno e tais homens se movem tão fácil e automaticamente neste mundo, nele resolvem seus problemas, empreendem suas relações sociais, trabalham, estudam, vivem, enfim, que não se dão conta que o que vêem é apenas uma fração da realidade, a fração que não conduz à compreensão, pois esta só é atingida através da descoberta da relação dialética entre essência do fenômeno e aparência do fenômeno (KOSIK, 1976).

A essência não é a realidade e a forma fenomênica não é ilusão. Pelo contrário, ambas, em unidade, constituem a realidade em si, a qual só pode ser compreendida, portanto, pela observação do fenômeno *juntamente com* a descoberta de sua essência. A observação do fenômeno, se feita isoladamente, resulta na pseudoconcreticidade, na ilusão de que se compreendeu a realidade, numa pretensa independência do fenômeno. Segundo Kosik (1976), só se pode atingir o verdadeiro conhecimento se se destruir esta pretensa independência, provando o caráter derivado do fenômeno. Ao mesmo tempo em que é um obstáculo à compreensão da essência, a forma fenomênica, como manifestação da essência do fenômeno, é o único caminho pelo qual, com o concurso da ciência ou da filosofia, se pode atingi-la (KOSIK, 1976).

A compreensão da essência do fenômeno é a compreensão da lei de seu movimento, que se manifesta em sua forma fenomênica em fases, partes isoladas, as quais só são compreensíveis se explicarem a “coisa em si”, e não apenas se

explicarem a si mesmas. A explicação da parte por si mesma leva ao conhecimento reificado, em que a parte se mostra como fixa, natural e original, enquanto que a ascensão à essência do fenômeno que a absorve demonstra a sua transitoriedade, mostra-a “como sedimento e produto da *práxis* social da humanidade” (KOSIK, 1976, pág. 21).

Será buscada, no capítulo quarto, a essência da superexploração do trabalho, a lei de seu movimento, e, pela natureza desta lei, restará explicada, também, a essência do subdesenvolvimento, ou melhor, da dependência que sofrem a maioria dos países do mundo em relação a uns poucos, desenvolvidos. Essa simultaneidade em que, ao se explicar a superexploração também se explica a dependência, não foi uma escolha arbitrária, um mero posicionamento teórico ou metodológico. A compreensão objetiva da realidade dos países dependentes e de sua função no sistema capitalista mundial *requer necessariamente* a compreensão da superexploração do trabalho e, para a compreensão desta, é indispensável que se lhe veja inserida na realidade histórica da dependência, pois ambos os fenômenos constituem um par dialético; inseparáveis, portanto.

A consciência de que a realidade não se apresenta à contemplação passiva em sua totalidade, mas como forma fenomênica, é o primeiro passo para que se possa buscar a essência do fenômeno, integrando, assim, os dois aspectos em que a realidade se realiza: essência e aparência, em contínuo movimento, em contínuo fazer-se. Quando se atinge a essência da realidade-social, chega-se à conclusão última de que é o homem que a produz, em sua *práxis* (na qual se vê criador da realidade, sendo-o) ou *práxis* fetichizada (na qual se vê criador da realidade, sendo, entretanto, mero instrumento do movimento reificado dos objetos), abrindo-se, assim, a possibilidade de sua transformação que, tendo o homem por sujeito e também objeto, é transformação revolucionária (KOSIK, 1976, pág. 23). Além de possibilitar a compreensão da essência do fenômeno (e, assim, da realidade), portanto, a consciência de que a realidade *se apresenta* cindida em aparência e essência é também um primeiro passo para a transformação da realidade, pois que direciona a análise para o entendimento de que a essência do fenômeno, seu movimento, é diretamente vinculada à *práxis* da humanidade.

Cada tentativa de compreensão da realidade social é baseada, portanto, e em primeiro lugar, na consciência de que a forma fenomênica é insuficiente, de que

o máximo que se pode atingir sem sair do seu âmbito é a sistematização das representações comuns – o que não equivale à ciência, pois não busca a verdade. No âmbito das “ciências econômicas”, a sistematização das representações comuns, quer dizer, a organização sistemática das idéias que os homens têm sobre a economia, a descoberta de uma série de relações que têm as formas fenomênicas entre si, a autonomia do movimento das coisas e sua influência recíproca e sem mediação do homem, a criação da demanda pela oferta, da inflação pela expansão monetária, do “investimento” pela alçada dos juros, e assim por diante; essas manifestações intelectuais muitas vezes sofisticadas da apreensão do movimento das formas fenomênicas, presentes na macroeconomia, na microeconomia, na economia de empresas, na economia internacional, na economia marxista dogmática, etc., embora sejam úteis tanto para a reprodução do sistema quanto para a compreensão do sistema (pois explicam partes do todo, representam claramente a aparência, pré-requisito de se atingir a essência dos fenômenos) e, portanto, para a existência da Ciência Econômica, não são ciência. Se não estão a serviço do capital e, assim, da apologética ao sistema, então podem *fazer parte* da ciência, como um momento da explicação de partes que constituem o todo, mas só serão ciência na medida em que, a partir delas, se possa compreender o próprio todo, o que só é factível pela compreensão da essência dos fenômenos que o constituem, que, no caso da realidade social (como todo) está referida (a essência) sempre ao ser humano como ser prático-espiritual, criador e criatura de si mesmo.

A consciência de que é necessário um esforço prático-analítico para se atingir a essência de um fenômeno é que dá partida às atividades da ciência.

No início destas, joga outro fator que acaba conduzindo todo seu percurso e que, frequentemente, passa despercebido do cientista social: a concepção que se tem da realidade. Sobre as diversas concepções se erigem as várias correntes nas ciências sociais: o positivismo, nascido no século XVII, por exemplo, pregava que a realidade social era regida por leis tão fixas e imutáveis quanto as leis da física. Esta noção tem como consequência inevitável a conclusão de que nada podem os homens fazer para mudar sua realidade, bastando aceitá-la; e, desta forma, o positivismo não pode pretender outra função política que a apologética ao sistema, ou seja, é uma corrente da ciência social conservadora, para não dizer ideológica (LÖWY, 2010).

O historicismo, por sua vez, também se desenvolve a partir de uma determinada concepção de realidade: qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico, e, assim, transitório. Embora consistisse um grande avanço em relação ao positivismo, o historicismo não conseguiu romper com o relativismo com que considerava as possibilidades de conhecer a realidade, uma vez que apreendeu que o próprio conhecimento é histórico, e, assim, o sujeito que o produz – o que é correto –, não havendo, portanto, a chance de se atingir um conhecimento objetivo da realidade como um todo (o que é errado, é uma concepção distorcida da realidade), visto que a realidade é infinita, infinitos são seus aspectos e inter-relações e muitos podem ser os pontos de vista históricos a respeito de um mesmo objeto. O resultado dos esforços historicistas para enfrentar esta dificuldade em se conhecer a realidade social foi o recurso ao ecletismo, a tentativa de sintetizar os diversos pontos de vista, por mais contraditórios que fossem, e, assim, supostamente aproximar-se do conhecimento objetivo (LÖWY, 2010).

A concepção de realidade determina, portanto, as questões que se levantarão para a solução de um determinado problema, o percurso da investigação e, ainda, os próprios limites dela.

Com base em que concepção da realidade se pode chegar à compreensão da superexploração do trabalho? Esta é a pergunta que permite indicar por que motivo foi escolhido o referencial teórico-metodológico marxista para a consecução desta monografia. Obviamente, o fato de o conceito ter nascido dentro da teoria marxista da dependência predeterminou o seu estudo a partir desta teoria; contudo, uma análise mais aprofundada das questões metodológicas envolvidas demonstrou que é a economia política marxista a teoria que pode deduzir teoricamente as mais importantes implicações a que o fenômeno histórico da superexploração conduz.

A categoria da totalidade exprime o aspecto mais importante da concepção da realidade pela qual atingimos a compreensão da superexploração do trabalho. “Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, pág. 44, grifos do autor). Sendo as partes elementos constituintes deste todo orgânico, delas não se pode prescindir, a título de abstrair da realidade somente o todo, como síntese das partes e, portanto, único elemento que importa. Um todo assim interpretado, sendo vazio e inerte, seria

uma idealização da realidade, uma realidade supra-histórica, ou supra-material, independente da movimentação das partes. A totalidade só pode ser realmente compreendida se se observar que cada fenômeno, cada fato é determinado por ela e a determina, sob seu aspecto. A interação das partes segundo uma lei é o que constitui o todo que, entretanto, tem uma realidade diversa da mera soma daquelas, pois tem um caráter estrutural (existência de hierarquia entre fatos, entre infra e superestrutura), genético-dinâmico (o todo é criado e recriado pela interação das partes e pela influência que exerce ele sobre as partes, e é unidade de contradições) e vertical (as partes que constituem o todo não perdem sua dimensão dialética, a relação entre fenômeno e essência) (KOSIK, 1976).

Os fenômenos sociais, tais qual a superexploração do trabalho, não podem ser compreendidos como fatos históricos se não se deduz sua relação com o todo. Nesta dedução, os fenômenos sociais demonstram sua dupla função: eles explicam a si próprios e, ao mesmo tempo, explicam o todo. Mostram-se como produtos da realidade social e, também, como produtores dela. Explicitam, portanto, o caráter dialético existente entre todo e parte, delatando o erro em que cai a idealização do todo mediante o desprezo pelas partes.

O caráter estrutural do todo, sua concepção como base e superestrutura em movimento, desenvolvimento e unidade de contradições, é que permite superar o relativismo do historicismo, pois hierarquiza os fatos segundo “a riqueza e essencialidade com que eles completam e ao mesmo tempo refletem a realidade. *Por esta razão* é possível que um fato deponha mais que um outro [... o que] resulta do conteúdo objetivo dos fatos isolados (KOSIK, 1976, pág. 54, grifos do autor). Assim, evita-se a confusão em se considerar todos os fatos em pé de igualdade, em tentar sintetizar uma miscelânea de fatos aparentemente homogêneos, e, então, é possível descobrir quais são os fenômenos essenciais e determinantes, quais são os acessórios e qual o lugar de cada fato novo que surge.

Do caráter genético-dinâmico da totalidade se pode deduzir que o real não é somente a soma das relações entre os fatos, mesmo que sejam hierarquizados pela sua essencialidade: o todo é, também, sua *criação* como todo: “no pensamento dialético o real é entendido e representado como um todo que não é *apenas* um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua *criação*, estrutura e gênese” (KOSIK, 1976, pág. 51, grifos do autor). Tal afirmativa significa que a

realidade é um processo dinâmico, em constante criação de si mesma pela mediação das partes que a compõem.

A categoria da totalidade pode ser aplicada a um mesmo fenômeno através de diversos prismas, nos quais as partes formam uma estrutura definida e orgânica: passível, portanto, de sua definição como todo. A superexploração, por exemplo, será tratada sob dois pontos de vista diferentes, neste trabalho. O primeiro é sua função como parte do sistema capitalista de produção integrado pelas economias nacionais, cada uma com seu particular desenvolvimento das forças produtivas, cada uma complementando as outras, em interação dinâmica.

A noção de que as economias subdesenvolvidas são complementares às economias capitalistas avançadas e que, juntas, formam a economia capitalista mundial em sua totalidade histórico-concreta, remonta à Rosa Luxemburgo, à sua obra *A acumulação de capital*, de 1912. Sobre a totalidade no contexto da obra de Luxemburgo, Silva (1978, pág. 238), explica que

Colocar a questão sobre a totalidade da sociedade significa incluir nela [...] o mundo colonial e semicolonial, como elementos complementares do mundo capitalista desenvolvido da época. Tal colocação obriga, não somente reconsiderar as condições deste desenvolvimento, mas também os *efeitos gerados pelo sistema de relações internacionais entre uns e outros sobre as estruturas e comportamento histórico dos países atrasados*. Em outras palavras, implica colocar a questão do sistema capitalista como totalidade integrada por dois pólos historicamente inseparáveis (grifos de G.B.A., tradução livre).

Será visto que sem este juízo não há compreensão da superexploração do trabalho como fato histórico. Se não se considera que as relações entre países de estruturas econômicas desiguais devem, necessariamente, dar-se de forma desigual, na qual o país mais avançado, por suas vantagens tecnológicas e produtivas, condiciona os países mais débeis a lhe atenderem as necessidades, ou seja, a serem, de certa forma, um complemento seu, então não se pode explicar a superexploração do trabalho, nem como fenômeno distinto da exploração, nem como fenômeno necessário no âmbito das possibilidades de acumulação de capital nos países dependentes. Marini (2000b, pág. 106), colocou claramente esta problemática, do ponto de vista da economia dependente:

O que seria necessário dizer é que, ainda quando realmente se trate de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu

funcionamento, não poderá nunca se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas consideradas avançadas. É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplamos tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional.

O outro ponto de vista da totalidade que engloba a superexploração é a do ciclo do capital dentro da economia dependente. A superexploração, como momento deste ciclo, determina-o e é por ele condicionada: ela cria um ciclo de capital particular e, ao se reiniciar o ciclo, é criada pelas particularidades que este tomou no seu decurso. Ignorar o fato de que à base econômica cabe um papel determinante no direcionamento do ciclo do capital, leva à incompreensão de todo o ciclo. Por outro lado, considerar somente a base, sem sua integração ao ciclo que ela compõe, leva à incompreensão da base. Ou seja, a superexploração do trabalho, como relação de produção, como particularidade em que a *base* das economias dependentes se estrutura, é incompreensível se desligada do ciclo que ela determina, pois que fica alheia às relações que a criam e recriam; do mesmo jeito, a análise do ciclo do capital da economia dependente, se desconsiderar a superexploração como fator determinante particular desta economia, resulta em uma compreensão, no mínimo, parcial.

A clara divisão entre base e superestrutura da sociedade, não só como momentos diferentes da realidade, mas, principalmente, como *estruturas qualitativamente distintas, de abrangência e poder desiguais* na criação desta realidade, cabendo à primeira a determinação da segunda, é obra da teoria marxiana. Antes que ficasse explicado o papel determinante da estrutura econômica para a realidade social, esta era vista como uma combinação de *fatores*, entre os quais o econômico que, na sociedade capitalista, tomou a frente, como fator privilegiado e “mais importante” que os outros (cultural, político, de prestígio, etc.). Segundo Kosik (1976, pág.118), foi sobre esta base que Max Weber construiu sua obra:

[para Weber] a economia, o poder e a posição social formam séries independentes e autônomas, que conduzem a uma existência supra-histórica. [...] A ilusão de ótica de que a posição social e o poder político não são “em última instância” dependentes da economia, da estrutura econômica da sociedade, mas que formam três ordens independentes autônomas e que se influenciam, decorre de que a economia é compreendida muito simplesmente como fator, ao qual são e devem ser juntados outros fatores para se obter a “completicidade”.

Não é preciso dizer que ainda hoje as ciências sociais fazem confusão entre estrutura econômica e fator econômico. A forma fenomênica pela qual a estrutura econômica do capitalismo se manifesta é o fator econômico. Como esta forma fenomênica nem sempre foi a mesma, pois predominou, na Antiguidade, a política e, na Idade Média, o catolicismo, por exemplo, os homens interpretaram que a “economia” não é o fator determinante da vida humana social, mas apenas tomou esta forma na época moderna. Consequentemente, na interpretação de um fenômeno social, devem-se considerar todos os aspectos das relações entre os homens (retorno ao relativismo) e descobrir qual deles, naquele caso, tem papel determinante, se houver. O motivo desta análise distorcida da realidade é um evidente erro metodológico, qual seja, a confusão entre aparência e essência, indicada no início deste referencial. A *estrutura econômica* na Antiguidade possibilitou e *determinou* que, nas relações entre os homens, a política se sobressaísse (KOSIK, 1976, pág. 113). Da mesma forma, na Idade Média, foi a *estrutura econômica* que determinou o catolicismo como fundamento fetichizado das relações sociais entre os homens, pois “o modo de produção feudal necessitava de todo um sistema de explicação religiosa, teológica, que era o cimento da ideologia do modo de produção feudal” (LÖWY, 2010, pág. 99). Ou seja, a estrutura econômica (base) determinou formas específicas de superestrutura, de acordo com seu desenvolvimento e suas necessidades de reprodução, as quais foram tomadas, pelos homens, como elementos determinantes da realidade social quando, na verdade, eram apenas sua forma fenomênica.

Mas, por que motivo é conferido à estrutura econômica uma posição dominante na estrutura da realidade social? “O primado da economia não decorre de um superior grau de realidade de alguns produtos humanos, *mas do significado central da práxis e do trabalho na criação da realidade humana*” (KOSIK, 1976, pág. 122, grifos do autor). Aqui se explica plenamente, com base na concepção de que a realidade social é produto da *práxis* humana, porque a economia tem o papel determinante, seja qual for o modo de produção considerado: é nela que os homens, mediante o processo dialético do trabalho, no qual modificam a natureza e, também, a si mesmos², criam sua própria realidade, determinando os outros aspectos que a

² “[Por meio do processo de trabalho, com seu desenvolvimento na história humana] tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; ‘desenvolve as potências nela ocultas’ e subordina as forças da natureza ‘ao seu próprio poder. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-

realidade virá a ter, vale dizer, determinando o desenvolvimento e a natureza das outras partes que compõem a realidade humano-social como totalidade histórica. Segundo Antunes (2005, pág. 68): “Esse processo de transformação recíproca faz com que o trabalho social se converta em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana”.

A interrupção da análise neste nível conduziria, também, a um erro metodológico, pois ainda é desconsiderado, ou considerado sem a devida ênfase, o mais fundamental: a realidade social é, *sempre*, resultado da *práxis* da humanidade. Não é criada por fatores ou tendências ou estruturas independentes dos homens, autônomos, um dos quais – a economia – seria o determinante: é criação humana. A não consideração deste “detalhe” é um dos perigos da utilização dos “fatores” para explicar a realidade:

A teoria dos fatores subverte o movimento social, mostrando-o de pernas para o ar, pois considera como “responsáveis” pelo movimento social os produtos isolados da *práxis* humana objetiva ou espiritual, quando o único autêntico portador do movimento social é o homem no processo de produção e reprodução da própria vida social (KOSIK, 1976, pág. 116).

A existência de um fenômeno no âmbito da produção, largamente utilizado pela maioria dos países do mundo, em que os portadores objetivos da *práxis* histórica são sujeitados a condições extremas de exploração, impedidos ao acesso aos bens de consumo básico para sua sobrevivência em condições normais, não teria, forçosamente, tendo em vista a preponderância da infra-estrutura (produção) na concreção da realidade humano-social, efeitos estendidos a todos os âmbitos desta realidade? A importância da compreensão da superexploração do trabalho não está, somente, na constatação empírica do consumo extremo, pelo capital, da maioria das vidas humanas nos países pobres (socialmente pobres); não está, portanto na fraternidade que deve existir entre todos os homens, ou em qualquer outra explicação subjetiva. De fato, esta constatação é necessária, mas insuficiente. A importância da compreensão da superexploração do trabalho está na própria realidade humano-social, como todo concreto de infra e supra-estrutura, no qual a base, como parte, é que determina o desenvolvimento e os movimentos do todo. Que há na base de tão importante? As relações de produção entre os homens, na qual uns detêm os meios de produção e outros, muitos outros, são explorados, pois

primas, etc.” (LUKÁCS, *apud* ANTUNES, 2005, pág. 68).

não detêm nada além da sua força de trabalho, e seus produtos, ao invés de lhes serem úteis, retornam a eles alienados e, na forma de meios de produção, retornam a eles explorando-os (no caso do sistema capitalista). Que é a superexploração do trabalho? Ora, será visto que é uma forma particular de relação de produção, que determina o surgimento de uma forma particular de economia nacional – a dependente – cuja existência determina a sobrevivência de um modo particular de produção – o capitalista. Aí está, efetiva e objetivamente, a importância da compreensão da superexploração do trabalho.

Qual é a análise possível que se pode fazer da superexploração do trabalho caso se desconsidere que a realidade humano-social é estruturada a partir da base, com fundamento na base, determinada pela base? Qual nível de compreensão se pode ter da superexploração do trabalho se um dos seus resultados – a economia dependente – não for concatenado com as outras economias do sistema capitalista, ou se ela não estiver ligada ao ciclo do capital dependente, que ela produz e pelo qual é produzida? Caso a análise empreenda a explicação da superexploração, mas se restrinja apenas a sua forma fenomênica, o resultado será a apreensão da superexploração ou de qualquer outro fenômeno dela diverso? Estas questões metodológicas foram praticamente respondidas pela análise, ou melhor, pelas colocações sociológicas que Ricardo Antunes fez sobre a superexploração, e guiam, portanto, tanto a exposição (e compreensão) do lugar que a superexploração do trabalho ocupa na economia capitalista como totalidade histórica – objeto do próximo capítulo –, quanto as críticas que a ele se fizeram, no último capítulo.

3.1 BREVE HISTÓRIA DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Chama-se de teoria marxista da dependência o movimento de idéias³ que surgiu na América Latina em meados dos anos 60 e estudou o fenômeno da dependência através do método de Marx, usando-o criativamente, como resposta à realidade única vivenciada pelos países daquele continente, mas evitando o ecletismo. Pode-se dizer que é uma das duas grandes vertentes da teoria da dependência, e que “tratou de incorporar criticamente os avanços do desenvolvimentismo [...] mas sempre em função de um maior rigor analítico” (BAMBIRRA, 1983, pag. 31, tradução livre). A outra vertente, segundo Bambirra, é chamada de estruturalista, e não conseguiu romper com o desenvolvimentismo e suas fragilidades. Segundo Ouriques (1990, pág. 19, tradução livre), numa perspectiva histórica mais aprofundada, a teoria da dependência “constitui o ponto culminante de uma ampla reflexão sobre a experiência política concreta de nossos povos em sua marcha rumo à libertação social” e a teoria *marxista* da dependência surge como uma necessidade, para melhor direcionar a *práxis* destes povos.

Segundo Ouriques, as origens da teoria da dependência remontam às lutas políticas de Simon Bolívar e José Martí pela libertação do continente e também aos textos de Mariátegui. Isto porque ela está inserida num contexto maior, o do pensamento crítico latino-americano, que tem por núcleo a consciência da necessidade de uma teorização que rompa com o eurocentrismo e seja capaz de estudar nossa história a partir de nosso território, de nossos esforços, e, portanto, a *negação* de formas importadas de pensar (OURIQUES, 1990). De fato, a teoria da dependência procurou revelar as leis de movimento próprias da forma específica como o modo de produção capitalista se encarna por aqui e explicou o mundo partindo da América Latina, e não, como era de costume, da Europa.

O caráter crítico do pensamento latino-americano autêntico (não-importado) não se construiu sobre base marxista, pois os textos de Marx demoraram a chegar ao continente – no caso do Brasil, por exemplo, a primeira tradução de O Capital foi feita em 1968, em plena ditadura militar e, além disso, a divulgação desta obra esteve durante algum tempo monopolizado pelos partidos comunistas. Seu caráter

³ Segundo Ouriques, não há ainda formalmente uma teoria da dependência: “a fronteira do conhecimento está permanentemente aberta, ainda que persista a exigência de cumprir com certos requisitos científicos-formais para outorgar o grau de ‘teoria’ ao movimento de idéias denominado teoria da dependência” (1990 pág. 25, sublinhado do autor, tradução livre).

crítico, segundo Ouriques (1990), deriva de seu paralelismo, sua articulação com a revolução social sempre tão latente na América Latina.

Quando chega à década de 1950, o continente passa por intenso processo de industrialização e proliferam os estudos acerca do desenvolvimento econômico. Neste contexto, a Cepal expressava as concepções da burguesia sobre o tema. Aliás, os estudos da Cepal foram o que parece ser o maior nível de consciência possível à burguesia quanto à realidade de nossos países, mas constituíram importante base para que surgisse a teoria da dependência e seu caráter crítico, no primeiro momento, fomentou amplas e profícuas discussões sobre o subdesenvolvimento. Para Bamberger (1983, pág. 33, tradução livre),

Pelas limitações teóricas, metodológicas e políticas de seu enfoque jamais [os cepalinos] lograram captar os aspectos essenciais da situação de dependência. Isto porque, no fundo, eram objetivos na descrição dos fenômenos e sempre ideológicos quando tentavam explicá-los.

A maior refutação da teoria desenvolvimentista, segundo a qual seria possível, lançando mão do expediente da industrialização, que os países dependentes deixassem de sê-lo, transformando-se em países avançados, foi a história da região que, depois de intensa industrialização, manteve-se dependente, abrigando populações ainda mais miseráveis que anteriormente. Esta confrontação da História, segundo Bamberger (1983), concretizada na profunda crise estrutural manifestada no início da década de 1960, dá partida à necessidade histórica do surgimento da teoria da dependência.

Segundo Ouriques (1990, pág. 26), a crítica ao paradigma cepalista, que pôs em evidência a deterioração dos termos de intercâmbio, é um dos pilares da teoria da dependência, e sua teoria foi superada por ela. Contudo, a teoria da dependência nunca ascendeu à paradigma, mantendo-se sempre à margem e em luta com o paradigma vigente, devido a seu caráter crítico. Talvez a maior diferença entre as duas teorias fosse a concepção de dependência que cada uma tinha: enquanto era externa segundo a Cepal, para a teoria da dependência ela era fundamentalmente interna, pois seus expoentes, ao se aprofundarem mais nesta questão, conseguiram discernir os fenômenos internos determinantes. A passagem a seguir exemplifica bem a partir de que momento, de que questionamentos, a teoria da dependência se afasta essencialmente das teorias desenvolvimentistas da Cepal:

Ninguém nega a influência dos fatores internacionais sobre as questões internas, principalmente quando se está em presença de uma economia das chamadas centrais, dominantes ou metropolitanas, e de um país periférico, subdesenvolvido. Mas, em que medida se exerce esta influência? Que força tem frente aos fatores internos específicos da sociedade sobre a qual atua? (MARINI, 2000a, pág. 11)

Outro alvo de críticas da recém-nascida teoria da dependência, na década de 1960, era o conformismo dos partidos comunistas, que tomavam emprestadas as concepções da Cepal acerca da realidade latino-americana e propunham a comunhão entre burguesia e explorados para a formação de economias democráticas e desenvolvidas no que seria preparação necessária para a revolução do proletariado.

Além de criticar Cepal e partidos comunistas, cuja concepção de desenvolvimento, ideológica (“o desenvolvimento interessa a todos”) e equivocada, colocava em erro muitos pensadores, impedindo as ações efetivamente necessárias para a ruptura da dependência, a importância da teoria da dependência está nas múltiplas significações do seu surgimento e desenvolvimento. Do texto de Ouriques (1990, pág. 33), podem-se abstrair as seguintes:

- i. primeira tentativa mais ou menos bem sucedida de expressar um pensamento latinoamericanista genuíno;
- ii. primeiro encontro entre teoria e prática revolucionária para muitos setores, partidos e vanguardas políticas;
- iii. primeira tentativa de latinoamericanizar o marxismo;
- iv. reverteu o ciclo de recepção do conhecimento, sendo exportada aos países desenvolvidos;⁴
- v. a caracterização “dependente” ainda é a mais adequada para caracterizar a situação real vivenciada pelos países latino-americanos.

É importante resgatar do referencial metodológico acima exposto a categoria de *práxis*, para notar que foi através da teoria da dependência que muitos latino-americanos puderam compreender a realidade em que se encontravam e, assim, vivenciar a luta pelo direito de criar a própria realidade – uma realidade humana.

⁴ Em suas memórias, Marini (s/d) discorre sobre este fato: “cabe concluir insistindo num traço peculiar da teoria da dependência, qualquer que seja o juízo que dela se faça: sua contribuição decisiva para alentar o estudo da América Latina pelos próprios latino-americanos e sua capacidade para, invertendo por primeira vez o sentido das relações entre a região e os grandes centros capitalistas, fazer com que, ao invés de receptor, o pensamento latino-americano passasse a influir sobre as correntes progressistas da Europa e dos Estados Unidos; basta citar, neste sentido, autores como Amin, Sweezy, Wallenstein, Poulantzas, Arrighi, Magdoff, Touraine.”

Enquanto o desenvolvimentismo permitia a *práxis* fetichizada – o homem buscando satisfazer o capital, a teoria da dependência, ao atingir a essência do “subdesenvolvimento”, aspirava transcender o problema, permitir ao homem realizar-se como criatura da *práxis*, sujeito e objeto de si mesmo.

Quanto a Ruy Mauro Marini, ele surgiu neste cenário contribuindo categoricamente à vertente marxista da teoria da dependência através de diversos textos, entre os quais a *Dialética da Dependência* (1973), na qual desenvolve a categoria da superexploração do trabalho, esclarecendo a forma específica de organização da produção nos países dependentes, necessária para sua integração ao mercado mundial. Nas palavras de Martins e Valencia (2009, pág.11):

[Marini] contribuiu decisivamente na construção de um novo paradigma de interpretação das formações sociais latino-americanas e do capitalismo mundial. Apropriando-se criativamente da obra de Marx, e de sucessores como Lênin, Bujarin e Thalheimer, Marini aplica rigorosamente o seu método: move-se do abstrato ao concreto para compreender a problemática de totalidades complexas como as da economia mundial e do capitalismo periférico no pós-guerra e nos processo de globalização. A partir daí, desenvolve a teoria criando novos conceitos para a economia política, como os de superexploração do trabalho, sub-imperialismo, estados de contra-insurgência e de quarto poder, além de reinterpretar os esquemas de reprodução de Marx para inserir neles o progresso técnico.

O capítulo seguinte foi construído, basicamente, através de uma atenta releitura dos textos em que Marini enuncia a superexploração do trabalho e os fenômenos por ela engendrados.

4 A CENTRALIDADE DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

De maneira sumária, pode-se dizer que a *superexploração* do trabalho ocorre quando a força de trabalho é remunerada por *debaixo de seu valor*⁵, uma vez

⁵ Marini, 2000b, pág. 126.

que, no âmbito do sistema capitalista, a *exploração* ocorre quando os frutos do trabalho do trabalhador lhe retornam, em parte, na forma de dinheiro e das mãos do empregador, *em valor igual* ao valor socialmente necessário para que ele reponha o desgaste de sua força de trabalho e reproduza-a nas condições histórico-sociais normais da comunidade em que vive. Em outras palavras, o trabalhador *superexplorado* recebe, como remuneração, uma quantia inferior ao que recebe um trabalhador *explorado*; inferior, assim, ao valor da mercadoria que vende ao capitalista: sua força de trabalho.

O conceito é, entretanto, complexo. Segundo Martins (2009, pág. 211), é um “dos mais complexos dentro da economia política marxista” e, por este motivo, optou-se por abordá-lo, neste capítulo, em duas seções: a primeira – *aproximação teórico-primária da superexploração* – apreende o conceito teoricamente, sem ligá-lo à realidade objetiva da qual ele foi concebido; a segunda – *desdobrando o alcance do conceito* – oferece-o em sua íntima relação com a economia capitalista mundial e desdobra seu caráter de categoria econômica, explicitando todo seu alcance analítico na apreensão de uma realidade histórica específica – a dos países dependentes. Tal separação é um recurso metodológico, conforme indicado no capítulo anterior, sendo que é hipotética a realidade subentendida na primeira parte, uma vez que a superexploração do trabalho é tratada ali teoricamente, manipulando-se conceitos diversos; na segunda parte, o conceito já elucidado teoricamente ganha o *status* de categoria econômica – dá-se-lhe um lugar na história, na realidade objetiva, e o conceito é visto encarnado no mundo, a representar realidades específicas, a mover homens e coisas.

4.1 APROXIMAÇÃO TEÓRICO-PRIMÁRIA DA SUPEREXPLORAÇÃO

4.1.1 O Núcleo do Conceito

Para o primeiro nível de análise possível do termo *superexploração*, o mais imediato deles, já lhe foi dada uma definição que corresponde, por assim dizer, ao núcleo do significado do conceito: o *trabalhador recebe menos pela sua força de trabalho do que ela vale*. Nas palavras de Osório (2009, pág. 175, grifos do autor): “a *superexploração* remete a uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho.” Bueno e Seabra (2010), seguindo também a apreciação original que Ruy Mauro Marini explicitou em sua *Dialética da Dependência*, de 1973, assim discorrem sobre o termo:

é da negação da troca de mercadorias de mesmo valor que a superexploração do trabalho retira sua singularidade teórica, implicando que a remuneração do trabalhador na forma de salário não corresponda ao custo de reposição da força de trabalho.

“Singularidade teórica”: aqui está o essencial motivo para que se tivesse forjado um novo conceito – a superexploração – que não representasse, apenas, uma variação quantitativa em relação ao conceito-base, e sim uma alteração *qualitativa* que não se poderia traduzir como, por exemplo, “maior exploração” – o que seria possível no primeiro caso. Ademais, a singularidade teórica é um reflexo, como será visto adiante, de uma singularidade histórica observada na exploração do trabalho no conjunto dos países dependentes.

O valor da força de trabalho foi definido por Marx em duas dimensões: valor diário e valor total. As duas correspondem ao valor socialmente necessário para que o trabalhador venda diariamente sua força de trabalho em condições normais, compense o desgaste da mesma e reproduza-a, em condições tais que possa retornar, dia após dia, ao trabalho, durante tantos anos quanto forem aqueles que correspondam ao período de vida útil, de acordo com as circunstâncias normais do período histórico e do lugar em que vive. Portanto, uma vez definido o tempo de vida útil e de vida média do trabalhador, segundo as condições médicas-sociais existentes na época, deve-se calcular o valor diário da força de trabalho como aquele que possibilite a reposição do desgaste da mesma e seu retorno diário ao trabalho, durante a quantidade de anos considerados (OSÓRIO, 2009). Além disso, é indispensável que o trabalhador receba o valor correspondente à satisfação de suas necessidades sociais básicas e à reprodução de sua família.

Assim, qualquer relação entre exploração e salário que não permita ao trabalhador vender sua força de trabalho em condições normais, ou seja, que lhe impossibilite de satisfazer suas necessidades físicas e sociais, seja impedindo-o de se alimentar adequadamente, por exemplo, ou de descansar, estudar, gozar de lazer segundo as condições médias normais da sociedade em que vive, é considerada superexploração.

Marx (2010, pág. 201), frisou a fração social do valor da força de trabalho: “Um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho, o que a distingue das outras mercadorias”. Claro fica que

ao contrário do que pretende o apologeta burguês, as necessidades sociais são tão fundamentais como as estritamente físicas para a reprodução da força de trabalho e o próprio desenvolvimento das forças produtivas. O operário deve apresentar, por exemplo, o nível mínimo de qualificação (ou de educação) exigido para poder vender sua força de trabalho, do mesmo modo como não pode prescindir do rádio e inclusive televisão, quando estes meios de comunicação se generalizam sob pena de converter-se em uma pessoa bruta, abaixo do nível cultural da sociedade em que deve viver ou produzir (MARINI, 2000c, pág. 220).

Por outro lado, qualquer jornada de trabalho que, seja por sua extensão ou intensidade, *superdesgaste* o trabalhador a ponto de levar sua capacidade laboral à exaustão antes que se complete sua vida produtiva, é considerada, também, superexploração, constituindo-se “um caso *no qual o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida [do trabalhador]*” (OSÓRIO, 2009, pág. 177, grifos do autor). Isto pode ocorrer, percebe-se, *mesmo que a remuneração do trabalhador seja maior que o valor de sua força de trabalho*.

Por fim, cabe considerar que a reprodução dos trabalhadores “inclui as novas gerações, razão por que se deve contemplar no seu valor a família operária” (OSÓRIO, 2009, pág. 179), sendo que, caso o salário do operário seja insuficiente para, além de propiciar a si as condições delineadas acima, fazê-lo também à sua família, a relação de produção a que está submetido é considerada de superexploração.

Segundo Marini (2000b), há três procedimentos pelos quais o capitalista pode colocar o trabalhador em situação de superexploração, ou agravar a mesma. São elas: o aumento da intensidade do trabalho, o da jornada de trabalho e a redução “do consumo do operário além do limite normal pelo qual ‘o fundo

necessário do operário se converte, de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital”’. De acordo com o que se expôs até agora, pode-se dizer que

nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2000b, pág. 126).

Nota-se que os exemplos acima sugeridos consideraram estática a configuração da superexploração. Contudo, ao menor movimento de qualquer variável que aumente o valor da força de trabalho sem que haja a equivalente variação no salário do trabalhador, corresponde a possibilidade virtual de sua inserção no grupo de superexplorados, caso ainda não o componha. Se se considerar que a tendência do sistema capitalista, em sua forma pura, é remunerar o trabalho pelo seu valor, ou seja, o menor possível para que o trabalhador produza e se reproduza em condições normais, a possibilidade virtual torna-se, efetivamente, grande probabilidade, ainda mais se considerarmos as formações econômicas dependentes, que, conforme será analisado a seguir, sofrem irresistível pressão, no âmbito de sua inserção no sistema capitalista, para utilizar os três mecanismos indicados por Marini. Ao discorrer sobre a regressão que sofreram os salários durante as décadas de 1960-70, no Brasil, num período de aumento da jornada e da intensidade do trabalho, Marini (2000c, pág. 228-229) afirma que

qualquer variação na magnitude extensiva ou intensiva do trabalho faz variar no mesmo sentido o valor da força de trabalho. A prolongação da jornada e o aumento da intensidade do trabalho produzem um maior gasto de força física e, assim, um desgaste maior, que, dentro de certos limites, incrementa a massa de meios de vida necessários à sua reposição. Os métodos de superexploração mencionados acima [...] implicam, assim, numa elevação do valor da força de trabalho.

Então, “*apesar da deterioração do salário real, o operário viu aumentar o valor de sua força de trabalho, tornando ainda mais dramática a brecha crescente entre esse valor e a quantia real que recebe*” (MARINI, 2000c, pág. 220, grifos do autor).

Tal assertiva vale, também, tanto para a generalização de novas mercadorias, o que não é, em absoluto, raro, no atual estágio do sistema capitalista⁶, quanto para o acréscimo nos preços dos bens-salário. Logo, o valor da força de trabalho se amplia a cada nova generalização, considerando inalteráveis os preços das outras mercadorias necessárias, e a cada novo impulso no processo inflacionário. Ao constatar esta relação entre processo inflacionário e valor da força de trabalho, observando os diversos planos de “estabilização” que, no Brasil, desde o Plano Cruzado (1986) até o Plano Real (1994), tiveram por aparente objetivo eliminar a alta generalizada dos preços, Ouriques (1995, pág.143-149) incluiu na análise da transferência de parte do *fundo necessário do operário* para o *fundo de acumulação do capital*, o que chamou de “roubo salarial”. Após explicitar os mecanismos pelos quais os diversos planos roubaram os trabalhadores (congelamento de salários de acordo com os últimos meses, enquanto os preços eram congelados ao nível do dia anterior, eliminação da indexação salarial, reajustes por índices que não conseguiam acompanhar a inflação, etc.), Ouriques (1995, pág. 147, tradução livre) coloca o “problema teórico de fundo” que diz respeito a eles:

Os constantes esquecimentos da inflação “passada” por parte do Estado que significam a sanção de lucros para os capitalistas que se vêem legalmente autorizados a não pagar as perdas derivadas da inflação, não se enquadram em nenhuma modalidade de extração de mais-valor (absoluta ou relativa) colocada por Marx. É natural que assim seja, em função de que não se trata de uma modalidade de extração de mais-valos clássico, senão uma forma “particular de realização” do mesmo. Mas não se realiza na circulação como deveria ocorrer em “condições normais”.

A colocação é importante para que se tenha em mente a existência de diversas formas, tanto no âmbito da produção quanto no da circulação de mercadorias, utilizadas pelo capital para se apropriar do capital variável e/ou dos anos futuros de vida do trabalhador, ou seja, de se negar a este a remuneração condizente com o valor de sua força de trabalho. Além disso, ela introduz algumas noções que serão tratadas na seção seguinte, a um nível de análise diverso, porém, mediante a recuperação de alguns conceitos fundamentais da teoria marxista.

⁶ Veja-se o incontestável exemplo dos novos eletrônicos, cuja produção é possível pela velocidade com que se dão as descobertas científicas, impulsionadas pela sede de lucro do capital.

4.1.2 Superexploração do Trabalho, Mais-Valia Absoluta e Relativa

O trabalhador, ao produzir valores-de-uso, bens úteis à satisfação das necessidades dos homens, produz, simultaneamente, valor, que decorre do caráter social que têm as mercadorias no sistema capitalista, e provém do dispêndio de trabalho humano abstrato empregado naquela produção. As mercadorias são vendidas no mercado e o valor retorna ao capitalista na forma de dinheiro, com o qual ele pagará a remuneração do trabalhador. Esta corresponde a apenas uma fração do valor que ele produziu, e equivale, em princípio, ao valor da mercadoria que ele vende ao capitalista: sua força de trabalho, segundo já foi visto. No processo de produção do valor, portanto, há um momento na jornada de trabalho em que o valor, corporificado nos produtos rendidos pelo trabalhador, atinge o exato montante do quanto retornará a ele na forma de salário, ou seja, do quanto vale sua força de trabalho. A partir deste momento, o trabalhador deixa de trabalhar para si e passa a produzir para o capitalista o que Marx chamou de *mais-valia*, que, grosso modo, é o lucro que lhe cairá nos bolsos após a realização das mercadorias do mercado.⁷

Assim, a taxa de mais-valia é a relação entre a mais-valia produzida pelo operário e o valor da força de trabalho. Há, basicamente, duas maneiras de elevar a mais-valia produzida pelo operário no decorrer de sua jornada: mantendo a duração desta: ao se incrementar a intensidade do trabalho ou diminuir o valor dos meios de subsistência do trabalhador (considera-se que os *preços* dos mesmos também se reduzam); e aumentando a duração da jornada de trabalho. No primeiro caso, a mais-valia extra produzida é chamada de *mais-valia relativa*, uma vez que se alterou a relação, no mesmo tempo de produção, entre valor de força de trabalho e mais-valia. No segundo caso, a mais-valia extra chama-se *mais-valia absoluta*, por não ter-se alterado aquela relação e, sim, crescido o tempo de trabalho em que o trabalhador produz não para si, mas para o capitalista (MARX, 2010, pág. 349-358).

Ao ter sido definida anteriormente como um fenômeno em que se nega ao trabalhador receber o quanto vale sua força de trabalho, a superexploração do

⁷ “O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente)” (MARX, 2010, pág. 228).

trabalho pode ser facilmente relacionada, agora, com as modalidades de produção de mais-valia. É necessário fazê-lo, na medida em que há certa confusão sobre a propriedade em se considerar a superexploração como mais-valia absoluta, tão somente, ou uma correlação entre as duas modalidades, e pelo fato de que este é o nível máximo de análise em que Ricardo Antunes, sem colocar a transgressão da lei do valor, consegue chegar, ou quer chegar, conforme será visto no capítulo seguinte.

Então, cada mecanismo de extração de mais-valia a que o trabalhador é submetido pode ser confrontado com as definições de mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

O prolongamento da jornada de trabalho é, claramente, a mais-valia absoluta em si, por implicar no aumento da mais-valia com base no incremento do período em que o trabalhador produz o excedente, após ter produzido o que lhe cabe como valor de força de trabalho. Muitos dos críticos ao conceito enfatizaram tão-somente esta sua dimensão, e descartaram-no, na medida em que, segundo sua interpretação, Marx teorizou a cada vez maior desnecessidade relativa da mais-valia absoluta, frente ao desenvolvimento das forças produtivas no âmbito do sistema capitalista de produção.⁸

Mesmo que tal interpretação fosse verdadeira, a subestimação do conceito a este estrito aspecto é descabida, pois superexploração e mais-valia absoluta não são equivalentes:

o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. A conversão de parte do fundo de salário em fundo de acumulação de capital [... também não,] dado que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada laboral e não só ao tempo de trabalho excedente, como acontece com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração se define mais pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade (MARINI, 2000b, pág. 160-161).

O aumento da intensidade do trabalho cria, portanto, mais-valia relativa, em decorrência da produção de mais mercadorias no mesmo tempo de trabalho, e sem que a remuneração do trabalhador acompanhe o aumento do desgaste de sua força de trabalho que a maior intensidade requer, o que implica em superexploração.

⁸ Ver SERRA, José & CARDOSO, Fernando H. As Desventuras da Dialética da Dependência. In: **Estudos Cebrap** 23. São Paulo: Cebrap, s/d, p. 33-80.

Há, ainda, outro mecanismo de se elevar a mais-valia relativa, qual seja, o aumento da produtividade do trabalho nos setores que produzem bens-salário, o que reduz o valor da força de trabalho, elevando a taxa de mais-valia. Como, entretanto, este mecanismo implica no aumento da parte do valor que cabe ao capitalista, sem que o operário precise ser submetido a mais desgaste físico e mental – como ocorre na superexploração –, sendo utilizado com vigor pelos países capitalistas avançados, ele entrará na análise da próxima seção, em que a superexploração, como categoria, demonstrará toda sua riqueza para a compreensão do fundamento da existência concreta dos diferentes níveis de desenvolvimento capitalista entre os países do mundo.

Quanto à conversão do fundo de consumo em fundo de acumulação de capital, ela também difere das duas formas clássicas de mais-valia. Isto porque

esta modalidade de superexploração do trabalho (contenção do preço da força de trabalho) mantém a relação entre tempo de trabalho necessário e excedente, sob o ponto de vista do processo produtivo, mas eleva o montante da mais-valia apropriado pelo capitalista, pois este toma parte do fundo de consumo do trabalhador que corresponderia à plena reposição do desgaste da força de trabalho. Este processo traduz-se na preocupação da superexploração do trabalho com a massa de mais-valia, e não necessariamente com a taxa de mais-valia (BUENO E SEABRA, 2010).

Segundo Marini (2000c, pág. 180-181, grifos do autor), “em seu conceito, a superexploração se expressa assim no incremento da taxa de mais-valia sobre a base de uma massa maior de mais-valia e um *valor unitário constante*”.

Entra, aqui, um ponto importante a reter: a superexploração do trabalho, por mais que altere as taxas de mais-valia absoluta e relativa, dependendo da forma que se dê no processo de trabalho, seja ela utilizada em uma só de suas modalidades, em duas ou nas três em combinação, tem por função, do ponto de vista do capitalista, crescer-lhe a *massa* de mais-valia. Esta afirmação, que relativiza a importância em se saber se a superexploração se trata desta ou daquela forma de mais-valia, só pode ser feita caso se tenham apreendido os motivos que levam o capitalista a lançar mão deste recurso. Abre-se, assim, a necessidade de se ampliar o nível de análise do conceito de superexploração, pois nunca se poderá compreendê-lo, nem como a qualquer outro fenômeno, se não se souber de suas causas específicas. A apreciação destas é o objeto da seção 4.2.

Mas, antes de se passar a ela, há duas colocações a serem feitas.

A primeira refere-se à negação da possibilidade teórica da existência da superexploração, nos esquemas de Marx, indicada por alguns autores, visto que Marx não desenvolve, em sua obra, um estudo sistemático da remuneração ao trabalhador por debaixo do valor de sua força de trabalho. A possibilidade de sua existência – e até a *necessidade* de sua existência em determinadas circunstâncias – tanto é possível no esquema teórico de *O Capital*, como foi desenvolvida matematicamente, de acordo com a manipulação das equações providas por Marx naquela obra⁹. Osório cita um trecho de *O Capital*, em que Marx explica o motivo pelo qual não desenvolve aquele estudo. Como se vê, deve ser descartada a suposta “conclusão” de Marx de que o pagamento por debaixo do valor não tem importância para o desenvolvimento histórico e atual do capitalismo:

Embora a redução do salário abaixo do valor da força de trabalho seja “uma das causas mais importantes que contribuem para contrabalançar a tendência decrescente da cota de lucro”, o problema não é analisado e apenas é citado “empiricamente, [...] já que [...] como tantas outras coisas [...] *nada tem a ver com a análise geral do capital*, mas se relaciona com o *problema da concorrência, que não é estudado nesta obra*” (OSÓRIO, 2009, pág. 173, grifos do autor).

Claro está que “os limites que Marx se auto-impõe por *razões de método*, a fim de desentranhar a lógica que organiza, articula e reproduz a economia burguesa, levam-no a não analisar o problema” (OSÓRIO, 2009, pág. 173, grifos do autor).

Finalmente, deve-se dizer que, embora o desenvolvimento teórico do conceito fora importante até aqui, e mesmo que se acrescentasse a observação empírica de que o trabalhador brasileiro tende a ser explorado “por cima” do preço que lhe é pago pela força de trabalho, se se limitasse a este nível a análise, pobre ela seria em termos de explicar a realidade brasileira e dos outros países que observam igual tendência. Seria beirar a pseudoconcreticidade e a ilusão de que a teoria, nas ciências sociais, pode realizar sua função no âmbito de um vazio jogo de idéias, prescindindo da realidade social, objetiva. Acaso se depreendem do que foi dito até agora as causas da superexploração, ou, então, suas implicações? É necessário, portanto, desenvolver estes fatores – causas e efeitos – saindo do âmbito puramente teórico e introduzindo na arguição os movimentos concretos específicos que introduzem, permitem e reproduzem a superexploração do trabalho nas economias dependentes, pois, conforme indica Ouriques (1995, pág. 106,

⁹ Ver Martins, 2009, pág. 203-210.

tradução livre): “a superexploração da força de trabalho foi colocada como problema teórico em resposta a um problema concreto da realidade latino-americana: a miséria das massas despossuídas do continente”. Portanto, é na dialética entre concreto e abstrato que se produz o conhecimento: passemos à apreensão do concreto.

4.2 DESDOBRANDO O ALCANCE DO CONCEITO

A superexploração do trabalho é um conceito que, se exprimisse apenas alguma idéia puramente abstrata, da forma como foi tentado acima, não passaria disto: um conceito. Entretanto, em se tratando de um conceito que traduz em linguagem uma relação social real, a superexploração do trabalho é uma categoria econômica, e é assim que deve ser vista. Segundo Marx (*apud* SILVA, 1978, pág. 180, tradução livre), “as categorias da Economia Burguesa são as formas do intelecto que têm uma verdade objetiva, enquanto refletem relações sociais reais; mas tais relações não pertencem senão a uma época histórica determinada”. A finalidade específica desta seção é demonstrar a verdade objetiva que a superexploração do trabalho reflete, podendo, assim, ser considerada uma categoria e não somente um conceito.

Segundo Ludovico Silva (1978, pág. 179-185), as categorias em geral têm algumas características que definem sua utilização e seu alcance analítico. A primeira é que se trata de “máximas generalizações sobre um ser dado” e o ser dado, no caso de pertencer à economia, é sempre histórico, resultado da práxis da humanidade. As generalizações, por desconsiderarem casos específicos tão reais quanto os que em si são incluídos, estão expostas a esta crítica: de não abarcarem toda a realidade, havendo como “prova” a enumeração de n casos em que elas não se enquadram. Como foi observado na fundamentação teórica, não é necessário conhecer todos os detalhes da realidade social para compreendê-la, visto que ela é um todo orgânico. A superexploração do trabalho, sendo uma categoria, uma generalização incluída num quadro teórico abstraído da realidade social, não está

isenta desta crítica, nem da resposta a ela: ao se dizer, no prosseguimento deste capítulo, que a superexploração é a forma de exploração específica das economias dependentes, certamente múltiplos casos que “desmentem” tal afirmativa poderão ser evocados pela crítica, a qual, entretanto, não procederá se não negar com fundamento que a superexploração do trabalho é a forma *geral* de exploração nestes países.

Outra característica das categorias é que “uma vez dadas historicamente, funcionam com a mesma inflexibilidade que as leis naturais” (SILVA, 1978, pág. 180, tradução livre). É isso que permite seu caráter generalizante: sendo incluídas na história, ou melhor, num modo de produção específico, elas participam do ciclo de reprodução deste sistema, adquirem regularidade aparentemente natural – generalizam-se. Como será visto em seguida, uma vez iniciado o processo de superexplorar os trabalhadores, torna-se necessário fazê-lo novamente e sempre, pois a engrenagem já lhe tem como peça fundamental.

Ademais, as categorias, na Economia Política, funcionam como pontos de um modelo teórico que é a economia capitalista. São representações idealizadas (de caráter generalizante) de relações sociais reais, dentro de um quadro teórico também ideal (“puro”) que descreve o funcionamento da realidade social.

É sob estes aspectos de categoria que a superexploração do trabalho será tratada a seguir.

Então, a superexploração do trabalho é, antes de tudo, um fenômeno histórico-concreto; agarra-se às costas do trabalhador e lhe pesa, dobra-lhe os joelhos do corpo e do espírito, desmedidamente, e o desgasta, e o adocece. Suas causas não poderiam deixar de ser igualmente histórico-concretas. Foi na observação do fenômeno, “da miséria das massas despossuídas” da América Latina, durante longos anos de estudos a respeito das condições do subdesenvolvimento, logo entendido como dependência, que Ruy Mauro Marini pôde desenvolvê-lo teoricamente, da forma como foi indicado anteriormente. Faz-se aqui, portanto, o caminho inverso daquele trilhado até a concepção do conceito. Este nasceu na observação de uma profunda diferença existente nos movimentos reais da economia, entre as nações desenvolvidas e as dependentes, que nestas determinava formas anômalas de exploração do trabalho. A respeito da anomalia, é interessante resgatar Kuhn (2009, pág. 78):

A descoberta começa com a consciência da anomalia, isto é, com o reconhecimento de que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal. Segue-se então uma exploração mais ou menos ampla na área onde ocorreu a anomalia. Esse trabalho somente se encerra quando a teoria do paradigma for ajustada, de tal forma que o anômalo se tenha convertido no esperado.

Kunh refere-se mais às ciências naturais que às sociais, visto que nestas últimas, bem mais que nas primeiras, há fortes motivos para que a teoria do paradigma se mantenha. Entretanto, pode-se dizer que, *no âmbito da teoria marxista da dependência*, pelo menos, a anomalia da superexploração do trabalho converteu-se, já, em fenômeno esperado, porque necessário, na prática, para as economias dependentes, na medida em que se conseguiu apreender o nexo existente entre a condição de dependência e a necessidade em se extrair uma porção extra de mais-valia dos trabalhadores, em comparação àquela extraída nas economias desenvolvidas. É para a condição de dependência, então, que se deve deslocar a análise.

4.2.1 Superexploração do Trabalho e Dependência

A dependência é um fenômeno histórico; desenvolveu-se, e continua se desenvolvendo, a partir da integração da América Latina, como produtora de matérias-primas, à circulação mundial de mercadorias. Assentou-se, fundamentalmente, nas bases econômico-sociais criadas e recriadas no interior das economias dependentes como resposta, do ponto de vista do sistema capitalista, às necessidades de acumulação e realização do capital dos países avançados e, do ponto de vista do capital interno, à possibilidade de obter vultosos lucros nesta integração, com as estruturas e os recursos econômicos ali preexistentes.

Dito de outra forma, a incorporação das economias latino-americanas no comércio mundial implicou que estas mesmas economias realizassem, no âmbito de suas relações de produção, adaptações, tanto para efetivar realmente aquela incorporação, no intuito de suas classes dominantes em se beneficiar dela, quanto

para reagir à situação de desvantagem em que, desde sua mais remota interação com as economias européias, se viu enredada.

No afã de lograr as melhores vantagens possíveis com sua inserção no comércio internacional, as classes dominantes dos países latino-americanos, especialmente após se tornarem independentes politicamente, no final do século XIX, depararam-se com uma situação extremamente favorável ao intento: a realização de suas mercadorias e, portanto, de seu capital, não dependia do poder de consumo dos trabalhadores de seus países, uma vez que se dava, fundamentalmente, no mercado externo, em particular na Europa e, em seguida, nos EUA. Osório (2009, pág. 182) considera esta circunstância “um primeiro fator objetivo para colocar em marcha os mecanismos da superexploração.” Este fator particulariza o ciclo do capital da economia dependente. Segundo Marini (2000b, pág. 132):

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrado então sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo. Opera-se, assim, do ponto de vista de país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é, a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias.

Então, enquanto nos países centrais “o consumo individual dos trabalhadores representa [...] um elemento decisivo na criação de demanda para as mercadorias produzidas” (MARINI, 2000b, pág. 133), motivo pelo qual o sistema tende a desvalorizar, mediante o progresso técnico, os bens de consumo do trabalhador, além de remunerá-lo pelo seu valor, nos países dependentes o consumo do trabalhador pouco importa e

a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que este a reponha sempre que seja possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços no processo produtivo (MARINI, 2000b, pág.134).

Outro detalhe facilitou esta tendência: a natureza das atividades aqui desenvolvidas. Marini (2000b, pág. 125) afirma que, diferentemente da indústria, onde o aumento da produção requer mais matérias-primas, “na indústria extrativa e

na agricultura o efeito do aumento é muito menos sensível, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, incrementar a riqueza produzida sem um capital adicional”, ou seja, é possível aumentar a exploração extensiva e intensiva da mão-de-obra, diminuindo a composição orgânica do capital e, ao mesmo tempo, elevando as taxas de lucro e mais-valia.

Bem, ao lado deste “primeiro fator objetivo” que, somado à existência de uma superpopulação relativa e à natureza das atividades aqui desenvolvidas, possibilitou a superexploração do trabalho, logo surge outro: as transferências de valor, mediante o intercâmbio desigual, das economias dependentes às avançadas. Contudo, ao invés de *possibilitar* a superexploração, as transferências de valor surgem no sentido de *determinar-lhe a necessidade*, revertendo, pois, uma opção objetiva em imperativo inescapável, que condicionará a estrutura econômica dos países dependentes, a partir dali, a operar de forma específica. Ao responder às críticas de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, no sentido de que o intercâmbio, por si só, não implica necessariamente a necessidade da superexploração, Marini (2000b, pág. 177) confirma a presente interpretação: “a superexploração do trabalho é incentivada pelo intercâmbio desigual, mas não se deriva dele e sim da febre de lucro que cria o mercado mundial e se baseia fundamentalmente na formação de uma superpopulação relativa”.

O intercâmbio desigual é, basicamente, a conformação de relações de superioridade e inferioridade tecnológica entre os diversos países no âmbito das relações comerciais, e que implica em transferências de valor do intercambiador em inferioridade tecnológica ao outro. Já foi observado que a América Latina entrou no mercado mundial ofertando matérias-primas que se constituiriam bens de consumo nos países compradores. Pois bem. Em troca delas, importava manufaturas que, por motivos óbvios, não era capaz de produzir. Desta forma, ao se desenvolver o progresso técnico de forma acelerada nos países centrais, suas mercadorias – entre as quais as importadas pela América Latina – sofriam desvalorizações constantes, por incorporarem menos trabalho vivo em sua produção. O mesmo não ocorria com as mercadorias latino-americanas, uma vez que o avanço técnico se dava ali de forma lenta, e elas mantinham, portanto, quase inalterável seu valor. Na teoria, isto deveria levar a que cada vez menos mercadorias latino-americanas comprassem cada vez mais manufaturas. Entretanto, observou-se, na tendência histórica de

preços, que o ocorrido foi exatamente o inverso: o esforço para comprar os mesmos produtos manufaturados, por parte da América Latina, precisou ser sempre e cada vez maior, pois suas mercadorias se depreciavam, em termos de preços, a taxas superiores a que sofriam as mercadorias que comprava dos países centrais. Aumentava, então, a diferença entre preço e valor das mercadorias; positivamente, para os países industriais, e negativamente, para os dependentes. Assim, da mesma forma que a superexploração, o intercâmbio desigual furta-se à lei do valor, que nada mais é do que a tendência do modo de produção capitalista pela qual as mercadorias devem trocar-se cada uma pelo tempo de trabalho humano abstrato nela incorporado – o valor.

O mero fato de que umas [nações] produzem bens que as demais não produzem, ou não o podem fazer com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual. Isto implica que as nações desfavorecidas devam ceder gratuitamente parte do valor que produzem (MARINI, 2000b, pág. 121).

Ora, não era justo ao capitalista agro-exportador pagar de seu bolso por ter integrado tardiamente a economia capitalista, apequenado diante das potências industriais. Socializou, portanto, os custos, ou melhor, socializou o prejuízo em ceder valor gratuitamente às economias avançadas. Fez isso sobre uma população a quem já tinha “socializado” a superexploração do trabalho, conforme visto; e, ao fazê-lo, aprofundou-a. Não se trata aqui de acusá-lo de ser mais que um capitalista “normal”, de ser qualquer coisa como um capitalista “sanguinário”. A lógica do próprio sistema capitalista toma, para si, a responsabilidade dessas atitudes, das quais os donos do capital nada mais são, basicamente, que meros “expectadores ativos”. De acordo com Osório (2009, pág. 184) “os capitalistas que dominaram [os processos de desenvolvimento] na América Latina [...] agiram e agem na racionalidade que a lógica da reprodução do capital impõe em circunstâncias determinadas.”¹⁰ A imposição que aqui se discute é o pagamento da força de trabalho por debaixo de seu valor: a inoperância da lei do valor, neste caso. Ouriques (1995, pág. 131, grifos do autor, tradução livre) afirma-nos que, para Marx – que foi quem descobriu a existência da lei do valor – “o preço da força de trabalho

¹⁰ “Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas” (MARX, 2010, pág. 18).

está determinado antes de tudo pelas necessidades de valorização do capital e é aqui onde temos que olhar em primeira instância”. Afirmá-lo é o mesmo que dizer que, embora haja uma tendência em que a força de trabalho deva ser remunerada por seu valor, ela existe idealmente num modelo puro do capitalismo; caso ela possa ser burlada, em nome de maiores lucros e, mais que isso, caso ela *tenha que* ser burlada, em nome de garantir os lucros, então isto será feito.

Segundo Marini (2000b, pág. 121), a superexploração do trabalho foi utilizada, nestas circunstâncias, como um mecanismo de *compensação*, a fim de incrementar o valor realizado e, portanto, aliviar a transferência de valor (e não impedi-la) a que estavam submetidas as economias dependentes, *mediante a produção de mais valor*. Em suas palavras:

as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre preço e valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria num esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional através do recurso de uma maior exploração do trabalhador (2000b, pág. 122).

É importante salientar, a esta altura da análise, que, embora o “esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho” se constituísse uma possibilidade teórica, era inaplicável na prática. E era inaplicável na medida em que os custos de tal esforço, representados por importação de tecnologia (se disponível) ou desenvolvimento endógeno da mesma, excederiam em muito o custo de superexplorar os trabalhadores, representado pelo desperdício não-financeiro de simples vidas humanas. Marx, citado por Marini (2000c, pág. 213), já havia observado que

a aplicação de máquinas a certos ramos industriais provoca em outros ramos uma superabundância desse tipo de trabalho (*redundancy of labour*, como a chama Ricardo), que ao baixar o salário por debaixo do valor da força de trabalho impede o uso de maquinaria nestas indústrias, chegando, não poucas vezes, a torná-lo impossível, do ponto de vista do capital.

Além disso, a drenagem de valor dessas economias às economias avançadas, parte da qual se revertendo em mais progresso técnico, e em escala sempre crescente, elevava o fosso entre as economias citadas, o que aumentava aqueles custos interminavelmente.

Desta forma, sendo “incapaz de impedir [a perda de mais-valia] ao nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da própria produção” (MARINI, 2000b, pág.123).

Marini (2000b) chamou atenção para o fato de que a análise das relações comerciais entre países dependentes e avançados, ao se deslocar para a produção, na imprescindível tarefa de explicitar a essência do fenômeno observado, deve ir mais longe e considerar as diferenças que se geram, entre estas economias, nas formas como o sistema tende a acumular o capital. Segundo ele,

A participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo de acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 2000b, pág. 112-113).

Isso porque a forma por excelência de se elevar a mais-valia relativa é rebaixando o valor da força de trabalho, o que significa baratear os bens ao consumo individual dos trabalhadores; a outra forma é aumentar a intensidade do trabalho. A oferta crescente de bens primários que a América Latina disponibilizava aos países dominantes concorreu para que a primeira forma pudesse se dar ali. Entretanto, de acordo com Marini, isto implicou, para as economias latino-americanas, efeitos opostos: necessidade de acumulação via maior exploração do trabalhador. Há, portanto, na economia mundial, “duas grandes forma de exploração” (Martins, 2009. pág. 190), e os países se diferenciam entre dominantes e dominados, no âmbito da produção, conforme consigam utilizar a maior produtividade como exploração, no caso dos primeiros, ou tenham que utilizar a maior exploração física do trabalhador, no caso dos segundos.

Foi, portanto, neste movimento de especialização em que as economias latino-americanas passaram a produzir matérias-primas com base nos requerimentos dos países industriais (requerimentos físicos e para passar da mais-valia absoluta à relativa), em contrapartida à produção de manufaturas nestes, que surgiu a divisão internacional do trabalho e, com ela,

a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2000b, pág. 109).

A modificação crucial das relações de produção nos países dependentes foi o emprego sistemático da superexploração do trabalho. Este implica, automaticamente, na compressão do mercado interno, com o qual se defrontará, mais tarde, a indústria latino-americana, reforçando, nesta ocasião, a dependência. Tal afirmativa leva a uma importante conclusão: a superexploração é o fundamento da dependência;¹¹ desta conclusão deriva outra, igualmente importante: a dependência é um fenômeno interno às economias dependentes (BAMBIRRA, 1983).

De fato, a configuração que terá a indústria refletirá a estratificação do mercado interno, que separava muito claramente dois tipos de demanda, opostas e conflitantes: a dos trabalhadores, chamada por Marini (2000b, pág. 135) de “esfera baixa”, restrita e atrofiada – abastecida pela produção interna; e a das classes que viviam da mais-valia não acumulada, a “esfera alta”, vigorosa, em detrimento direto da anterior – abastecida, até então, pelas importações. No advento da crise mundial de 1929, em que a produção para o mercado externo entrou em colapso, diminuindo em muito a capacidade de importação dos países dependentes, restaram desguarnecidas as classes não-produtoras, e a indústria ali já constituída, simples anexo ao setor agro-exportador, encontrou todos os motivos para desenvolver-se e atender àquele lucrativo mercado. Assim, a superexploração, que foi o fundamento da dependência durante a fase agro-exportadora, motivo, em última instância, para que a produção continuasse a crescer mesmo com a depreciação quase ininterrupta dos preços de seus produtos, continuou a sê-lo, ao provocar o desenvolvimento de uma indústria que, pelo lado da demanda a seus produtos, dependerá da superexploração (pois atende a esfera alta, que tanto mais consome quanto maior é a exploração sobre o trabalhador) e, pelo lado da produção, dependerá da superexploração, para manter os níveis de lucratividade e a drenagem de recursos para o exterior.

Para que não restem dúvidas quanto às conclusões anteriormente feitas: a superexploração do trabalho possibilitou que a economia latino-americana pudesse participar do mercado mundial como vendedora de matérias-primas, ao garantir um nível atrativo de retorno ao setor agro-exportador. “Isto é o que explica, neste plano

¹¹ “Marini argumenta que a economia brasileira apresenta problemas de realização e generaliza esta consideração ao afirmar que a ‘indústria latino-americana encontrou um mercado reduzido’ que ‘tratava de compensar utilizando abusivamente a relação preços-salários’. Aqui se pode colocar a questão da superexploração da força de trabalho como um fundamento da dependência” (OURIQUES, 1995, pág. 100, tradução livre).

de análise, que a oferta mundial de matérias-primas e de alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços e o valor da produção” (MARINI, 2000b, pág. 122). Ou seja, a relação dos países latino-americanos com o exterior precisou da superexploração para efetivar-se. Como tal relação foi, desde o princípio, a de dependência, pois toda a economia desses países *dependia* do mercado externo para realizar suas mercadorias, então, o que *fundamentou* a dependência foi a superexploração. Posteriormente, como será analisado, será igualmente a superexploração que, por engendrar um mercado estratificado, direcionará a indústria, e, por remunerar miseravelmente os trabalhadores, possibilitará seu notável desenvolvimento, principalmente no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970. Como esta indústria se desenvolverá apenas por estímulos forâneos, não sendo capaz de se auto-impulsionar (SANTOS, 1973, pág. 43); ou, conforme nos diz Bambilra (1983, pág. 28, tradução livre), como “a acumulação de capitais passa pelo exterior através da importação de maquinaria e, quando esta começa a ser produzida internamente [...] está diretamente controlada por grupos estrangeiros”, nada obsta que se considere a industrialização, também, dependente. O fundamento da dependência é, portanto, a superexploração, e esta, por ser interna, transfere o mesmo caráter ao fenômeno que engendra: a dependência.

Então, também ao nível político a dominação estrangeira assenta-se sobre bases internas, ou, nas palavras de Santos (1973, pág. 46, tradução livre): “a dominação ‘externa’ é impraticável, por princípio; a dominação só é possível quando haja apoio nos setores nacionais que obtêm benefícios dela”.

De simples problema teórico, nomenclatura à remuneração do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho, a superexploração tornou-se o fundamento da dependência, ou, como se preferir, do subdesenvolvimento, “com tudo o que implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” (MARINI, 1974, tradução livre). Em verdade, a superexploração do trabalho sempre foi, desde que surgiu na história, o que é até hoje: um problema concreto. A fratura no vínculo entre teoria e realidade, empreendida aqui em sua análise, foi estabelecida como recurso tanto para facilitar a apreensão do conceito, quanto para demonstrar que a análise de um fenômeno comporta diversos níveis, sendo possível, por simples opção do analista, firmar-se em apenas um deles, recusar-se a, ou não conseguir, tirar do conceito todas as

possíveis conclusões, o que significa, em última instância, obscurecer o fenômeno estudado, relativizá-lo, ou então torcê-lo na direção à qual se queira guiar os olhos do leitor.

Já se pode observar, agora, o fundamento real da singularidade teórica do conceito analisado, o que lhe possibilita a definição como categoria. O fato de se remunerar o trabalhador por debaixo do seu valor, ao cindir o ciclo do capital em dois e comprimir o mercado interno, causou efeitos particulares na economia dos países dependentes (produzindo-os e reproduzindo-os como tal), os quais não poderiam ser explicados sem o recurso do conceito e sua significação integral. Uma mera “maior exploração” da força de trabalho, na medida em que ainda significasse uma remuneração normal, condizente com o valor necessário para o trabalhador se reproduzir como força de trabalho nas condições sociais médias, conduziria a economia às determinações gerais previstas por Marx que, como se sabe, não chegou a analisar, em *O Capital*, o desenvolvimento histórico dos diversos países, capitalistas ou não, mantendo-se em seu modelo de economia capitalista pura. Dito de outra forma, caso o termo superexploração não designe uma remuneração abaixo do valor da força de trabalho, então, além de ser inútil sua utilização, ele está significando apenas uma maior exploração em que o trabalhador, porém, se remunere ainda por seu valor – o que não conduz tal sistema produtivo às especificidades históricas da dependência.

Para ir-se finalizando esta discussão sobre as características da dependência no seio das economias agro-exportadoras e introduzir àquela referente ao desenvolvimento da dependência em consonância com o desenvolvimento do sistema capitalista mundial a partir da metade do século XX, é útil expor aqui a definição de dependência que faz Theotonio do Santos (1973, pág. 42-45, tradução livre):

- A. Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma situação condicionante [...] onde a situação de certo grupo de países está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia, a qual se submete aquela. [...] A situação de dependência leva aos países dependentes a uma situação global que os mantém atrasados e sob a exploração dos países dominantes [...]
- B. [...] a dependência condiciona certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais [...] que] delimitam suas possibilidades de expansão, ou, melhor dito, as redefinem no plano de seu funcionamento concreto.

Há, enfim, uma dialética aí que se deve ter em mente: o fundamento da dependência, ou melhor, o fator que a produz e reproduz continuamente é interno: é a superexploração do trabalho. Entretanto, houve e há fatores externos que condicionam a situação da dependência, reforçando-a, ou melhor, forçando, no interior das economias dependentes, em função das necessidades de expansão dos países dominantes, e de acordo com possibilidades estruturais de cada uma daquelas, o contínuo reordenamento das condições em que se baseia a dependência.

4.2.2 Desenvolvimento da Dependência e da Superexploração

A indústria desenvolveu-se e, aos poucos, converteu-se no eixo de acumulação de capital na América Latina, particularmente “quando a crise da economia capitalista internacional, correspondente ao período entre a primeira e a segunda guerra mundiais, obstaculiza a acumulação baseada na produção para o mercado externo” (MARINI, 2000b, pág. 136). Tal crise veio somar-se à tendência permanente à crise na economia exportadora, devida “tanto pelo surgimento de novas regiões produtoras (impulsionado pela expansão imperialista) como pelo desenvolvimento de produtos similares ou substitutos artificiais nas próprias economias centrais” (MARINI, 1974, tradução livre).

As condições de produção e de circulação tecidas durante o período anterior iriam determinar o caráter desta indústria, suas perspectivas, seu desenvolvimento e seus limites.¹²

A utilização da superexploração como forma particular de acumulação havia formado um mercado cindido entre trabalhadores – cuja demanda era atendida pela produção interna, e classes que viviam da mais-valia não acumulada – que eram abastecidas pelas importações. Esta estratificação no mercado interno, a separação entre “esfera baixa” e “esfera alta” de consumo, “incidirá de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos

¹² Para esta seção, sempre que for necessário exemplificar alguma colocação com uma observação empírica, será utilizado o caso brasileiro, o que não exclui do movimento analisado, de forma geral, as outras economias dependentes.

problemas e das tendências que se apresentam nela atualmente” (MARINI, 2000b, pág. 135). A atrofia da primeira e a hipertrofia da segunda: este o fator-chave para a compreensão das particularidades da industrialização na América Latina.

Num primeiro momento, a indústria substitutiva de importações não encontrou problemas, a título de demanda, pois havia aquela da esfera alta. Para dar cabo do empreendimento em abastecê-la, logrou um pacto de proveito mútuo com a burguesia agrário-mercantil, já que esta havia podido defender-se da “conjuntura de depressão vigente no mercado mundial”, principalmente por controlar o aparato estatal, mantendo o ingresso de divisas e, ao mesmo tempo, a demanda por mercadorias industrializadas. Com este pacto, a indústria pôde importar, mediante canalização bancária do excedente do setor agro-exportador, as máquinas e equipamentos necessários ao seu crescimento e, sobretudo, pôde contar com a demanda da mais-valia não acumulada deste mesmo setor (MARINI, 1974). Tal foi a complementaridade existente entre o setor agro-exportador e a indústria, que se manteve sem sobressaltos até que o mercado começasse a indicar sinais de esgotamento. Um trecho de Marini (2000a, pág. 17) pode ilustrar bem a época em que se deu este movimento, no Brasil:

O fato básico a considerar é que a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semicolonial de exportação que caracterizou a economia brasileira antes dos anos 30 e que essa indústria não sofreu limitação ou competição sensível. Em virtude das condições excepcionais que haviam criado a crise de 1929 e o conflito mundial. O compromisso político de 1937 [entre burguesia agrária e burguesia industrial] tivera por base essa realidade objetiva. Por volta dos anos 50, a situação muda. Enquanto a indústria se empenha em manter altos os tipos de câmbio, o que a leva a se chocar com o setor agroexportador, cujos lucros ficavam assim diminuídos, este setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos. Pelo contrário, muitas vezes era necessário que, através da formação de estoques generosamente pagos, o governo garantisse os lucros dos plantadores e exportadores; estoques que, na verdade, correspondem à imobilização e recursos necessários à atividade industrial. A crise do setor externo da economia brasileira expressava, portanto, a ruptura da complementaridade [...] e se agravava com outro elemento, a remuneração do capital estrangeiro.

Tendo escrito o texto acima antes de desenvolver completamente as noções de superexploração, Marini expôs um fator objetivo que levou à industrialização empreendida a partir da metade da década de 1950: a necessidade de uma trégua política entre burguesia agrária e burguesia industrial que contemplasse a possibilidade da indústria importar máquinas e equipamentos para retomar seu

crescimento. Deixou de lado, entretanto, outro fator, mais importante: o esgotamento do mercado interno, cujas implicações desenvolve em *Dialética da Dependência*. Foi este que impôs a necessidade da indústria importar bens de capital para a produção de bens suntuários, de forma a barateá-los, a princípio, iniciando um novo ciclo de acumulação e amenizando novamente os embates entre as classes dominantes.

Enquanto nos países centrais o aumento da produtividade, a desvalorização dos alimentos importados e a distribuição da mais-valia extraída da periferia, entre outros fatores, permitiram que os bens de luxo¹³ pudessem ser massificados (MARINI, 2000b, pág. 139) – já o tendo sido os bens necessários, anteriormente; nos países dependentes, a baixa produtividade, os preços altos dos alimentos e a perda de mais-valia para o exterior determinaram a impossibilidade de massificação das manufaturas e, portanto, o aprofundamento da superexploração. Este acompanhou as duas adaptações às quais recorreu o capital para fazer frente à nova situação enfrentada pela indústria, que foram: “a ampliação do consumo das camadas médias, que se gera a partir da mais-valia não acumulada e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição *sine que non* para baratear as mercadorias” (Ibid. pág. 143).

À primeira vista, tais adaptações parecem se direcionar para o caminho inverso: ao aumento do consumo da classe média corresponderia uma diminuição de trabalhadores superexplorados, pois alguns ascenderiam socialmente, e junto ao aumento da produtividade surgiriam condições objetivas para se explorar menos os trabalhadores, na medida em que as indústrias poderiam contar com novas tecnologias que economizassem mão-de-obra, que “economizassem exploração”, por assim dizer e, além disso, barateassem boa parte dos bens de consumo necessário dos trabalhadores. Logo, as adaptações resolveriam o problema do mercado restrito – essa foi, de fato e em parte, sua motivação – e, de assalto, um mui-bem-vindo efeito colateral beneficiaria aos trabalhadores.

¹³ Para um esclarecimento a respeito do que são considerados bens necessários e bens de luxo: “São bens de consumo necessário aqueles que entram na composição do consumo dos trabalhadores e determinam, portanto, o valor de sua força de trabalho. Não importa que sejam *realmente* necessários, basta que sejam consumidos ordinariamente pelos trabalhadores para que se definam como tal. Deste ponto de vista, não há diferença entre os feijões, os sapatos e os rádios, sempre e quando os trabalhadores consumam feijões, sapatos e rádios. Em segundo lugar, estão os bens de consumo suntuário. Estes podem ser, na realidade, bens de consumo necessário (por exemplo, sapatos feitos à mão, em condições em que, por seu menor preço, a massa operária consuma sapatos fabricados mecanicamente), mas não chegam a constituir um *item* significativo do ponto de vista da análise. Podem ser claramente bens suntuários, no sentido de que não se incluem no consumo ordinário dos trabalhadores, por exemplo os automóveis” (MARINI, 1979b, tradução livre).

Para que as coisas se dessem, realmente, desta forma, seria necessário uma correlação favorável dos seguintes eventos, entre outros:

- i. que a busca por produtividade recuperasse o grande atraso em que se encontrava o setor produtor de bens de consumo necessário, em relação tanto a ao desenvolvimento que já poderia ter tido, quanto à produtividade da indústria de bens suntuários que viria a se instalar;
- ii. que se tivessem aliviado as transferências de valor, ou se tivessem encontrado outras formas de satisfazê-la, que não mediante sua extração do trabalho vivo;
- iii. que se criassem condições de uma maior distribuição de mais-valia – da qual a classe média toma a renda extra que a diferencia da classe baixa, simultaneamente com a menor exploração do trabalhador, ou seja, menor produção de mais-valia;
- iv. eliminação da tendência que o aumento da produtividade tem em intensificar o ritmo do trabalho, ou que a intensificação se compensasse com diminuição da jornada de trabalho ou com o aumento de sua remuneração;
- v. que, ao se aumentar o exército industrial de reserva pela elevação da composição orgânica do capital, aquele não pressionasse os salários para baixo; e
- vi. que houvesse formas de financiamento tão baratas quanto a própria superexploração.

De sobra, seria necessário que a demanda das classes médias resolvesse o problema da restrição do mercado de forma definitiva, e não apenas provisoriamente.

A concreção de todos estes eventos era impossível. Supôs-se, para tentar pintá-los de realismo, uma *diminuição*, somente, da superexploração. Que dizer então das teorias que predizem a ascensão do Brasil como país desenvolvido e o fim da miséria da população, ao simples desenvolver-se a indústria? Entre elas, a visão clássica da Cepal que “entendeu desenvolvimento e subdesenvolvimento como fenômenos *quantitativamente* diferenciados, podendo o segundo ser resolvido com medidas corretivas...” (DIAS CARCANHOLO, 2009, pág. 252) e o neodesenvolvimentismo, assim chamadas por Marini (2000c, pág. 236) as “ilusões desenvolvimentistas [...] dos novos ideólogos da burguesia brasileira”, quando

responde às críticas de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, os quais criam na possibilidade de se realizarem os eventos acima indicados (embora não os descrevessem nesses termos). De tanto crerem, conseguiram provar na prática, durante os dois mandatos de FHC (1994-2002), que estavam totalmente errados, aumentando o número de superexplorados a níveis nunca antes observados, a miséria e a dependência.¹⁴

No incremento formidável da produtividade se viu a possibilidade (que, entanto, era, pelo menos, teoricamente plausível) de correção daquela tendência, na economia dependente, em acumular-se capital mediante a superexploração. Contudo, a ampliação do consumo dos setores médios, medida adaptativa empregada para resolver os problemas de realização da indústria, freou o viés positivo que poderia ter o progresso técnico.

A transição de um modo de acumulação a outro se torna, então, difícil e se realiza com extrema lentidão, mas é suficiente para desencadear um mecanismo que a longo prazo agirá no sentido de obstruir a transição [...]. Este mecanismo é o recurso à tecnologia externa, destinada a elevar a capacidade produtiva do trabalho (MARINI, 2000b, pág. 143).

Demonstrar-se-á, abaixo, como o desenvolvimento da indústria levou à reafirmação da necessidade em remunerar o trabalhador por debaixo de seu valor, pela impossibilidade de se transitar ao outro modo de acumulação. Portanto, não se deve deixar-se enganar: a sobrevivência da superexploração, mesmo em uma economia industrial relativamente avançada, nada tem a ver com resquícios de modos primitivos de acumulação, e também não diz respeito às economias dependentes isoladas. Marini (2000b, pág. 160 e 162, grifos do autor) deixa claros estes pontos:

A superexploração não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, mas é *inerente e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho*.

¹⁴ Segundo o Dieese (2008, pág. 56), o salário mínimo real brasileiro caiu cerca de 16%, de 1993 a 1994, só recuperando-se ao patamar deste primeiro ano em 2001. A respeito da jornada de trabalho, o mesmo estudo (pág. 150) demonstra que, na Região Metropolitana de São Paulo, o número de assalariados que trabalhava mais que a jornada legal aumentou de 38,4% em 1993 para 44% em 2003, caindo persistentemente em seguida. Em 2000, o índice atingido de 44,6% foi o maior desde 1985.

Segundo Pochmann (2006), entre 1992 e 2002 o desemprego passou de 6,7% para 9,3% do total da PEA, o que significa um aumento relativo próximo de 40%. Segundo o autor, a década de 1990 apresentou uma reversão na criação de empregos formais. Nas décadas anteriores, sempre que havia expansão da produção, o número criado destes era maior que o de outras formas de ocupação, “entretanto, nos anos 1990, a cada dez empregos criados, somente quatro foram assalariados”.

A maior exploração do trabalhador, que adquire um caráter agudo na economia dependente, não é privativa dela, *mas tem a ver com o modo de produção capitalista em si mesmo*. Isto se deve à maneira contraditória como essas duas formas fundamentais de exploração incidem no valor da produção e, em consequência, na mais-valia que esta produz.

Abaixo, será feita a demonstração destes dois pontos sob diversos ângulos pelos quais a superexploração do trabalho pode ser analisada. Novamente, esta separação servirá para a melhor apreensão do fenômeno e para delimitar até onde chegou a análise de Ricardo Antunes em relação a ele. Além disso, os “eventos” supracitados, descartados desde logo como impossíveis, terão fundamentadas as razões desta qualificação que se lhe fez.

4.2.2.1 Superexploração e aumento da produtividade

O progresso técnico e o aumento da produtividade redundam, basicamente, em dois efeitos principais, aos olhos (e músculos) do trabalhador. Primeiro, este vê acrescido o número de máquinas que deve operar, pois este ampliou-se ao mesmo tempo que substituiu trabalhadores. Em segundo lugar, a diminuição dos tempos mortos da produção, através do aumento do ritmo do trabalho, é facilitada pelo emprego de máquinas, cuja velocidade pode ser facilmente aumentada, e por mais eficientes processos de trabalho.

A elevação da produtividade implica naturalmente num aumento da intensidade do trabalho [...] Os procedimentos para aumentar a intensidade são basicamente dois: o aumento de instrumentos de trabalho que o operário deve manejar e a velocidade das máquinas (MARINI, 2000c, pág. 227).¹⁵

Segundo Marini,

existe uma estreita interdependência entre o aumento da produtividade, a intensificação do trabalho e da duração da jornada. O aumento da força produtiva do trabalho, ao implicar um menor gasto de força física, é que

¹⁵ “Quando essa redução [da jornada de trabalho] se torna legalmente obrigatória, transforma-se a máquina nas mãos do capital em instrumento objetiva e sistematicamente empregado para extrair mais trabalho no mesmo espaço de tempo. É o que se obtém de duas maneiras: aumentando a velocidade da máquina e ampliando a maquinaria a ser vigiada por cada trabalhador, ou seja, seu campo de trabalho” (MARX, 2010, pág. 470).

permite aumentar a intensidade. [...] inversamente, uma menor produtividade limita a possibilidade de intensificar o ritmo de trabalho e aponta para a extensão da jornada (MARINI, 2000b pág. 163).

O progresso técnico tornou possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência a remunerá-lo em proporção inferior ao seu valor real (MARINI, 2000b, pág. 147).

O aumento da produtividade, portanto, possibilitou um aumento da exploração da força de trabalho, ou seja, mais uma vez: o aprofundamento da superexploração do trabalho.¹⁶ O período emblemático em que isto se deu, na história do Brasil, foi o chamado de “milagre econômico” (1967-1973).

Ora, conforme já visto anteriormente, as causas básicas da superexploração são: cisão do ciclo do capital, seguida pela cisão do mercado em duas esferas, transferências sistêmicas de valor e existência de um amplo exército industrial de reserva. O aumento produtividade não poderia, por si só, romper com estes mecanismos, ainda mais da forma que se deu, comandado por interesses estrangeiros. Em verdade, além de ter possibilitado, ao nível da produção, o aumento do ritmo – intensidade – do trabalho, ele agravou a estratificação do mercado, ao ser empreendido com muito mais intensidade na produção de bens de luxo¹⁷; agravou as transferências de valor, ao ser implementado por capital estrangeiro naquele setor, que, por suas particularidades, drena o valor dos outros setores; e ampliou o exército industrial de reserva, ao empregar maquinaria que economiza mão-de-obra.

Um último detalhe: o aumento da produtividade ajuda ainda a diminuir a jornada de trabalho, na medida em que permite a produção das mesmas mercadorias em menor tempo. Entretanto, a diminuição da jornada, embora seja a bandeira de muitas lutas dos trabalhadores no mundo todo, nem sempre é bem-

¹⁶ “Dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados à custa do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho, transformado em tormento, tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho, na medida em que a este se incorpora a ciência, como força independente, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital” (MARX, 2010, pág. 749).

¹⁷ Segundo Abreu (1990, pág. 241) “a produção de bens de consumo relativos a ‘transporte’ cresceu em média 24% entre 1968 e 1973, a produção de bens ‘eletro e eletrônico-domésticos’ 22,6% e a de bens de consumo não duráveis 9,4%.” Obviamente, a produção o setor de “transporte”, ao ser liderado pela indústria automobilística, é dirigida às camadas sociais que vivem de mais-valia não acumulada – a esfera alta, assim como boa parte daquela do setor de eletro-eletrônicos.

vinda por eles quando os mesmos têm uma remuneração baixa e vinculada ao número de horas trabalhadas. Preferem, assim, passar mais tempo à disposição efetiva do capital a aumentar a miséria em que se encontra sua família. Desta forma, desde o ponto de vista do emprego de força física por parte do trabalhador individual e de sua remuneração, o aumento da produtividade, principalmente nos países dependentes, é antes um prejuízo aos trabalhadores que uma conquista.

Como será visto, Ricardo Antunes apreendeu a relação direta que há entre aumento da produtividade e da intensidade do trabalho. Contudo, sua análise é limitada, tanto por desconsiderar o período pré-industrial, que criou, mediante as transferências de valor, a necessidade da superexploração, quanto por desconsiderar qualquer relação entre a superexploração e a posição que o Brasil ocupa na economia mundial.

4.2.2.2 Superexploração e recrudescimento da transferência de valor

A transferência de valor não se resume ao intercâmbio desigual. Este foi sua forma clássica. Sua diferença básica para os outros mecanismos de transferência, sempre mais sofisticados, está no fato de que ele se dá sem nenhuma contrapartida da outra parte – transfere-se valor “gratuitamente”. As outras principais formas de transferência e sua contrapartida são: pagamento de juros da dívida – disponibilidade de financiamentos; remessa de lucros – investimentos externos diretos; pagamento de dividendos – investimentos em carteira; pagamento de royalties – utilização de tecnologia. Assim, o intercâmbio desigual seria a única forma de transferência de valor sem uma contrapartida que o justificasse. Isto é uma inverdade. Quando incidem sobre as economias dependentes, todos estes

mecanismos servem para a drenagem de recursos destas economias às avançadas, e os valores transferidos são sempre maiores que os benefícios supostamente obtidos.

Então, no início do século XX a dívida externa começa a drenagem de forma persistente (MARINI, 2000b, pág. 108). Na metade do mesmo século a remessa de lucros vem somar-se, definitivamente, ao pagamento de juros da dívida como forma sistêmica de drenagem de recursos, seguindo-se aos impulsos à industrialização dados no governo de Kubitschek e, depois, nos governos militares, cuja característica principal foi a desnacionalização de parcela cada vez maior da economia. Somaram-se ainda o pagamento de dividendos e o de royalties. Como se vê, a transferência de valor não só não foi aliviada, como foi efetivamente intensificada, o que reafirmou a necessidade da superexploração do trabalho.¹⁸

Estes mecanismos, incluindo o intercâmbio desigual mais a instabilidade dos mercados financeiros locais, que implicam em altas taxas de juros, formam o que Dias Carcanholo (2009) chamou de “três condicionantes histórico-estruturais da dependência”. Segundo o autor:

De um ponto de vista histórico, pode-se afirmar que, do período pré-capitalista até a consolidação inicial do modo de produção capitalista, os países desenvolvidos extraíam o excedente produzido na periferia através da expropriação, dentro da acumulação primitiva de capital. Mais tarde, nas regiões periféricas, a extração do excedente passa a se dar por meio dos fluxos comerciais, dentro dos mecanismos de transferência de valor já observados, da expansão do capital que conduz à extração da mais-valia localmente, através dos investimentos diretos estrangeiros, e da desregulamentação interna e externa dos fluxos de capitais.

Esses elementos condicionantes da dependência provocam uma forte saída estrutural de recursos, levando a recorrentes problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. A única maneira que a acumulação de capital interna à economia dependente tem para prosseguir seria aumentar a sua produção de excedente. Assim, ainda que uma parcela crescente desse excedente seja apropriada e, portanto, acumulada, externamente, o restante (a partir da taxa de lucro interna) pode sustentar uma dinâmica de acumulação interna, mesmo que restringida e dependente. A forma associada à condição de dependência para elevar a produção de

¹⁸ Quanto ao crescimento da drenagem de recursos durante o “milagre econômico” podemos citar Abreu (1990, pág. 280-282) que afirma: “o déficit de serviços fatores, que fora em média US\$ 243 milhões em 1967-68, alcançou US\$ 520 milhões em 1972 e US\$ 712,4 milhões em 1973, como resultado principalmente de pagamentos anuais de juros de US\$ 164 milhões em 1967-68, que aumentaram para US\$ 359 milhões em 1972 e US\$ 514 milhões em 1973. [...] O crescente envolvimento de fontes privadas implicou taxas de juros de empréstimos mais elevadas do que as de fontes oficiais [...] de 4,7% em 1968 para 9,6% em 1973. [...] Paralelamente, as remessas de lucros e dividendos (também excluindo reinvestimentos no Brasil) também mostraram uma tendência de aumento. De uma média de US\$ 30 milhões em 1965-66, ainda sob o governo Castelo Branco, tais remessas passaram para uma média de US\$ 119 milhões entre 1967 e 1973 e para US\$ 198 milhões no último ano do período.”

valor é a superexploração da força de trabalho, o que implica no acréscimo da proporção excedente / gastos com força de trabalho, ou, na elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho.

Ou seja, os condicionantes da dependência colocam uma maciça transferência de valor produzido na periferia que é apropriado no centro da acumulação mundial, e a dinâmica capitalista na periferia é garantida pela superexploração da força de trabalho, ao invés de bloquear esses mecanismos de transferência de valor (DIAS CARCANHOLO, 2009).

Além disso, não há forma de criação de valor que não seja através do trabalho humano – a transferência de valor provém, portanto, da exploração deste trabalho. O formidável aumento da produtividade do trabalho, observado no Brasil a partir da década de 1950 não poderia, então, substituí-lo. Pelo contrário: este aumento, posto em prática por interesses estrangeiros e da burguesia nacional que desistira dos projetos de desenvolvimento econômico autônomo, teve como efeito elevar a superexploração e serviu, ainda, para transferir os benefícios do progresso técnico às economias avançadas, assim como para a formação de um mercado que absorvesse equipamentos e máquinas já obsoletos no centro do sistema, mas não totalmente amortizados (MARINI, 2000, pág. 145).

Há ainda outras formas de se transferir valor, entre as quais pode ser citado o exemplo da política de preços empregada pelos monopólios internacionais nas operações intra-firmas, que consiste, basicamente, em sub-faturar os bens produzidos nos países onde se encontram as filiais – os dependentes – e intercambiá-los por produtos superfaturados feitos nos países-sede. Deve-se advertir que “grande parte do ‘livre comércio’ mundial se realiza precisamente em operações intra-firmas multinacionais”, conforme nos indica Ouriques (1995, pág. 155, tradução livre). Além deste exemplo, é notório também o caso das tarifas estatais, ou dos preços cobrados por empresas estatais. Segundo ele, “a política de tarifas estatais constituiu um poderoso instrumento de transferência de valor”, pois “a mais-valia produzida nas empresas estatais é transferida diretamente aos capitais privados pela via ‘da falsificação da lei do valor’ derivada da ‘intromissão’ do Estado nos mecanismos de mercado.” Como exemplo, ele escreve que “a CNS (Companhia Siderúrgica Nacional) vende no mercado interno seus produtos à metade do preço do mercado mundial [...] o mesmo passa com a nafta, produto que produz a Petrobrás” (OURIQUES, 1995, pág. 154, tradução livre).

É preciso analisar, agora, como o ciclo do capital na economia dependente, ao basear-se na superexploração, condicionou e foi condicionado pela industrialização, o que irá clarear os motivos pelos quais o aumento da produtividade teve de ser seguido, necessariamente, pelo aumento da superexploração, assim como as causas do recrudescimento das transferências de valor.

4.2.2.3 Superexploração e ciclo do capital na economia dependente

A indústria de bens de consumo necessários não poderia se desenvolver, na economia dependente, da mesma forma que se desenvolveu nas economias avançadas, restando sempre atrofiada em relação à indústria de bens de luxo. As causas disso, diretamente relacionadas com a superexploração do trabalho, podem ser mais bem apreendidas com uma caracterização do ciclo do capital na economia dependente.

Marini (1979b) desenvolveu teoricamente o ciclo do capital, na forma específica que se dá na economia dependente depois que esta ingressa na etapa mais avançada de seu desenvolvimento industrial, que, grosso modo, corresponde ao período de 1950 a 1970. Segundo ele, cada fase do ciclo (C^1 – circulação 1 – em que se dá a compra de matérias-primas e máquinas e a contratação da força de trabalho; P – produção – em que se dá a produção e a acumulação do capital; C^2 – circulação 2 – em que as mercadorias são vendidas no mercado e o capital retorna ao capitalista na forma de dinheiro, em montante superior ao antecipado) influencia e é influenciada pelas outras.

Bem, a particularidade mais significativa da primeira fase do ciclo do capital na economia dependente é a intensa participação do capital estrangeiro. Marini insiste que é errônea a tese de que este contribui para o desenvolvimento da economia ou que representa um complemento à inversão interna:

Sendo evidente que o capital estrangeiro se integra e determina o ciclo do capital da economia dependente, e, portanto, seus processos de

desenvolvimento capitalista, não se pode perder de vista que isto representa uma mera restituição de capital, em relação ao que drenou da economia dependente; restituição que é, além disso, parcial (MARINI, 1979b, tradução livre).

Assim, o resultado específico da participação do capital externo na primeira fase do ciclo se traduzirá na integração dos sistemas de produção da economia dependente com as economias avançadas, na nova fase do imperialismo por que passará a economia mundial. Segundo Marini, então, “o ciclo econômico da economia dependente [...] se encontra diretamente articulado com o exterior [...] atua um fator externo [...] que se encontra totalmente fora de seu controle: o capital estrangeiro” (MARINI, 1979b, tradução livre).

Nesta fase do ciclo, há a compra de meios de produção que, por não estarem disponíveis no mercado interno, devem ser importados. Embora este tipo de operação seja natural em qualquer economia capitalista, a forma aguda que se dá na economia dependente é o que a caracteriza. Nas economias avançadas, discorre Marini, o amplo desenvolvimento do mercado interno e da indústria de bens necessários, antes de qualquer outra, impulsionou a formação de uma indústria de bens de capital e, também, com o aumento de sua produtividade e a conseqüente ampliação da taxa de mais-valia, possibilitou o desenvolvimento da indústria de bens de luxo. Tal industrialização ele chamou *orgânica*.

Na periferia as coisas ocorreriam de forma diversa. A ampla penetração do capital estrangeiro nesta etapa de seu desenvolvimento capitalista ocorreu por duas vias: através do capital dinheiro e do capital mercadoria, que se direcionaram, principalmente, à indústria manufatureira.¹⁹

Em conseqüência, essa indústria manufatureira é dependente, não só materialmente, no que se refere aos equipamentos e máquinas como meios materiais de produção, mas também tecnologicamente, ou seja, enquanto deve importar o conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente, fabricá-los. Isto incide, por sua vez, na relação financeira com o exterior, dando lugar aos pagamentos por direitos autorais ou assistência técnica, que constituem outros tantos fatores de transferência de mais-valia, de descapitalização.

Do ponto de vista que nos interessa, ou seja, da determinação dos aspectos característicos do ciclo do capital na economia dependente, o que importa destacar é que, assim como tal ciclo depende do fluxo circulatório externo de capital dinheiro, depende também, para completar a primeira fase de circulação, de meios de produção proporcionados pelo exterior. Na fase de circulação C¹, portanto, o ciclo do capital desta economia se encontra

¹⁹ Em dezembro de 1973, do estoque total [de investimento estrangeiro] de US\$ 4.579 milhões, 77% estavam investidos na indústria de transformação (Ibid., pág. 282).

duplamente articulado e é duplamente dependente em relação ao exterior (MARINI, 1979b, tradução livre).

Enquanto, portanto, nas economias avançadas houve um processo *orgânico* de industrialização, em que cada etapa assentava as bases para a etapa posterior através de recursos internos e desenvolvimento articulado entre os setores, na economia dependente, em que a superexploração do trabalho ceifou a possibilidade da existência um mercado interno amplo e dinâmico, voltado aos bens necessários, as coisas deveriam ocorrer de forma diversa. A fase correspondente à predominância da produção de bens de consumo, nesta economia, foi prolongada sobremaneira, até que o capital estrangeiro tivesse condições – e necessidade – de integrar os sistemas produtivos, através de inversões diretas na indústria da periferia. Trabalhou para que isto ocorresse a intensa concorrência inter-capitalista entre os grandes monopólios norte-americanos, europeus e japoneses, verificada após a recuperação da Europa Ocidental e do Japão da destruição causada pela Segunda Grande Guerra.

Foram introduzidos, assim, os diversos ramos do setor de bens de luxo, entre os quais o mais importante foi o de transportes, liderado pela indústria automobilística. Isto ocorreu, diferentemente da industrialização orgânica, antes que se estabelecesse a indústria de bens de capital, implicando na dupla dependência ao capital estrangeiro, na primeira fase do ciclo.²⁰

Na segunda fase, de acumulação e produção, a alta composição orgânica do capital observada nas indústrias instaladas pelo capital estrangeiro ou nacional associado, conduziu à formação de *superlucros*, obtidos em detrimento dos capitais de menor composição orgânica do capital. Chamando estes de *B* e aqueles de *A*, operando no mesmo ramo, assim expõe Marini (1979b, tradução livre) o problema:

Embora passe a produzir a custos menores, *A* venderá sua mercadoria pelo preço estabelecido ao nível de produção do capitalista *B*, ou seja, do que opera em condições normais de produção. Em consequência, ainda que venda ao mesmo preço de mercado, o lucro de *A* será maior que o de *B* devido à diferença do custo de produção [... isto] é um fenômeno normal [...]. O problema não reside aí, senão em que o lucro diferencial ou extraordinário

²⁰ “A consequência mais grave dessa liberalidade [de concessão de incentivos, de 1968 a 1973] foi o atraso da produção interna de bens de capital, com conseqüente aumento e prolongamento da dependência externa, especialmente quanto à tecnologia” (ABREU, 1990, pág. 243). Tal colocação serve como ilustração do que foi dito, embora fundamente o atraso na política econômica empregada pelo governo, e caracterize a dependência como externa e, aparentemente, provisória – o que implica em erros metodológicos graves, por desconsiderar os condicionamentos internos e externos que levaram a esta dependência.

de *A* dificilmente pode ser anulado por um esforço de *B* para, elevando sua composição orgânica do capital, seu nível tecnológico e a produtividade do trabalho que emprega, igualar o custo de produção que tem *A*. Isto porque a diferença dos custos de produção não procede de um desenvolvimento técnico interno, mas da introdução do exterior de uma nova tecnologia com que *A* detém, em relação a *B*, a posição de um monopólio tecnológico [...] uma posição de dominação indiscutível.

Esta posição vantajosa permitiria que a indústria *A* reduzisse seus preços na medida de seus próprios custos de produção, acarretando a *B* perda de frações de mercado e, provavelmente, sua quebra, em seguida. O resultado seria “uma centralização brutal do capital mediante a absorção dos capitais menores pelos maiores, devido à incapacidade dos primeiros para fazer frente à concorrência” (MARINI, 1979b, tradução livre).

Porém, segundo o autor, a evidência empírica comprova que as indústrias de maior composição orgânica do capital preferem continuar obtendo lucros extraordinários, fixando os preços de acordo com os custos de produção do concorrente médio, de menor composição orgânica. Este tratará de recompor sua taxa de lucro através da elevação da quota de mais-valia, obtida pela extração de mais trabalho de seus operários. Ou seja, diferenças na composição orgânica do capital no mesmo ramo de produção levam à retração da taxa de lucro dos capitais em desvantagem que, porque não conseguem revertê-lo através do mesmo expediente utilizado pelos concorrentes em vantagem, recorrem à superexploração do trabalho.

A gravidade do problema não está tanto na superexploração utilizada por estas empresas, senão em sua generalização à economia como um todo:

Sendo um recurso que acionam os capitais com menor poder de concorrência, a superexploração acaba, amplamente, favorecendo aos capitais monopólicos, posto que ali também se emprega força de trabalho cujo nível de remuneração obedece, em linhas gerais, ao nível médio fixado nas empresas que trabalham em condições médias. Portanto se reduz também, em termos relativos, a massa de salários pagos pelas empresas monopólicas, abatendo-se seu custo de produção. Há mais: como a superexploração implica que se reduzam os custos de produção, todas as matérias-primas e demais insumos industriais vêm deprimidos seus preços de mercado, o que beneficia também às grandes empresas. Estabelece-se assim um círculo vicioso no qual a estrutura de preços tende sempre a deprimir-se, pelo fato de que se deprime artificialmente o preço do trabalho, o salário (MARINI, 1979b, tradução livre).

Há, portanto, fortes evidências para se concluir que, mesmo que a maior parte da inversão estrangeira se desse no setor de bens necessários, o preço dos mesmos seria mantido; ou cairia pouco, o que não faz diferença: já deve estar claro, a esta altura da exposição, que a economia dependente apresenta *tendências* no âmbito da exploração do trabalho, da inversão do capital, da conformação do mercado, do consumo do trabalhador, da importação de capital, etc., que se reforçam mutuamente, embora não sejam absolutas e haja contra-tendências operando continuamente para revertê-las, as quais, contudo, nunca são fortes o bastante concretizá-lo definitivamente, ou seja, para romper com a dependência.²¹

Não fazendo cair o preço dos bens necessários, os benefícios do aumento da produtividade, no setor, não se generalizam para o sistema econômico como um todo, impedindo o advento do modo de acumulação centrado na mais-valia relativa e reforçando o outro, baseado na superexploração.

Mas o setor produtor de bens necessários está longe de ter absorvido a maior parte da inversão, seja estrangeira, seja nacional.

Deprimido o preço do trabalho, a demanda deste, ao decorrer do processo de industrialização, caiu ainda mais: este é o significado, ao nível da terceira fase do ciclo – C², do aumento da concentração de renda observado durante as décadas de 1960 e 1970 no Brasil.²² Nesta fase há a predominância da demanda composta pela mais-valia não acumulada, que se dirige ao mercado de bens suntuários. Ela influencia, assim, a orientação das inversões durante a fase da produção.

A segunda fase da circulação contribui a orientar a produção no sentido em que se separe ainda mais das necessidades de consumo das massas. É por esta razão que a maior parte dos ramos que produzem para o consumo popular, chamadas em linguagem desenvolvimentista tradicionais, tenham pouco dinamismo em contraposição às indústrias denominadas “dinâmicas”, que crescem rapidamente, e que produzem bens de consumo suntuário ou bens de capital para a produção destes (MARINI, 1979b, tradução livre).

Até aqui, depara-se com a seguinte situação: na primeira fase do ciclo do capital na economia dependente gera-se uma dupla dependência do aparato

²¹ “Está claro que em Marini tais fenômenos ou problemas do capitalismo latino-americano são tratados acertadamente como fenômenos tendenciais, que encontram saídas, porém, ‘particulares saídas’” (OURIQUES, 1995, pág. 128, grifos do autor, tradução livre)

²² “É particularmente impressionante a concentração de renda nas mãos dos 5% ais ricos e dos 1% mais ricos. No primeiro caso, a sua participação na renda passa de 28,3% em 1960 para 34,1% em 1970 e 39,8% em 1972, enquanto no segundo caso o aumento é de 11,9% em 1960, para 14,7% em 1970 e 19,1% em 1972. Em contraste, os 50% mais pobres, que recebiam 17,4% do rendimento total da PEA em 1960, passaram a auferir apenas 14,9% do total em 1970 e 11,3% em 1972” (ABREU, 1990, pág. 290).

produtivo em relação ao exterior. Esta implica em transferências de valor, o que, por si só, já conduziria ao endurecimento das condições de superexploração sobre os trabalhadores. Na segunda fase do ciclo, considerando capitais invertidos em um mesmo ramo, há transferência de valor daquele com menor composição orgânica do capital ao outro (provavelmente estrangeiro), levando o primeiro a compensá-lo na maior exploração sobre o trabalhador. A tendência, na indústria, segue assim a tendência que existia antes dela: a generalização da superexploração do trabalho, visto que as indústrias de maior composição orgânica do capital também depreciarão o preço da força de trabalho de seus operários ao nível normal do setor em que operam, que logo se tornará o nível normal da moderna economia industrial que se conformará no país. A terceira fase do ciclo, ao explicitar a cisão do mercado em duas esferas, indica o caminho para novas inversões, que tratarão de reproduzir os mecanismos que exarcebam a superexploração do trabalho.

Por fim, cabe considerar que a depressão nos lucros causada pela grande diferença nas composições orgânicas do capital entre indústrias de um mesmo setor é ainda reforçada pelo desenvolvimento de um setor de bens de luxo. Trata-se, aqui, de uma tendência do sistema capitalista, apreciável, também, nos países avançados, mas que se torna mais radical na economia dependente.

Diferentemente do que pensa o senso comum, o progresso técnico, no sistema capitalista, não surge do natural desenvolvimento da humanidade. Embora permita a produção de mais mercadorias em menos tempo e com menor esforço físico do trabalhador, o aumento da produtividade do trabalho é ditado pelas necessidades de acumulação do capital, e, mais especificamente, pela possibilidade de um capital obter mais-valia extraordinária à custa de outros. Quando um capitalista, ao utilizar uma inovação técnica, pode produzir mais mercadorias que seus concorrentes, mantendo a quantidade de trabalho empregado, o resultado será uma diminuição no valor individual destas mercadorias que, entretanto, se realizarão no mercado pelo valor social, das condições normais de produção em que ainda se encontram todos os outros que ainda não lograram o mesmo avanço.

Em definitivo, dado que o valor é uma relação social, é o valor social o que conta e afirmar que o capitalista individual reduziu o valor unitário de sua mercadoria não é senão uma maneira de dizer que os custos de produção foram reduzidos, em comparação com aos demais capitalistas do ramo. É mediante este mecanismo que o capital individual obtém uma mais-valia extraordinária, a qual se converte, na concorrência capitalista, no fator por excelência da introdução do progresso técnico. Porém isto não é tudo, [...] o

aumento de produtividade implica a redução da participação dos salários na massa de valor criada; [...] a mais-valia extraordinária não é, pois, um mecanismo de transferência que atua somente na competição intercapitalista, mas um fator que também incide na relação de distribuição entre mais-valia e salário, do ponto de vista do capitalista individual (MARINI, 1979a, tradução livre).

Quando um capitalista individual consegue avançar no progresso técnico e sustentar-se nele acima de seus concorrentes, ele obterá mais-valia extraordinária, independentemente do setor no qual opere. A generalização do aumento de produtividade ao setor hipotético considerado, entretanto, explicita a repercussão diferenciada que tal aumento tem em cada setor e na sua possibilidade de se apropriar de mais-valia extraordinária.

Segundo Marini (1979a), a indústria de bens suntuários (chamada de setor *IIb*) difere-se das indústrias de bens de capital (chamada de setor *I*) e bens de consumo (*IIa*), no que diz respeito ao aumento da produtividade, por poder empregá-lo de forma sustentada e, assim, drenar mais-valia extraordinária daqueles, deprimindo suas taxas de lucro. O fato de que foi este setor o que mais se desenvolveu na indústria dos países dependentes corrobora a tese de que a industrialização veio aumentar a superexploração do trabalho.

Senão, vejamos. Partindo de uma situação de equilíbrio, aumenta-se a produtividade no setor *IIa*, o que provocará um aumento de produção física de mercadorias, as quais deverão realizar-se no mercado. Caso o setor diminua o preço das mercadorias, então repartirá com todos os outros as benesses do aumento da produtividade, ao aumentar a mais-valia relativa da economia como um todo, não se apropriando, pois, de mais-valia extraordinária. Caso o setor mantenha os preços, sofrerá prejuízos, pois o mercado não pôde expandir-se ao simples desenvolvimento da produtividade neste setor, pelo contrário: ao aumento da produtividade é provável que se tenham demitido trabalhadores que compunham aquele mercado, contraindo-o, portanto. Para o setor *IIa* a possibilidade de obter mais-valia extraordinária em detrimento dos outros é, assim, quase nula.

Quando a produtividade é elevada no setor *I*, há um aumento correspondente das mercadorias que ele produz. Para comprá-las, o que significaria aumentar a escala de acumulação juntamente com o valor do capital constante e, também, a produção de mercadorias, os setores *IIa* e *IIb* devem ver expandido o mercado aos seus produtos, sob o risco de não realizá-los todos e, assim, ter

diminuída sua taxa de lucro, uma vez que aumentaram seus custos de produção. Se isto ocorresse, os dois setores diminuiriam a demanda por máquinas e equipamentos, o que forçaria ao setor *I* diminuir seus preços e eliminar sua mais-valia extraordinária. A expansão do mercado para o setor de bens de consumo, condição necessária à sustentação de mais-valia extraordinária no setor *I*, só é possível ao subsetor *IIb*, através do incremento da mais-valia do setor *I*, cuja fatia não acumulada se reverteria em demanda por bens suntuários.

Assim, pelo condicionamento do mercado, o lucro extraordinário de *I* se traduziria na elevação da taxa de lucro em *IIb* e nos ramos de *I* que produzem para este. Somente à medida que os maiores lucros de *I* e *IIb* derem lugar à ampliação da escala de acumulação, poderiam *IIa* e os ramos de *I* dirigidos a este, com atraso e de forma subordinada, integrar-se ao movimento expansivo iniciado em *I*, com o que a eliminação do lucro extraordinário dos primeiros, além de aleatória, se faria com lentidão (MARINI, 1979a, tradução livre).

Efeito totalmente diferente ocorre quando o progresso técnico se dá no setor *IIb*. Este pode manter os preços das suas mercadorias, visto que a demanda destas se vê aumentada na modificação que sofre a relação entre mais-valia e capital variável do próprio setor. Isto o possibilita sustentar a apropriação de mais-valia extraordinária. Além disso, qualquer aumento de mais-valia que ocorra nos outros setores, seja qual for seu motivo, implicará em aumento da procura pelas mercadorias de *IIb*. Isto implica, automaticamente, no aumento da demanda que este setor exerce sobre a parte do setor *I* que produz para ele.

Em consequência, a possibilidade de que a mais-valia extraordinária de *IIb* se traduza em lucro extraordinário não se vê limitada em princípio pelo mercado, senão tão somente pela concorrência entre os capitais e sua migração de ramo em ramo. No entanto, como os capitais migrantes não se movem de um ramo a outro com o objetivo de eliminar o lucro extraordinário, mas para aproveitar-se dele, somente as pressões que se exerçam sobre o mercado (uma escala de acumulação tão rapidamente ascendente que freie a expansão do consumo individual criado pela mais-valia; os atrativos excepcionais da poupança; crises setoriais em *I* ou *IIa*; etc.) podem eliminar em *IIb* o lucro extraordinário, independentemente de que este se veja reduzido pela concorrência entre os capitais em relação à mais-valia extraordinária realmente criada (MARINI, 1979a, tradução livre).

Desta forma “o setor *IIb* exerce um efeito depressivo sobre a taxa geral de lucro, o qual é rigorosamente a contrapartida do lucro extraordinário, que nele se verifica” (MARINI, 1979a, tradução livre). Portanto, a depressão nos lucros, causada pela apropriação de mais-valia extraordinária por capitais de maior composição

orgânica do capital, ocorre tanto quando esta expropriação é intra-setorial, conforme exposto anteriormente, quanto quando ela se dá inter-setorialmente, no caso específico do aumento da produtividade no setor produtor de bens suntuários, que é o único capaz de sustentar este aumento.

Todo este processo em que os capitalistas de maior composição orgânica do capital podem se apropriar de mais-valia extraordinária enquanto dure sua superioridade tecnológica; e da singularidade da possibilidade do setor *I/b* em deprimir, a seu benefício, o lucro dos demais setores de forma permanente,

constitui o quadro teórico e conceitual de inscrição do conceito de superexploração, no âmbito da teoria do valor, como uma tendência dinâmica do capitalismo. O movimento de produção de mais-valia torna-se simultaneamente um movimento de apropriação de mais-valia, implicando desvios de preços em relação ao valor que resultam na depressão das taxas de lucro dos capitalistas individuais e subsetores desfavorecidos. Estes buscam, na fixação dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor, os mecanismos de compensação e restauração da mais-valia que lhes foi apropriada por meio da concorrência (MARTINS, 2009, pág. 195-196).

A tendência citada é do capitalismo, podendo ocorrer, portanto, nas economias avançadas. Entretanto, nestas há contratendências que amenizam seus efeitos, diferentemente do que ocorre nas economias dependentes em que a superexploração do trabalho determinou a hipertrofia da esfera alta de consumo e, assim, do setor *I/b*, que é, justamente, o que tem condições de deprimir as taxas de lucro do conjunto da economia, recolocando a necessidade da superexploração do trabalho nos setores em desvantagem.²³

Portanto, a utilização da superexploração do trabalho quando do ingresso da América Latina no mercado mundial colocou em marcha um “mecanismo monstruoso” (MARINI, 2000c, pág. 177) que, por se tratar da forma como as *relações de produção* (base) do sistema capitalista se configuraram aqui, determinou todo o desenvolvimento posterior de nossa economia, o labor e a vida em si de nossas populações. Em outras palavras, a superexploração do trabalho é a relação de produção fundamental dos países dependentes, é o átomo da conformação de sua estrutura. Mas a estrutura engendrada, como sistema operando em ciclo, ao ter que voltar-se necessariamente às partes que formam aquela relação, vale dizer, às

²³ Por estes tantos motivos, foi necessário comprimir, no período em que mais se desenvolveram as forças produtivas no Brasil, o poder de consumo dos trabalhadores, ou seja, aumentar a superexploração: “A série de salários mínimos deflacionados pelo DIEESE [...] indica uma perda contínua de poder aquisitivo de 1964 a 1974, da ordem de 42%” (ABREU, 1990, pág. 286).

classes “dominante-dominada” (BAMBIRRA, 1983) e trabalhadora superexplorada, para recomeçar o ciclo que a reproduz no âmbito de um condicionamento sistêmico mundial fora do controle dessas classes, deve sedimentar o átomo, cristalizá-lo. As transformações evidentes que ocorreram nestas economias, cujo catalisador foram as modificações operadas no aparato produtivo do centro do sistema, não alteraram o seu fundamento, apesar de terem alterado a forma fenomênica da existência de milhões de seres humanos, sua consciência e, também, sua representação da realidade – alteração a que estavam tão sujeitos os estudiosos desta realidade como os indivíduos intelectualmente passivos.

É hora de passar-se à crítica a Ricardo Antunes. Antes dela, entretanto, há algumas considerações importantes a fazer.

4.3 CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente capítulo pretendeu demonstrar o quanto a categoria superexploração do trabalho é complexa e importante para a compreensão da realidade dos países dependentes e do sistema capitalista mundial, como a dependência se desenvolveu e, com ela, a superexploração, e como já existe um esquema teórico capaz de explicar em termos marxistas o funcionamento do ciclo do capital em nossa economia.

As considerações que se seguem, de caráter complementar, esclarecerão algumas lacunas que o desenvolvimento atual do sistema capitalista pôde ter trazido à compreensão ou à validade da categoria superexploração do trabalho.

Em primeiro lugar, pode-se citar o caso do deslocamento da maioria dos trabalhadores da esfera “produtiva” para a esfera de “serviços”, ocorrido no mundo nas últimas décadas. Diferentemente do que muitos pensam, ele não implica no “fim do trabalho”, conforme explicitou Ricardo Antunes (2010) em *Adeus ao Trabalho?* e pode-se igualmente dizer que ela tampouco implica no fim da superexploração do trabalho. Mesmo que o trabalhador do comércio, por exemplo, não produza

diretamente mais-valia, embora crie diretamente lucro ao capitalista (MARINI, 2000d pág. 249), isto não permite que alguém conclua a inoperância da superexploração do trabalho neste ramo, justificando tal conclusão com o raciocínio de que, se a superexploração serve para que o capitalista se aproprie de uma massa maior de mais-valia criada pelo trabalhador, ela não existe no comércio, pois ali não há criação de mais-valia. Aqui cabe o esclarecimento de Marini (2000d), ancorado nos três livros de O Capital, em relação ao trabalho considerado produtivo, que não existe somente na esfera onde se produzem os valores-de-uso. Segundo ele,

ao considerar o trabalhador da circulação que se ocupa principalmente da venda (assim como da contabilidade, da embalagem, da classificação, etc., etc.), Marx observa que ele se paga mediante o *desembolso de capital variável* por parte do capitalista que opera nessa esfera, proporcionando ao capitalista em questão um *lucro positivo* e contribuindo, assim, para tornar mais rentável seu capital. Por conseguinte [...] estamos diante de um trabalhador produtivo, dado que “torna rentável” o capital, qualquer que seja a forma sob a qual se apresenta. [...] Colocada a questão nestes termos, o trabalho produtivo é aquele que permite ao capital produzir ou apropriar-se de mais-valia.

Então, mesmo que o trabalhador não produza mais-valia diretamente, se, no desgaste de sua força de trabalho ele possibilita ao capitalista apropriar-se da mais-valia criada por outro trabalhador (ou do fundo de consumo não pago), ele, na prática, “cria” mais-valia a este capitalista, o qual pode, com o intuito de aumentar esta massa de mais-valia apropriada, tanto prolongar a jornada de trabalho daquele quanto aumentar sua intensidade, ou então diminuir seu salário, ou, finalmente, combinar estes mecanismos, configurando, em qualquer caso, a situação de superexploração. De fato, em termos de jornadas longas de trabalho e remunerações baixas, o trabalhador do comércio é mais explorado, na média, que aquele da indústria, conforme indicam diversos estudos.²⁴

Um segundo ponto a ser citado é a vigência ou não da superexploração do trabalho nos países desenvolvidos. Este seria o tema para um novo trabalho; o que

²⁴ Segundo o Relatório Global Sobre os Salários 2010/11 (OIT, 2010, pág. 40-46), o índice de incidência de baixos salários, no Brasil, é de 32% para o emprego informal, que predomina no setor de serviços. Segundo o relatório, trabalhar neste setor está entre as variáveis que aumentam o risco de baixos salários no país, assim como na China, em que tal índice para o setor de serviços é de 66,7%, enquanto que para a indústria transformadora, é de 48,9%; o mesmo ocorre na Coreia, Filipinas, Indonésia, etc. Segundo a OIT (2009, pág. 94), “no Brasil [...] é o subsetor de transporte, armazenamento e comunicações que apresenta a mais longa jornada semanal de trabalho entre todos os mais importantes agrupamentos de atividades, com de 48,4 horas”. Já na manufatura, a jornada de trabalho semanal média no Brasil é de 43,2 horas; é de 41,4 horas para o serviço público em geral (OIT, 2009, pág. 91).

se pode dizer é que há já estudos que demonstram uma tendência de homogeneização das condições de trabalho no mundo todo, à pior. Ou seja,

O notável avanço alcançado em matéria de informação e comunicação proporciona uma base muito mais firme do que antes para conhecer as condições de produção e, portanto, para estabelecer os preços relativos. O mercado mundial, pelo menos nos seus setores produtivos mais integrados, caminha assim no sentido de nivelar de maneira cada vez mais efetiva os valores, e tendencialmente, de suprimir as diferenças nacionais que afetam a vigência da lei do valor [...assim] generaliza-se em todo o sistema, inclusive nos centros avançados, o que era um traço constitutivo (ainda não operativo) na economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho (MARINI *apud* VALENCIA, 2009, pág. 113).

Então, pode-se afirmar hoje que a superexploração do trabalho estende-se pelo mundo, que os trabalhadores dos países centrais estão também sofrendo o desgaste prematuro de sua força de trabalho, estão sendo remunerados por debaixo de seu valor. Entretanto, deve-se sempre ter em vista a perspectiva histórica, diante da qual não há como negar as diferenças qualitativas e drásticas existentes entre a acumulação de capital dos países hegemônicos e a dos dependentes, as quais conformam realidades distintas, e, ainda, opostas, na medida em que a exploração maior recai sobre os países mais frágeis e seus trabalhadores.

O terceiro ponto é a suposta reversão das condições que colocam a necessidade da superexploração do trabalho devido à nova conjuntura econômica originada da ascensão da China como demandante de matérias-primas, o que causa, há alguns anos, consideráveis elevações nos preços dos bens produzidos pelos países dependentes. É ingenuidade imaginar que os benefícios desta conjuntura favorável sejam revertidos aos trabalhadores num contexto em que ainda é grande o exército industrial de reserva nos países dependentes. Além do mais, se o capítulo presente tiver sido apreendido em sua totalidade, é natural concluir que a mudança de um dos primeiros fatores que colocou a necessidade da superexploração do trabalho – o intercâmbio desigual – não pode alterar todos os outros que vêm se reforçando mutuamente, principalmente depois da conformação da indústria nestes países, conforme indicado acima.

Concluindo este capítulo, deve-se ter presente a essencialidade da categoria superexploração do trabalho para explicar as economias dependentes (e a economia mundial como totalidade histórica, visto que se lhe explica mediante as partes, entre as quais as economias dependentes) e que as tendências econômicas

globais da atualidade nada fizeram para minimizar esta importância. A centralidade desta categoria para a apreensão do que é essencial no fenômeno do subdesenvolvimento foi explorada suficientemente para que, agora, se possa passar à utilização que dela faz Ricardo Antunes e a consequente crítica.

5 CRÍTICA A RICARDO ANTUNES

Ricardo Luiz Coltro Antunes é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, desde 2000. Os temas principais de seus estudos são: “trabalho, nova morfologia do trabalho, ontologia do ser social, sindicalismo, reestruturação produtiva e centralidade do trabalho”, conforme indica em seu currículo *lattes*. Pesquisador assíduo, atento leitor da mais especializada literatura mundial que trata destes assuntos, e profundo observador da realidade social das relações de produção no mundo em geral e, principalmente, no Brasil, tem diversos livros publicados, cujo teor é sempre uma aguda crítica ao sistema capitalista, e uma preocupação legítima em compreender a realidade dos trabalhadores e suas perspectivas. Faz uma importante oposição, principalmente em *Os sentidos do trabalho*, à “desconstrução teórica”²⁵ que, nas últimas décadas, pretendeu provar o fim da centralidade da categoria trabalho na “formação societal contemporânea”, com os argumentos de que a ciência estava substituindo o trabalho e a produção de mercadorias estava sendo substituída pela “esfera comunicacional”.

²⁵ Antunes (2009, pág. 15).

Embasado sempre em Marx, utiliza-se das categorias fetichização e alienação, forma fenomênica e essência, totalidade, trabalho material e imaterial, entre outras, para exprimir suas conclusões, demonstrando um amplo domínio sobre as mesmas e, portanto, uma diligente leitura do próprio Marx.

O conceito superexploração do trabalho está presente em quase todas suas obras²⁶ e na maioria das vezes aparece como se fosse uma conceito cujos significados já são ponto pacífico e, por isso, de prescindível explicação. Quando Antunes se dá ao trabalho de desdobrá-lo analiticamente, consegue fazê-lo em não mais que duas linhas, negligenciando a tradição crítica que, muito antes dele, havia forjado tal conceito e que, principalmente, havia conseguido apreender com grande nitidez e profundidade a realidade do fenômeno a que ele se refere.

O eixo da crítica que aqui se faz a ele, portanto, é uma comparação entre os *verdadeiros significados* do conceito, vistos no capítulo anterior, e os que Antunes lhe dá, com as *implicações* correspondentes. Através dela será possível estabelecer a debilidade do conjunto da obra do autor, que cria obstáculos tanto para a compreensão da realidade das economias dependentes, quanto para a sobrevivência do pensamento crítico latino-americano. A crítica consiste exatamente na demonstração desta debilidade.

5.1 DESMANTELANDO UM CONCEITO: PREJUÍZOS

Entre os livros analisados de Ricardo Antunes, é em *A rebeldia do trabalho*, apresentado em 1986 sob a forma de tese de doutorado, e publicado em 1992, que se encontra uma tentativa de definir o que é a superexploração, uma vez que ele se propõe, neste livro, entender as causalidades das greves metalúrgicas de 1978 a 1980, entre as quais a superexploração do trabalho é a principal, segundo ele.

Em 1986, *Subdesarrollo y Revolución*, de Ruy Mauro Marini, completava 21 anos. Foi neste texto, “escrito originariamente para a revista cubana *Tricontinental*”²⁷,

²⁶ Particularmente em todas as citadas nas referências bibliográficas, com exceção para *O caracol e sua concha*.

²⁷ Ouriques (1995, pág. 98-99).

em 1965, que Marini, tendo criado o conceito de superexploração, explicitou pela primeira vez sua relação com a dependência: “a superexploração do trabalho constitui assim o princípio fundamental da economia subdesenvolvida [...]” (MARINI, 1995, tradução livre), após ter indicado a superexploração como compensação às transferências de valor, embora seja somente em 1973, com a *Dialética da Dependência*, que ele desenvolverá o conceito em toda sua extensão analítica. Após este ano, segundo Ouriques, “tal conceito foi aceito por um número bastante amplo de autores, economistas, sociólogos e politólogos, por distintas razões” e “de pontos de vista próprios”, “porém nem sempre com um tratamento crítico sobre ele [...]” (OURIQUES, 1995, pág. 107, tradução livre).

O conceito *superexploração* do trabalho, assim como *subimperialismo*, foi criado por Marini para que ele pudesse dar voz às intuições formidáveis que tivera a respeito das economias dependentes, para as quais não havia ainda uma teorização satisfatória. Segundo ele²⁸, antes de *Dialética da Dependência*, de 1973, vários autores se haviam apropriado de suas idéias e de seus conceitos, usando-os livremente, sem citar a fonte, possivelmente porque ele não era muito conhecido. A partir de 1973, sua obra passou a ser amplamente utilizada e reconhecida.

Entretanto, assim como qualquer conceito novo, o de superexploração não pôde fugir de ser empregado com impropriedade, do que é um exemplo claro o uso que Ricardo Antunes dele faz. Em *A rebeldia do trabalho*, apresentado como tese de doutorado²⁹ em Sociologia, na USP, cerca de um ano após a chegada de Ruy Mauro Marini do exílio, o conceito de superexploração se tornou um fragmento mínimo do que fora sob a pena deste, negando, assim, a si próprio, e continuou a sê-lo em todas as obras posteriores de Antunes.

Uma vez que a crítica aqui não se contentará em contestar a utilização equivocada que Antunes faz do conceito, mas buscará, através desta contestação, indicar como ela debilita sua obra em geral e, particularmente, sua tese, racionaliza-se, abaixo, a importância que tem a superexploração para esta obra em específico – *A rebeldia do trabalho*, visto que nela o conceito é utilizado à exaustão – para passar-se, em seguida, à crítica propriamente dita.

Neste livro, Antunes propôs-se “entender o significado do ciclo grevista desencadeado pelo proletariado metalúrgico do ABC paulista, durante o triênio

²⁸ Marini, Ruy Mauro. *Memória*. Arquivo pessoal. Disponível em <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>.

²⁹ Sob o nome de *As formas de greve: o confronto operário no abc paulista - 1978/80*.

1978/80.” Seu objetivo, portanto, era “apreender a efetividade destas greves metalúrgicas, suas causalidades e componentes teleológicos, significados e desdobramentos” (ANTUNES, 1992, pág. 7).

As greves, como movimentos sociais desencadeados por determinada faixa da classe trabalhadora, têm como motivação objetiva a situação de exploração a que são submetidos os trabalhadores pelas necessidades de acumulação e expansão do capital, que só podem ser atendidas mediante aquela situação, em que se extrai mais-valor do trabalho vivo.

Com elas, os trabalhadores visam, à constatação da própria miséria em face da abundante riqueza material que eles “ajudam” a produzir, um objetivo futuro, a melhoria desta situação, que pode ser expressa em sortida soma de reivindicações, que variam conforme o nível em que se encontra tal exploração, ou seja, as condições de trabalho, de salário, de garantias sociais, etc.; conforme as comparações feitas com a situação de outros trabalhadores, as condições da classe patronal atender a elas e ao tipo de sindicalismo empreendido, entre outros fatores.

Assim, a classe trabalhadora, ao desencadear uma greve, tem um olho no passado e no presente, que representam as lutas anteriores, a situação da classe, suas condições de vida e de sua família; e outro no futuro. Um na causa, o outro nos objetivos. Sendo a causa a exploração e o objetivo referido a ela (a superação da exploração tal qual se dá atualmente), é a mesma que determina o processo. Em meio ao movimento dialético que representam, neste caso, presente e futuro, condições objetivas e idealização subjetiva, as intenções podem se confundir como fator determinante do processo: os trabalhadores *querem* maiores salário, *desejam* trabalhar por menor período, *logo*, realizam as greves. Mas qualquer que seja o desejo dos trabalhadores, por mais forte e justo que se lhe pareça à razão, ele estará, sempre, referido à sua realidade presente, *na base da qual* se elaboram as reivindicações. Se assim não fosse, ter-se-ia que afirmar a autonomia dos objetivos, o que redundaria em contradições um tanto quanto difíceis de imaginar, como, por exemplo, a exigência grevista por direitos que os trabalhadores já têm. Se a causa fosse o desejo, restaria sempre a dúvida: *por que* desejam o que desejam os trabalhadores? É na causa material, portanto, que estão as determinações da busca por melhores condições de trabalho, que os trabalhadores realizam através das greves.

É natural que assim seja, uma vez que, conforme demonstrou Marx, são as condições materiais que determinam a consciência dos homens.³⁰

Antunes, ao querer “apreender a efetividade destas greves metalúrgicas, suas causalidades e componentes teleológicos, significados e desdobramentos” deve apegar-se tenazmente no estudo de suas causas, sob risco de não conseguir apreender nada disso, principalmente seus significados e desdobramentos, sem contar que, não apreendendo bem as “causalidades” do fenômeno, suas causas últimas são suprimidas, comprometendo, num certo sentido, todo o conjunto do trabalho.

Este é começado: realizam-se entrevistas, compilam-se dados, lêem-se livros e mais livros, jornais, anuários, depoimentos, etc., com o intuito de se recolher – e apreender – o conteúdo do melhor material possível, na maior quantidade possível e *suficiente para que* se realizem os objetivos da pesquisa.

O texto girará em torno destes objetivos, explicitando *necessariamente* tudo o que for fundamental à questão e recorrendo às colocações acessórias a título de exemplificação, de esclarecimento, de enriquecimento. Evidentemente, caso não sejam explicitados os pontos fundamentais, e, mais que isso, caso não sejam compreendidos (e redigidos de maneira compreensível ao público visado), constando, apenas, no texto, articulados com os outros tantos pontos de maneira débil ou suposta, então dificilmente se poderá dizer que os objetivos foram alcançados *em sua totalidade*, a não ser que se explicita claramente a abrangência limitada da investigação, o que, de certa forma, não caracteriza o sucesso da pesquisa, e nem exime o autor das críticas ao método utilizado.

Quanto às causas, estas apresentam uma problemática particular: na medida em que não se chega à causa primordial, àquela que dá início ao movimento, cada causa encontrada será ela efeito de alguma outra causa, e assim sucessivamente, até que se encontre a primeira. Por que o homem, ser social, vai ao supermercado? Primeira causa: para fazer compras. Por que o homem faz compras? Para comprar comida. Por quê? Para garantir a sobrevivência. Por que o homem vai ao mercado comprar comida que lhe garanta a sobrevivência? A cada nível do problema, desde o mais imediato até o mais mediato, mais *fetichizado* (no modo capitalista de produção) e, por isso, obscuro, é possível montar toda uma teoria

³⁰ “Para mim, ao contrário [de Hegel], o ideal não é mais do que material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 2010, pág. 28).

complexa, que termine efetivamente na resposta à pergunta que se considera definitiva, para os objetivos propostos. As pesquisas mercadológicas, para o propósito a que se destinam, tratarão das primeiras perguntas e estarão completas se conseguirem achar mais um meio de convencer o trabalhador-consumidor de que ele deve comprar tal ou qual produto. Os apologetas do capitalismo também ficarão satisfeitos com as primeiras perguntas, embora de maneira diversa, obviamente.

O cientista social que efetivamente está preocupado com o ser humano e com a busca da verdade, que se permite e consegue ir à fundo na investigação, procurará compreender a questão acima sugerida e chegará à conclusão última, ou melhor, à *essência* da questão: que o trabalhador vai ao mercado comprar comida para a sua sobrevivência *porque* os produtos do seu trabalho lhe são estranhos, alheios, assim como os meios de produção, de forma que ele *é obrigado* a ir ao mercado, não podendo garantir sua sobrevivência de outra forma, *porque* esta é a configuração das relações de produção – donos de meios de produção de um lado e donos da força de trabalho do outro – que requer o sistema capitalista pra funcionar. É por este motivo, por exemplo, que Ricardo Antunes se utiliza dos conceitos marxistas de fetichização e estranhamento, em outros livros: está efetivamente preocupado em esclarecer a realidade dos trabalhadores, no que não se deixa furtar ao esforço de tentar inseri-los, na análise, na posição real que ocupam na realidade do sistema capitalista, utilizando os conceitos pertinentes.

Como visto, para a compreensão da superexploração é necessário um procedimento similar, sendo sempre possível estacionar em qualquer degrau da explicação, a depender das escolhas do pesquisador e/ou de suas limitações. Ricardo Antunes, certamente, não tem credenciais de limitação suficientes para que possa tergiversar a este respeito: sua utilização parcial do conceito foi escolha sua. Mas esta é uma questão para o final do capítulo.

Com o raciocínio acima feito e de acordo com os objetivos deste capítulo, chega-se à seguinte questão: uma vez que a superexploração do trabalho foi a causa fundamental das lutas grevistas dos operários metalúrgicos do ABC paulista, em 1978, 79 e 80 (ANTUNES, 1992), qual a implicação da não-apreensão do significado efetivo (essência) da superexploração para o entendimento destas greves? A princípio, pode-se responder que, caso o que se designa por superexploração, nesta obra de Antunes, não é, de fato, o que a superexploração

significa em seu sentido original, dado por Marini, ou seja, caso Antunes chame de “superexploração” algo que não é a superexploração, então este “algo”, independente da superexploração *em si*, é o que explica as greves por si só, as quais, portanto, são, desta forma, efetiva e completamente compreendidas. Mas as coisas não são tão simples. Há dois problemas de fundo que persistem a esta resposta primária: ainda não se compreende *por que motivo* Antunes chama de “superexploração” algo que não o é, e não se sabe se o tratamento do fenômeno por ele assim chamado conduziu-o à sua essência e, portanto, ao *real* entendimento das greves que dele derivam, ou se rondou a pseudoconcreticidade do tal fenômeno, finalizando numa pseudo-compreensão da causalidade das greves, se observado que elas deveriam ser vistas como *partes* da realidade social como totalidade histórica, na qual a economia brasileira se integra à economia mundial. Para resolver estes problemas, deve-se passar à concepção que Ricardo Antunes tem, de acordo com seus textos, da superexploração do trabalho.

Tanto em *A rebeldia do trabalho* quanto nas obras posteriores, ele não se atreve a dar uma definição direta e objetiva de “superexploração do trabalho”, mas há indicações suficientes para se chegar a uma conclusão da idéia que ele dela faz. Segundo ele,

Apesar das singularidades que caracterizaram cada uma das paralisações de maio, a causalidade básica, a motivação essencial era manifestada ao voltarem-se contra a compressão salarial. Os operários não mais aceitavam uma política salarial que, ao articular as formas relativa e absoluta da mais-valia, exprimia um cotidiano imerso no mundo da superexploração do trabalho (ANTUNES, 1992, pág. 26).

Nesta citação, há os três elementos básicos de sua interpretação a respeito do fenômeno: compressão salarial, articulação das formas relativa e absoluta da mais-valia e política (econômica) salarial. Há certa dificuldade em se estabelecer qual deles, na sua visão, predomina para explicar a superexploração. Ele diz, por exemplo, que “não se pode deixar de assinalar, sob risco de perda do elemento fundante, que o eixo das Greves de Maio definia-se contra a superexploração do trabalho, contra o arrocho salarial” (op. cit., pág. 27) e que “a campanha de 1973 [...] permitiu a parcelas significativas do operariado [...] a apreensão [...] da superexploração do trabalho, *dada* pela depressão salarial obtida pela manipulação dos índices” (op. cit., pág. 18, grifo de G.B.A.). No primeiro trecho, é evidente uma

correspondência entre os significados de depressão salarial (arrocho) e de superexploração. Nele, caso Antunes quisesse separar estes significados, adicionaria um “e” entre a vírgula e o segundo “contra”. Em outro trecho, há ainda mais forte esta aparente “igualdade” de significados, mas é, entretanto, uma citação de outra obra, de um dos membros de sua banca, o filósofo José Chasin: “a greve operária [...] é, em si, a denúncia e o combate à superexploração do trabalho (arrocho) [...]” (op. cit., pág. 85) – aqui, o arrocho aparece como substituto direto de superexploração do trabalho. Entretanto, no segundo caso já há certa relação de condicionalidade entre arrocho e superexploração, expressa pela palavra “dada”, e não há mais a exata equivalência entre eles.

Observa-se, na passagem seguinte, que a superexploração do trabalho *não pode ser* o arrocho: “a vigência da superexploração no cotidiano das fábricas fazia pulsar o contingente operário em direção à revolta e à rebeldia” (op. cit., pág. 19). Com este outro, esta conclusão fica mais nítida: “a reivindicação operária, [...], era clara manifestação de repúdio à cotidianidade fabril, ao despotismo e à opressão do capital, encarnada na figura daqueles que controlam e fiscalizam a superexploração do trabalho” (op. cit., pág. 84). Ora, se a superexploração se dá no cotidiano da fábrica e pode ser fiscalizada, então ela é antes a “simbiose extenuante e intensificada das formas absoluta e relativa da extração do sobretrabalho”³¹ (op. cit., pág. 37) que o próprio arrocho salarial. *Depois* destas colocações, a passagem abaixo, um pouco mais elaborada (e confusa), colabora com a interpretação do significado que Ricardo Antunes dá ao conceito *superexploração*:

[as lutas dos trabalhadores] visavam dotar os metalúrgicos de um instrumento capaz de possibilitar o embate contra a superexploração do trabalho. [...] a luta contra a opressão e o despotismo fabril [...] inseria-se no processo de denúncia e combate à superexploração do trabalho, uma vez que o despotismo e a opressão exprimiam a forma pela qual, no cotidiano fabril, a expropriação do trabalho se efetivava. E o arrocho salarial era a manifestação mais perversa desta concretude (op. cit., pág. 27-28).

Então, a superexploração do trabalho, para Antunes, pode ser assim definida: é uma forma de expropriação de sobretrabalho que mescla extenuante e intensamente (para o trabalhador) os processos de extração de mais-valia relativa e

³¹ Presente no seguinte fragmento: “[a onda grevista] iniciou a denúncia e a luta contra a política econômica fundada na superexploração do trabalho, na simbiose extenuante e intensificada das formas absoluta e relativa da extração do sobretrabalho, embora não questionasse diretamente o *modo de produção* e a expropriação dessa mais-valia.”

mais-valia absoluta da força de trabalho, remunerando-a, *além disso*, perversamente. No contexto das greves metalúrgicas que ele estudou, o despotismo e a opressão fabris eram a *expressão* da superexploração, pois era através deles e de seus agentes diretos (supervisores e capatazes), que o capital se mostrava aos trabalhadores, na “concretude onde vigora a superexploração do trabalho”.

Em seus trabalhos posteriores, Antunes não dá um passo à frente nesta definição, exceto que apreende, segundo a mesma, a vigência da superexploração após a reestruturação produtiva da década de 1990, em que os capitais do país incorporaram algumas características do chamado *toyotismo*³², entre as quais uma maior utilização de tecnologia no processo produtivo. Em *Os sentidos do trabalho*, por exemplo, quando explica por que os capitais estrangeiros foram atraídos ao Brasil, a partir de 1990, ele afirma:

para os capitais produtivos interessa [...] a vigência da superexploração do trabalho, combinando a extração da mais-valia relativa com a expansão das formas de extração da mais-valia absoluta, isto é, combinando avanço tecnológico e prolongamento e intensificação do ritmo e da jornada de trabalho (ANTUNES, 2009, pág. 233).

Em *O avesso do trabalho*, a superexploração do trabalho é apenas citada, assim como em *A desertificação neoliberal no Brasil*, em *Adeus ao trabalho?*, e em *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*.³³

O terceiro elemento básico da interpretação que Antunes faz à realidade de maior exploração (conforme definido acima) dos trabalhadores – que ele chamou de superexploração –, é a política econômica salarial, que dá-lhe um fechamento, ao ser, no seu entendimento, a *causa* da mesma. Com a citação de mais duas passagens pode-se ter uma noção completa desta interpretação:

Tendo a temática salarial sua causa fundante, assumindo desde logo nítida dimensão *política*, de *confronto* e *ofensividade*, pois voltava-se contra a raiz da política econômica baseada na superexploração da força de trabalho, a Greve Geral metalúrgica de março de 1979, quando vista numa perspectiva globalizante e da totalidade, constituiu-se numa *expressiva vitória* do movimento operário (ANTUNES, 1992, pág. 60-61, grifos do autor).

Nesta primeira, a superexploração é a base da política econômica que vigia na época e, na próxima, ela é ainda mais atrelada à política, definindo-a:

³² Para um aprofundamento sobre a reestruturação produtiva, ver Antunes (2008 e 2009).

³³ Em Antunes (2010, pág. 27; 2005, pág. 102 e 135; 2008, pág. 29 e 171; 2006, pág. 17, respectivamente).

dir-se-ia que o limite da auto-reforma, a partir da intensificação das lutas de classes, seria fazer irrisórias e aparentes concessões “econômico-sociais”, como forma de preservar e manter a política de superexploração do trabalho (op. cit., pág. 65).

Portanto, a superexploração do trabalho, segundo Ricardo Antunes, é uma questão de política, é um tipo de política econômica. E aqui termina seu entendimento a respeito dela.

O que visou a mira analítica de Antunes para assim descrever a superexploração do trabalho? Pode-se dizer que tanto ele quanto Ruy Mauro Marini observaram a forma fenomênica da essência de um problema. O problema, em sua essência, é a *necessidade* que, dentro dos países dependentes, o capital tem em superexplorar o trabalhador, pelos motivos explicitados no capítulo anterior. A forma fenomênica do problema, que é constatada a qualquer breve observação, é a soma das condições de trabalho a que é submetido o trabalhador nessas economias com a remuneração minúscula que recebe. Contudo, enquanto Marini transcende a pseudoconcreticidade do fenômeno, e chega às suas *reais* causas, Antunes estaciona na explicação sociológica, em que o fator político, neste caso, é o que determina o econômico. Isto ocorre porque toda a explicação que Ricardo Antunes oferece sobre a superexploração não trata dela, mas sim da própria exploração. Em outras palavras, falar em “simbiose das formas de mais-valia relativa e mais-valia absoluta” é falar em exploração, porque *a extração da mais-valia sob suas duas formas é a exploração em si*. Então, ao observar que o trabalhador brasileiro sofre uma exploração mais intensa e cansativa que o “normal” e recebe um salário menor que o “normal”, Antunes chama-a de *superexploração*, da mesma forma que poderia dizer “maior exploração”, ou “exploração intensa”, ou “ultra-exploração”, por exemplo, porque, segundo ele, o fenômeno observado é apenas *quantitativamente* distinto da exploração (a rigor: maior exploração). Desta maneira, como se poderiam explicar *a fundo* os motivos pelos quais os trabalhadores brasileiros são em geral escandalosamente mais pobres e explorados que, por exemplo, os dos países centrais, se se considera que a exploração que sofrem é apenas maior que a “normal”? Obviamente, esta explicação é impossível, e deve-se contentar em saber que essa *maior exploração* não é nada mais que o resultado uma política econômica.

Para ser mais claro: a superexploração do trabalho, como visto no capítulo precedente, existia já na economia agro-exportadora. Ela não era somente uma exploração quantitativamente diferente da exploração que Marx indicou em *O Capital* (no qual o modelo de relação de produção era baseado na troca de equivalentes), mas, sim, *qualitativamente* diferente, na medida em que extrapolava seus limites, ultrapassando seu âmbito de explicação e gerando uma realidade específica. Daí nasceu o imperativo de se criar um novo conceito, que distinguisse um fenômeno (a exploração) de outro *dele derivado* (a superexploração) e *dele distinto*. Bem, com a exploração, a maioria dos trabalhadores pode participar da economia como, também, consumidora – o que permite a reprodução do ciclo do capital até certo ponto: o ponto previsto por Marx, a partir do qual se dão as crises do sistema capitalista. Com a superexploração, *de certa forma*, a crise, na economia dependente, é *antecipada*, pois o capital deve fazer face às transferências de valor (o que exige admitir que não se pode entender a economia dependente isolada do mundo, da totalidade) e deve, no caso particular do capital industrial, responder a um mercado já restrito desde seus primórdios, a uma situação de subconsumo das massas trabalhadoras. A resposta do capital a esta situação é a própria superexploração do trabalho, combinada, mais adiante, com o progresso técnico importado. Se não se vê no cotidiano fabril dos trabalhadores dos países dependentes nada além de uma *maior exploração* – como é o caso de Ricardo Antunes – então não se pode ver que nestas economias operam leis próprias³⁴ que ditam o movimento do capital em seu interior, e, assim, a diferença destas economias para as economias avançadas torna-se muito tênue e é muito facilmente interpretada como uma diferença *quantitativa*, o que dá vazão a conclusões ao estilo da Cepal: o subdesenvolvimento é uma etapa para o desenvolvimento³⁵. Ou seja: a limitação analítica de Antunes, que é a omissão do *núcleo* do conceito, ao “explicá-lo”, estabelece um obstáculo intransponível à apreensão das causas *reais* da superexploração e, por isso, ele deve apelar para os “fatores” e dizer que a

³⁴ Segundo Santos (1973, pág. 46, tradução livre): “as leis que regem o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos são específicas, e, enquanto tais, devem ser estudadas – em suas diferentes formas – como leis do desenvolvimento dos países dependentes. Neste caso, pois, não se trata de “aplicar” conceitos genéricos a fatos particulares, mas de redefinir conceitos universais de acordo com algumas situações concretas. O resultado é um novo conceito” – do que é exemplo o de superexploração do trabalho.

Para Marini, “a tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a *legalidade específica* pela qual se rege a economia dependente” (MARINI, 2000b, pág. 164, grifo do autor).

³⁵ Que *não* é uma tese defendida por Antunes, mas sim uma tese que se depreende naturalmente das limitações de sua análise, apresentadas no decorrer deste capítulo.

superexploração é uma política econômica. Pode-se dizer que, *sob este aspecto*, Antunes cai no sociologismo, que “reduz a realidade social a situação, às circunstâncias, às condições históricas, que, assim deformadas, assumem o aspecto da objetividade natural” (KOSIK, 1976, pág. 133).

Seu livro *A rebeldia do trabalho* tem, portanto, este defeito, que se expande quando ele tentará explicar, em um capítulo à parte, a industrialização recente no Brasil, conforme será visto em seguida. Pode-se, aqui, dar uma resposta aos dois problemas levantados antes que se expusesse o raciocínio que levou à definição de superexploração de Antunes. Por que motivo Ricardo Antunes chama de superexploração algo que não é superexploração? Ora, ele assim chama a forma fenomênica da superexploração, que, embora não seja a superexploração, é uma parte dela. Por outro lado, à época, o conceito já estava bem difundido, sendo utilizado, nem sempre com seu sentido original, tanto por estudiosos da realidade social, quanto pelos próprios trabalhadores, como demonstra este fragmento de texto, retirado de um documento da Oposição Sindical Metalúrgica³⁶, anterior a 1978:

Temos suportado uma grande exploração: os baixos salários calculados e controlados pelo governo, o FGTS (que nos tira a estabilidade do emprego), os abusos crescentes nas fábricas no sistema de horas extras, no atraso de pagamento... O lucro é tudo na vida do patrão e para garantir essa superexploração a ditadura considera nossa luta por qualquer reivindicação um atentado contra a segurança nacional: foi proibido o direito de greve, as atividades sindicais são reprimidas e o atrelamento do sindicato ao governo foi reforçado. (OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA, [1965-1978])

Mas, mesmo com estas constatações, e com o fato de que, em *A rebeldia do trabalho*, o conceito em questão esteja inserido num contexto de crítica à política econômica que, segundo ele, colocou a superexploração do trabalho na realidade dos trabalhadores – uma crítica, portanto, ao Estado brasileiro e, de certa forma, ao “capitalismo brasileiro” – não se pode concluir que foi uma utilização sensata. Isto porque, embora o texto de Antunes tenha o mérito de documentar de forma clara a processualidade dos acontecimentos e a *visão dos trabalhadores*, em seu conjunto, a respeito de sua própria situação, ele não conseguiu transcender, *em muito*, a “consciência real, empírica, espontânea [...] e contingencial”³⁷ dos operários, ao tentar superar a pseudoconcreticidade do fenômeno e, assim, realizar efetivamente a função da ciência: atingir a essência. E mais: ele frustrou esta tentativa através de

³⁶ Sobre a Oposição Sindical Metalúrgica, consultar *Oposição Metalúrgica*, em <<http://www.lidas.org.br/>>.

³⁷ Antunes (1992, pág. 37).

um conceito que, se tivesse sido utilizado em seu real significado, com a citação das fontes – de acordo com as “boas maneiras acadêmicas” –, teria impedido a frustração.

A resposta à segunda questão – se, tendo definido algo que não é a superexploração *como* superexploração, Antunes conseguiu chegar à *essência* deste “algo”, mesmo que definido erroneamente – já foi praticamente dada: Antunes definiu de superexploração a forma fenomênica da mesma e não chegou a apreender a sua essência. Desta forma, comprometeu os objetivos de seu livro, conforme será visto mais adiante.

Embora considere a superexploração uma consequência da *política* econômica, Antunes compreende que ela se dá no âmbito da economia. Ele é um sociólogo e a sociologia é só mais um modo de apropriação do mundo pelos homens, é uma atividade humana de criação de um sentido da coisa, que possa reproduzir fielmente a coisa real, intelectualmente (KOSIK, 1976, pág. 28). Sendo uma atividade cujo âmbito de estudo é diferente daquele estudado pela economia (embora se interpenetrem), para a explicação de um fenômeno econômico é necessária uma atividade diversa dela. Ricardo Antunes incluiu no seu livro, assim, um capítulo que trata da “industrialização recente e o estado à época das greves”, para colocar o pano de fundo em que se deram as lutas dos trabalhadores, ou melhor, “[para se] apreender mais efetiva e globalmente a contextualização que possibilitou o afloramento do movimento grevista [...]” (ANTUNES, 1992, pág. 101). Mas, ao redigi-lo, ele teve que desconectar o fundamento econômico das greves – a superexploração do trabalho – do pano de fundo econômico das greves, uma vez que concebeu aquele como mera “política econômica”.

Este capítulo – “Dinâmica e crise da acumulação capitalista industrial: uma síntese” – é um conjunto de constatações de grandes pensadores brasileiros – Francisco de Oliveira, Paul Singer, Florestan Fernandes, José Chasin, entre outros – que ele transcreve, sem, entretanto, articulá-los entre si, e sem indicar claramente como os fenômenos constatados são determinados. Desta forma, a realidade econômico-social do país, que é um todo estruturado, articulado e orgânico, transforma-se, neste capítulo, em um todo desestruturado, desarticulado e inorgânico, visto que o maior número dos fenômenos constatados é apenas isto: constatado, e não *compreendido* dentro da totalidade histórico-concreta.

Certamente, o capítulo tem ser valor crítico, e traduz o pensamento de quem não aceita passivamente as idéias que brotam do *mainstream*, pois as constatações que se fazem têm, em si mesmas, este caráter, e até mesmo de denúncia; contudo, com o conceito que tinha em mãos – superexploração do trabalho –, Antunes poderia ter ido mais longe, poderia ter descrito a realidade da industrialização do Brasil em sua essência. Pode-se dizer que a “totalidade” em que Antunes chegou neste capítulo em que pretendia “apreender efetiva e globalmente” o contexto econômico em que nasceram as greves, perdeu seu caráter dialético, pois é

entendida apenas “horizontalmente”, como relação das partes e do todo, e se desprezam os seus outros caracteres orgânicos; a sua dimensão “genético-dinâmica” (criação do todo e a unidade das contradições) e a sua dimensão “vertical”, que é a dialética de fenômeno e essência (KOSIK, 1976, pág. 63).

Procurar-se-á demonstrar agora os principais argumentos que embasam esta conclusão.

Segundo Antunes,

inserida num quadro de subordinação estrutural [...], a nossa formação econômico-social tem encontrado uma gama de obstáculos e entraves que a tem impedido, até os dias recentes, de constituir e consolidar um processo de industrialização autônomo e auto-sustentado, tendo como núcleo básico o departamento produtor de bens de produção. Isto porque a objetivação do capitalismo no Brasil, pela *via colonial*, deu-se segundo uma trajetória distinta, tanto dos países que percorreram a *via clássica*, quanto daqueles que seguiram a *via prussiana* ou *tardia* (ANTUNES, 1992, pág. 102, grifos do autor).

A tal “trajetória distinta” não é convincentemente explicitada no prosseguimento do texto, o que seria necessário, visto que é ela que explica a não-consolidação de um processo de industrialização autônomo – tanto para ele, conforme se deduz do que está escrito, quanto para esta crítica. No parágrafo seguinte, por exemplo, ele afirma que os “elementos distinguidores” entre a via prussiana de industrialização (que ocorreu na Alemanha, tardiamente em relação à Inglaterra), e a via colonial de industrialização (hipertardia, que é o caso do Brasil), são “evidentes”: uma ocorreu depois que a outra, na “época das guerras imperialistas”. Dizendo isto, ele abandona estes “elementos distinguidores” e passa para “outras especificidades” que “são *fundamentais* para o entendimento da constituição e da inserção da classe operária no capitalismo brasileiro”. Segundo ele,

a especificidade mais importante (deve ser, pois é a única que ele cita, abandonando, em seguida, o argumento) é o fato de que, diferentemente do processo de constituição capitalista nos países centrais, no Brasil “a máquina foi introduzida antes mesmo que o trabalho artesanal individual, aqui praticamente inexistente, e o trabalho manufatureiro, efetivando a subordinação real do trabalho ao capital”, e, assim, “a empresa agrícola foi, desde sua gênese, parte integrante do processo de acumulação primitiva de capital, não tendo vivenciado relações de produção marcadas por laços de feudalismo”. Desta forma ele considera como explicada a “trajetória distinta” e pode, então, “concluir”: “desse modo, enquanto nas vias *clássica* e *prussiana* preservou-se o caráter autônomo do desenvolvimento, na *via colonial* a subordinação ao capitalismo hegemônico foi um traço constante, acarretando desdobramentos decisivos”.³⁸ Passa, em seguida, para a industrialização do período de Kubitschek.

Não é preciso se esforçar muito para perceber que ele não explicou nada com a argumentação, acima reproduzida. Ele *constata* que há uma subordinação estrutural, desde a época da colônia, entre o Brasil e os países centrais. *Constata* que esta subordinação *deve ter* relação com a “objetivação do capitalismo no Brasil, pela via colonial”, “define” a diferença desta via em relação às outras duas dizendo apenas que cada uma ocorreu num período próprio, e somando que a “especificidade fundamental” da via colonial, para a inserção da classe trabalhadora no capitalismo brasileiro, foi o fato de que não houve o trabalho artesanal individual, ele se sente pronto a concluir: “desse modo”, o Brasil subordinou-se desde cedo ao capitalismo hegemônico, não desenvolvendo uma indústria autônoma e auto-sustentada. Em síntese, ele diz que o Brasil, porque se industrializou hipertardiamente (o que é uma constatação que se tira de qualquer livro de História do ensino básico, colocando lado a lado as datas das industrializações), sofre a subordinação estrutural. Trata-se de uma falácia³⁹, porque não explica nem *como*, nem *por que* a estrutura da economia brasileira se subordinou às estruturas das economias centrais. Se tivesse utilizado o conceito de superexploração com seu sentido original, ou seja, com toda a profundidade com que ele explica a realidade das economias dependentes, conforme foi colocado no capítulo anterior, ele poderia

³⁸ Todas as citações deste parágrafo foram retiradas de Antunes (1992, pág. 102-103, grifos do autor).

³⁹ Ou então “Trata-se de uma tautologia, ou seja, somos dependentes porque somos atrasados”, conforme crítica feita por Ouriques (1990, pág. 61, tradução livre) a Paul Singer, que incorreu neste mesmo erro.

ter explicado *realmente* a origem da subordinação estrutural. Lembrando resumidamente: a inserção do Brasil no mercado mundial implicou a desnecessidade, para a realização de seu capital, em se remunerar a força de trabalho pelo seu valor. Logo depois, as transferências de valor passaram a determinar a remuneração da força de trabalho por debaixo do valor, e a superexploração tornou-se o fundamento da dependência. Quando a indústria teve de desenvolver-se, devido a problemas de abastecimento decorrentes da crise de 1929, ela foi desenvolvida mirando o mercado seccionado que a superexploração tinha criado. Quando a economia capitalista mundial se recuperou da Segunda Guerra Mundial, houve o reordenamento da divisão internacional do trabalho, e outras funções, que não a oferta de bens primários, foram delegadas ao país, que foi atendendo-as, ao mesmo tempo obedecendo e recorrendo ao capital externo, e foi aprofundando cada vez mais a dependência, tanto por debilitar sua posição de economia nacional (do que é exemplo a desnacionalização de seu aparato produtivo) quanto por sempre financiar o desenvolvimento dos países avançados com seu próprio subdesenvolvimento. E a superexploração do trabalho foi (e continua sendo) o eixo desta relação de subordinação, de dependência. Ou seja, a “trajetória distinta” não foi apenas “atrasada”: foi fundamentalmente diversa, pois o país teve que lançar mão, desde sua integração ao mercado mundial, de uma superexploração sobre o trabalhador, que foi, *exatamente*, o que conformou sua estrutura subordinada, sobre a qual será construída sua indústria, mais tarde. A superexploração do trabalho, que Antunes cita cerca de 30 vezes durante todo o livro, é, assim, o “elo perdido” entre o desenvolvimento histórico da estrutura econômica do Brasil e sua conformação subordinada – o que ele não consegue enxergar.

Dando prosseguimento à sua exposição, Antunes discorre, com o auxílio de Francisco de Oliveira, sobre o período do pós-guerra, quando a divisão internacional do trabalho foi redefinida e houve, no Brasil, uma expansão intensa do departamento produtor de bens de consumo duráveis, muito superior àquela do departamento de bens de produção. Este, segundo Antunes (citando diretamente Oliveira), “situa-se fora do circuito interno de acumulação” como em “qualquer outra economia dependente”, e é o ingresso de divisas, provido pelas exportações, que financia sua compra. Quando houve obstáculos às “exportações primárias nacionais” a “opção

aqui encontrada deu-se através da recorrência ao capital externo, interessado particularmente em investir no departamento de bens de consumo duráveis”. Houve, então, um processo de industrialização, sem o “rompimento com os laços estruturais de subordinação”, e com o inchamento de alguns setores que se oligopolizaram devido ao incremento tecnológico, “sem falar na existência de um exército industrial de reserva que possibilitou manter extremamente baixos os níveis de reprodução da força de trabalho”.⁴⁰

Há três pontos no parágrafo acima que merecem atenção. Primeiro: a nomenclatura “dependente” à economia brasileira nunca é utilizada pelo próprio Antunes: quando aparece é sempre numa citação direta, e, quando quer expressar a situação de dependência, da maneira que a entende e com as próprias palavras, Antunes fala em “subordinação estrutural”, ou cita o “Terceiro Mundo”. Embora não se queira entrar aqui no mérito de qual definição é a “melhor”, é importante reter que, assim como boicota a teoria da dependência na medida em que utiliza o termo superexploração do trabalho sem nunca se referir à sua origem, ele não utiliza o termo “dependência”, pelo mesmo motivo. Esta conclusão será arrazoada mais adiante.

O segundo ponto é que tanto a superexploração quanto a estratificação do mercado interno não aparecem em sua tentativa de explicar a industrialização até o final dos anos 60, quando se inicia o “milagre” brasileiro. Para ele, estes fenômenos vão aparecer somente com o “novo ‘modelo econômico’ implantado” em 1964, e, mais claramente, em 1968. Há coerência nesta sua opção por indicar um marco inicial para a superexploração, pois ele a considera uma política econômica da ditadura, não podendo, assim, ter existido anteriormente.

O terceiro ponto a observar é a omissão das causas que levaram ao inchamento do setor produtor de bens de consumo duráveis. Ele cita o “interesse do capital externo” e o incremento tecnológico como fatores que levaram a este resultado, mas não explica por que o capital externo se interessou por este setor, como a estrutura da economia “subordinada”, herdada da fase anterior, possibilitou que este interesse se efetivasse, nem diz por que os outros setores não se desenvolveram, nem incorporaram tanto progresso técnico.

⁴⁰ Antunes (1992, pág. 104-105).

Ou seja, tanto a superexploração quanto a estratificação do mercado interno, que já existiam, conforme explicado no capítulo anterior, e que, além de existirem, foram fatores determinantes para o desenvolvimento posterior da indústria, não foram citados. E, o que foi citado – o desenvolvimento desproporcional dos setores, não foi explicado. Assim, a síntese que ele pretendia fazer da dinâmica da acumulação capitalista industrial no Brasil vai se afastando cada vez mais da definição de síntese: “resumo dos tópicos principais ou da *essência* de algo”⁴¹, e fica cada vez mais distante da compreensão do caminho pelo qual o Brasil chegou à conjuntura que imperava quando houve as greves do ABC paulista no final dos anos 70.

Em seguida⁴², Antunes discorre sobre a economia, após a “crise de 64”, em que “erigiu-se um Estado de feição ditatorial – bonapartista – que reorganizou, intensificou e alargou o padrão de acumulação cujo setor mais dinâmico continuou sendo o Departamento produtor de bens de consumo duráveis”.

A criação do FGTS e a intensa reprimenda aos direitos e manifestações dos trabalhadores e dos sindicatos “visavam fundamentalmente o rebaixamento da força de trabalho, através do seu enfraquecimento e desorganização”.

Então, segundo ele,

A feição básica do novo “modelo econômico” implantado pode ser assim configurada: uma estrutura produtiva bifronte onde, de um lado, tem-se a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.) para um mercado interno restrito e seletivo, composto pelas classes proprietárias e parcela significativa da camadas médias. Noutra pólo, tem-se a produção para a exportação, não só de produtos primários, mas também de produtos manufaturados de consumo. O rebaixamento crescente do valor da força de trabalho possibilita, internamente, níveis de acumulação que interessam aos setores monopolistas nacionais e internacionais, além de permitir, externamente, a venda de produtos industrializados a preços competitivos” (ANTUNES, 1992, pág. 107).

Como o setor produtor de bens de consumo duráveis é controlado predominantemente pelo capital externo, o excedente é drenado para fora. Além disso, há recorrência cada vez maior ao capital externo, devido aos déficits do balanço comercial, o que gera sempre maiores pagamentos de juros e amortizações, ocasionando um círculo vicioso.

⁴¹ Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

⁴² Antunes (1992, pág. 106-112).

No que diz respeito à superexploração do trabalho, esta é “um pilar decisivo” do padrão de acumulação, é o “que particulariza o capitalismo do Brasil no seu pólo industrial mais avançado”, após a constatação da “tendência constante de rebaixamento dos salários, a intensificação da jornada de trabalho e o incremento tecnológico”, que este modelo trouxe.

Pode-se, novamente, indicar o caráter crítico do contexto em que o conceito de superexploração está inserido: a superexploração, que tem “como resultante o empobrecimento crescente das massas assalariadas” é o pilar do pólo industrial mais *avançado* do Brasil.

Entretanto, embora o quadro pintado pelo autor, para este período, se assemelhe um pouco mais com aquele descrito no capítulo anterior desta monografia, em que, com o advento da indústria e das novas formas de transferência de valor, a superexploração do trabalho foi *necessariamente* aprofundada, persiste a debilidade fundamental do entendimento de Antunes quanto à dinâmica de acumulação de capital nesta economia dependente: a inversão entre causa e efeito. A superexploração do trabalho não foi *implantada* pelo novo governo, como nos faz crer Antunes: ela já existia desde há muito tempo, conformando de tal maneira o ciclo do capital, as relações de produção e as relações deste país com os centrais, que, ao ser ameaçada pelo governo de João Goulart e pela crescente radicalização das massas, os mais interessados nela – grande burguesia nacional e capital monopolista internacional – não tiveram outra escolha senão lançar mão da força e da violência, constituindo, assim, um Estado ditatorial. Este não poderia *exteriorizar-se* contraditoriamente à sua essência, que era, como se depreende dos fatos, a subordinação aos interesses que se beneficiavam com a superexploração da força de trabalho e com a passividade dos trabalhadores, por mais esforços que o Estado fizesse, através da propaganda na recém criada rede nacional de televisão, para fazer-se ver de outra forma.

A superexploração, pois, não é conjuntural, nem deve ser analisada através de um *estudo de caso*. Ela é o fundamento da estruturação da economia mundial como a conhecemos, em que a uma minoria da população mundial, encastelada nos países centrais, absorve o produto do trabalho e consome a *vida* de bilhões de seres humanos, *desde que* o capitalismo se expandiu por todos os continentes, gerando, assim, as condições objetivas para a exploração de um país por outro.

Se a superexploração é o fundamento da dependência, consoante visto anteriormente, então se pode citar aqui Aníbal Quijano, numa passagem que traduz de forma simples e direta a crítica acima feita: “a problemática total do desenvolvimento histórico de nossas sociedades está influenciada radicalmente pela dependência [e, portanto, pela superexploração do trabalho]. *Este não é um dado externo de referência, mas algo fundamental para explicar nossa história*” (QUIJANO, Aníbal, *apud* SANTOS, 1973, pág. 37, grifos de G.B.A., tradução livre).

De acordo com esta crítica, a superexploração do trabalho, para Antunes, está mais para “um dado externo de referência” que para “algo fundamental para explicar a nossa história”, embora contribua minimamente, nesta sua obra, para explicá-la. Mas aqui entra um novo problema da utilização do conceito de superexploração por Antunes: *de quem* é a história que ele explica? Em *A rebeldia do trabalho*, é a história do Brasil do pós-64, somente, sem nenhuma referência a outros países, ou períodos anteriores. O mesmo ocorre em *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* em que a superexploração do trabalho é “traço constitutivo e marcante do capitalismo implantado em nosso país” (ANTUNES, 2006, pág. 19). A hipótese de que a superexploração do trabalho é uma modalidade de exploração de valor peculiar à forma de acumulação que existia no Brasil no período posterior a 1964 não é nova, mas remonta às sugestões que fizeram Cardoso e Serra na crítica a Marini, já mencionada. O próprio Francisco de Oliveira, que Antunes utilizou em *A rebeldia do trabalho* para colocar quase todas suas preposições a respeito da industrialização no Brasil no período de 1945 a 1964, já havia demonstrado que, neste exato período, que não tem, para Antunes, na maior exploração do trabalhador um elemento importante para explicá-lo, a industrialização na vigência da democracia havia sido empreendida conjuntamente com a compressão dos salários, chegando a cair pela metade o salário real, de 1944 a 1951.⁴³

⁴³ Tal afirmativa está presente em Ouriques (1995), juntamente com a citação de Oliveira: “Podem-se perceber claramente três fases no comportamento do salário real: a primeira, entre os anos 1944 e 1951, em que se reduz à metade o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos 1952 e 1957, mostra recuperações e baixas alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores [...] a terceira se inicia no ano de 1958, e está marcada pela deterioração do salário real, em uma tendência que se agrava depois de 1964” (OLIVEIRA, Francisco, *apud* OURIQUES, 1995, pág. 195, tradução livre).

Marini também já tinha demonstrado este fato, na resposta à crítica de Serra e Cardoso: “o salário mínimo foi reduzido de um índice de 139, em 1959 (1965 = 100), a 89 em 1977 [...] e o salário mínimo real declinou a uma taxa média anual de 6,8%, no período 1959-1964, e de 3,6%, no período 1964-1976”. “[Estes elementos] mostram que o problema da evolução salarial havia sido colocado *antes* da contra-revolução desatada em 1964 e foi na realidade uma das razões que tornou a esta indispensável para a burguesia” (MARINI, 2000c, pág. 217 e 230, grifo do autor).

Nos outros livros, a situação da superexploração muda: em *A desertificação neoliberal no Brasil*, num texto de maio de 2001⁴⁴, ela já é “democratizada”, pois, além de ter como “exemplo a política indecente e indecorosa do salário mínimo nacional”, neste livro, num texto de 2003, essa mesma política de “degradação salarial [...] particulariza não só o capitalismo brasileiro como também o latino-americano (além, naturalmente, do asiático, para não falar do mundo africano)” (ANTUNES, 2005b, pág. 102 e 135, respectivamente). Em *Os sentidos do trabalho*, a “brutal superexploração do trabalho” (ANTUNES, 2009, pág. 228) é o custo da enorme expansão econômica que se dá no continente asiático. Já em *Adeus ao trabalho*, há o “retorno da superexploração em Nova York e Los Angeles”, com o desenvolvimento da acumulação flexível (HARVEY, *apud* ANTUNES, 2008, pág. 29), embora “a superexploração do trabalho [...] particularize o capitalismo brasileiro, cujo salário mínimo é degradante” (ANTUNES, 2008, pág. 171, grifo do autor).

Então, esta é a situação do fenômeno expresso pelo conceito, inserido na história segundo Ricardo Antunes: é uma particularidade do capitalismo brasileiro em seu pólo mais avançado, após 1964, mas também particulariza o capitalismo latino-americano, o asiático e o africano, e, com as transformações recentes no mundo do trabalho nos países avançados, introduzidas com a chamada “acumulação flexível”⁴⁵, a superexploração do trabalho também passou (ou “retornou”) a ser particular destes países, nesta fase. Obviamente, o que é particular a tudo deixa de ser particular, para se tornar geral. Este é só mais um resultado da limitação analítica com que Antunes esfacela o conceito: se a superexploração do trabalho não é tratada na história dos países dependentes, que, *inseridos na totalidade do sistema capitalista mundial*, tiveram de usá-la como um meio particular de acumular capital, um meio diferente (e de forma combinada com) do meio empregado pelos países avançados, ou seja, se ela é desvinculada da realidade humano-social em que surgiu, então ela não é mais nada do que uma “maior exploração” e, como tal, pode ocorrer em qualquer canto do planeta, como de fato ocorre (segundo Antunes). Desaparecem, neste contexto, as diferenças gritantes entre as condições de vida da população dos países dependentes e as dos países avançados, que são apenas mais um reflexo das profundas diferenças entre a história que estas populações

⁴⁴ Este livro é uma compilação de vários textos de Antunes, cuja maioria tinha sido publicada em jornais, de 1990 a 2004.

⁴⁵ Ver Antunes (1992, pág. 23-42).

criaram e pelas quais foram criadas. O fato de que a superexploração, na América Latina, assim como na África e na Ásia, fundamentou, pelas transferências de valor que tornou possível, a melhoria no padrão de consumo dos trabalhadores dos países avançados, amenizando lá as lutas de classes, inexistente igualmente, conforme se depreende da leitura dos textos de Antunes. É assim que a “subordinação estrutural” de que tanto fala em *A rebeldia do trabalho*, é desprovida de fundamento e quase de sentido (que é ancorado unicamente no desenvolvimento pífio da indústria de bens de produção, nos países “subordinados”), e a relação do Brasil, economia dependente, economia-parte, com a economia mundial, economia-todo, é fragilmente desenvolvida em sua análise.

No que fere esta debilidade aos objetivos de *A rebeldia do trabalho*? Em 1869, Marx escrevia a respeito da questão irlandesa:

Durante muito tempo cri que seria possível derrocar o regime irlandês pela ascensão da classe operária inglesa. Sempre expressei este ponto de vista no *New York Tribune*. Porém um estudo mais profundo me convenceu do contrário. A classe operária inglesa *nunca fará nada* enquanto não se livre a Irlanda. A alavanca deve aplicar-se na Irlanda. Por isso tem importância o problema irlandês para o movimento social em geral (MARX, *apud* SILVA, 1978, pág. 244, grifos do autor, tradução livre).

Segundo Ludovico Silva, esta citação, assim como outras dele e de Engels, põe em evidência que os dois haviam entendido que “a exploração de outros países estava permitindo à burguesia dos países avançados da Europa criar uma aristocracia operária que servia de amortecedor às lutas revolucionárias do proletariado” (SILVA, 1978, pág. 244, tradução livre) e que “os operários [ingleses] participam alegremente no festim do monopólio inglês sobre o mercado mundial” (ENGELS, *apud* SILVA, 1978, pág. 244, tradução livre).

Um dos papéis dos países dependentes da América Latina e do restante do mundo não é em nada diverso do papel que representava a Irlanda, naquela época: “importação” das lutas de classes, ou melhor: absorção intensa do aspecto mais vil do sistema capitalista – a exploração do homem pelo homem –, que é o móvel da indignação da classe trabalhadora, capaz de despertar-lhe a consciência combativa, a consciência revolucionária⁴⁶. Então, com o manejo adequado do conceito da

⁴⁶ É só no reconhecimento da própria miséria, em face da riqueza de poucos, que o trabalhador toma consciência das contradições existentes. Segundo Kosik (1976, pág. 224-225, grifo do autor): “o homem liberta a si mesmo no trabalho servil só enquanto: 1) este trabalho se desenvolve como trabalho de mais escravos e não de um único escravo, pelo que se torna potencialmente viável a solidariedade dos escravos; 2) a contraposição real do trabalho

superexploração do trabalho, seria forçoso reconhecer que o Brasil importa muito mais que bens de produção, ou dívidas, ou tecnologia: importa contradições, das quais *relativamente* se livra a classe trabalhadora dos países centrais, e frente às quais os operários brasileiros cruzaram os braços naqueles idos de 1970. A antecipação (e agudização) da crise nos países dependentes, indicada anteriormente, tem sua simetria, tem seu inverso proporcional e necessário na postergação (e amenização) da crise no centro do sistema. É exatamente a admissão deste fato, na análise das greves no ABC paulista, que possibilita vê-las “numa perspectiva globalizante e da totalidade”⁴⁷.

Agora é possível responder à questão que colocou toda esta problemática: uma vez que a superexploração do trabalho foi a causa fundamental das lutas grevistas dos operários metalúrgicos do ABC paulista, em 1978, 79 e 80 (ANTUNES, 1992), qual a implicação da não-apreensão do significado efetivo (essência) da superexploração para o entendimento destas greves?

Quando o significado da causa fundamental de um fenômeno é mal apreendido, será este fenômeno apreendido realmente, em sua essência? Como visto, Ricardo Antunes colocou em sua análise a forma fenomênica da superexploração do trabalho, não compreendendo sua essência, seus fundamentos históricos, sua influência na conformação da estrutura da economia dependente, seu papel na economia mundial, seu efeito de amenizar as lutas de classe no centro do sistema, agudizando-as nos países dependentes, sua determinante função para a implantação e consolidação do setor de bens de consumo duráveis, cujo ramo metalúrgico foi o responsável pelas greves que ele descreve. Pergunta-se: qual a implicação para a compreensão das greves de não se ter compreendido nenhum

dos escravos é o não-trabalho dos senhores, e o trabalho dos escravos é realmente inserido na relação social senhor-escravo; só nesta *relação prática* existe a possibilidade de confrontar, e portanto também de conhecer, as profundas diferenças de condições e de vida; 3) o trabalho do escravo é sentido e compreendido como trabalho servil, e como tal existe na consciência do escravo. Esta consciência constitui um incalculável potencial revolucionário”. Pode-se dizer o mesmo, pelo lado inverso: que o enriquecimento relativo do operariado de um país, pela superexploração do trabalho do operariado de outro, mina o potencial revolucionário da consciência daquele.

⁴⁷ Antunes (1992, pág. 61). A expressão foi utilizada em outro contexto, de que a greve geral de 1979 foi uma vitória; serviu aqui, pois, apenas para ilustrar que a categoria da totalidade estava presente nas preocupações do autor – o que não é exclusivo deste livro. Em *Adeus ao trabalho?*, por exemplo, ele critica o “europocentrismo” de algumas análises sobre o mundo do trabalho e adverte que se deve “pensar a *totalidade do trabalho* em oposição ao *capital social total*, uma vez que, ao se preceder desse modo, torna-se decisivo pensar o trabalho incorporando reflexivamente o chamado *Terceiro Mundo*, que engloba (caso nele se inclua a China) mais de dois terços da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2008, pág. 116, grifos do autor). Entretanto, apesar das críticas, o eurocentrismo, em *seu próprio* trabalho, é evidente, constando sempre sem embasamento e aprofundamento este tipo de advertência vazia.

destes pontos, que constituem aspectos fundamentais do fenômeno indicado como a causa primeira das mesmas? Ora, claramente, é o malogro do escopo visado. A compreensão não foi atingida. O exemplo mais evidente deste fracasso é a descrição que Antunes faz da dimensão política da greve de 1978. Segundo ele, esta dimensão é “resultado direto do questionamento feito à política econômica baseada na superexploração do trabalho” e, dizendo que esta formulação é de Chasin, afirma que este avançou nos “reais significados” ao dizer que “as greves [...] abriram fogo cerrado contra o arrocho, já arrancaram vitórias ponderáveis e estimulantes neste campo, *perspectivaram a inviabilidade da política salarial do sistema e puseram no horizonte a queda da política econômica vigente*” (CHASIN, *apud* ANTUNES, 1992, pág. 31, grifos de G.B.A.). Então, a greve, “embora não questionasse diretamente o *modo de produção* e a expropriação dessa mais-valia” (ANTUNES, 1992, pág. 37, grifo do autor), colocou no horizonte a queda política econômica e, por extensão, a queda da superexploração do trabalho. Os trabalhadores e suas lideranças, que não pautaram “sua ação teleológica com componentes nitidamente *conscientes*”, não superando a “consciência, em si, contingencial” (op. cit., pág. 37, grifo do autor), conseguiram pôr no horizonte a derrocada da superexploração do trabalho no Brasil e, portanto, da estrutura econômica dependente, cujos mecanismos, remontando desde a inserção desta economia no mercado mundial, impregnavam todas as esferas de sua realidade humano-social, e eram defendidos tão ferreamente por poderosos interesses, nacionais e estrangeiros, que estavam em condições de destituir governos e formar outros, com as feições necessárias para prostrar as lutas populares, conforme ocorreu. É a esta conclusão ingênua, um dos “reais significados” e, ao mesmo tempo, um dos desdobramentos das greves, segundo Antunes, que se chega através da utilização indevida do conceito superexploração do trabalho, omitindo seu núcleo e colocando a política econômica como o fundamento do fenômeno que ele explica.

Outro perigo desta interpretação é elevar o representante político da classe trabalhadora, por sua fragilidade, a partícipe na aplicação desta “política econômica”. Ao responder as críticas que lhe fizeram Cardoso e Serra, Marini tocou neste ponto:

Só nos resta chamar a atenção para a tentativa mal disfarçada das *Desventuras* de atribuir à “considerável debilidade dos sindicatos e dos

agrupamentos políticos afins” (junto com o “reacionarismo das forças golpistas” de 1964) a superexploração que sofrem os trabalhadores brasileiros. Levado a seu limite, isso implicaria não só em supor que a superexploração é um efeito mais ou menos casual da luta de classes, sobre a qual o capital não tem responsabilidade direta e que acaba se explicando por si mesma (o fato, por exemplo, de que, segundo as *Desventuras*, os baixos salários se mantiveram porque... o excedente gerado foi aplicado na construção de moradias), mas também atribuir à própria classe operária a responsabilidade por lhe estarem arrancando a pele (MARINI, 2000c, pág. 230).

Novamente, embora Ricardo Antunes não tenha chegado nem perto desta conclusão, nem mesmo tentado “disfarçá-la”, ela poderia ser integrada a sua tese a respeito das greves de uma forma absolutamente plausível, acomodando-se à sua interpretação sobre a superexploração do trabalho.

A debilidade da obra do autor, cuja demonstração, através da indicação do desmazelo com que usa o conceito de superexploração, é o objetivo deste capítulo, em específico, e de todo o trabalho, em geral, encontra-se já explícita nestas últimas formulações. A seguinte passagem, retirada de uma crítica que Nildo Ouriques faz a Plínio de Arruda Sampaio Jr, arremata redondamente a questão, indicando claramente a debilidade do trabalho de Antunes:

Trata-se de uma análise que, finalmente, outorga à política econômica capacidades que ela, em definitivo, não tem. Ademais, não apresenta nunca os pressupostos do desenvolvimento capitalista na periferia; por esta razão tampouco apresenta medidas à altura do problema, que é a superação do capitalismo dependente (OURIQUES, 1995, pág. 209, tradução livre).

Ou seja, esta mesma crítica poderia ser feita a Ricardo Antunes, que afirma *indireta, mas claramente*, que a superexploração do trabalho, ao ser causada por uma política econômica, pode ser eliminada se eliminada for sua causa, ou, o que é o mesmo, se a política econômica for trocada, se for substituída por outra. Esta conclusão é consequência direta de um raciocínio que não apreendeu os fundamentos do desenvolvimento capitalista na periferia (primeira debilidade), e que, *por esse motivo*, não é capaz de fazer indicações sobre a resolução do problema, sobre a superação da dependência (segunda debilidade, derivada da primeira). Destas debilidades nascem outras, como é o caso de se afirmar que a superexploração é uma política econômica. Um exemplo nítido desta incapacidade é sua receita contra o “flagelo do desemprego no Governo Lula”:

Para combater o desemprego, seria necessário avançar na elaboração de uma política econômica alternativa, contrária ao neoliberalismo, cujos pontos centrais podem ser resumidos: primeiro, a eliminação da superexploração do trabalho, iniciando por uma política de salário mínimo que resgatasse em alguma medida a dignidade dos trabalhadores; segundo, a realização uma reforma agrária [...]; terceiro, contrapor-se corajosamente à hegemonia do capital financeiro e especulativo [...]; quarto, recuperar o sentido público, coletivo e social das atividades estatais, contra a lógica privatista [...]. Há, por fim, ainda outra bandeira central: a luta pela redução da jornada de trabalho, *sem redução do salário* (ANTUNES, 2005b, pág. 157, grifo do autor).

Este texto, publicado em 2004, tem, nesta passagem (embora não pareça), um teor um tanto quanto reformista, pois indica o rompimento com os mais críticos fundamentos da dependência *paralelamente* à manutenção da propriedade privada, do Estado, da produção estranhada, ou seja, do sistema capitalista no país. Há, em toda a obra de Antunes, esta intensa contradição entre *querer e poder*: Ao mesmo tempo em que deseja *compreender e criticar* a realidade humano-social, os motivos da tamanha miséria que existe no mundo capitalista, os caminhos passados e os possíveis – o que faz de maneira viva, quase apaixonada, em seus textos, demonstrando assim seu comprometimento pessoal com a questão, ele não se permite *totalmente* esta compreensão, por ter abdicado *não* da teoria marxista da dependência em si, mas sim dos avanços na compreensão a respeito do capitalismo global que esta teoria tornou possíveis a partir dos próprios países dependentes⁴⁸, um dos quais foi a apreensão de um fenômeno no âmbito da produção dos países dependentes – a superexploração do trabalho – que permite a integração destas economias às centrais e que contribuiu decisivamente para que o sistema capitalista tenha conseguido superar todas as suas crises, até aqui.

Talvez este seja o motivo de sua preferência, em outros livros, por analisar as questões “globais” a respeito do mundo do trabalho, declarando, sempre rápida e esporadicamente, que há diferenças entre a exploração do trabalho no centro do sistema e aquela feita no Terceiro Mundo, mas sem embasar tais declarações e sem interligá-las num contexto de totalidade: não teórica, mas de totalidade concreta.⁴⁹

⁴⁸ Segundo Marini, o “traço peculiar da teoria da dependência, qualquer que seja o juízo que dela se faça [é] sua contribuição decisiva para alentar o estudo da América Latina pelos próprios latino-americanos e sua capacidade para, invertendo por primeira vez o sentido das relações entre a região e os grandes centros capitalistas, fazer com que, ao invés de receptor, o pensamento latino-americano passasse a influir sobre as correntes progressistas da Europa e dos Estados Unidos; basta citar, neste sentido, autores como Amin, Sweezy, Wallenstein, Poulantzas, Arrighi, Magdoff, Touraine.

⁴⁹ Antunes, sempre que pode, cita a categoria da totalidade e que há “particularidades”. Por exemplo: “Claro que esta crise (da sociedade do trabalho) é *particularizada e singularizada* pela forma pela qual essas *mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas* afetaram mais ou menos direta e intensamente os diversos países que fazem parte dessa mundialização do capital que é, como se sabe, *desigualmente combinada*. (ANTUNES, 2008,

Reconhece-se, entretanto, que a indicação desta “preferência” tem aqui um *caráter relativo, ilustrativo*, pois embora se tenham lido quatro dos seis livros com que ele apresenta seu trabalho no cabeçalho de seu currículo *lattes*⁵⁰ (os outros dois são *O que é sindicalismo* e *O novo sindicalismo no Brasil*) e mais outros três (dois dos quais com ricas pesquisas objetivas sobre o mundo do trabalho no Brasil – *Riqueza e miséria...* e *O avesso...*, e o outro com profunda reflexão teórica sobre a nova morfologia do trabalho – *O caracol...*) a obra do autor transcende a estes sete livros estudados.

Mas sua orientação (ou desorientação?) a respeito da superexploração do trabalho e das economias dependentes é clara, e foi indicada ao longo do capítulo. O conceito foi desmantelado sob sua pena, e o fenômeno por ele indicado foi arrancado do contexto histórico em que realmente se deu e colocado num fragmento deste contexto: o processo de desenvolvimento das forças produtivas no país a partir da ditadura militar; foi colocado, além disso (e por isso), como efeito da política econômica quando, em realidade, foi uma de suas causas. A racionalização “científica” do fenômeno foi pretensamente atingida por sua descrição como “simbiose extenuante e intensificada das formas absoluta e relativa da extração do sobretrabalho” que é, na verdade, apenas *um passo* na compreensão da totalidade do fenômeno, consoante o que foi visto no capítulo precedente.

Em virtude destes erros metodológicos, as profundas diferenciações e contradições que existem entre as estruturas econômicas dos países dependentes e dos países avançados são como que apaziguadas, vão se misturando e diluindo frente a conceitos que servem para ambas: fetichização, estranhamento, sociedade do trabalho, mundo do trabalho, nova ordem internacional, etc.⁵¹ A compreensão da parte (economia dependente) é abandonada em função de uma alegada compreensão do todo (da economia mundial), o que deságua, ao final das contas, numa “totalidade *abstrata*, no qual o todo foi formalizado face às partes e se atribui um ‘realidade superior’ às ‘tendências’ hipostasiadas. A uma totalidade assim

pág. 201-202, grifos do autor, com exceção do sublinhado). O problema é que *como se já sabe* que a mundialização é desigualmente combinada, é desnecessário explicá-la no *plano concreto*. Isto é, realmente, o que Antunes faz, quando tem que admitir que há diferenças entre os países.

⁵⁰ Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/9707653483059523>>, acesso em 28/03/2011.

⁵¹ Estes conceitos estão presentes, principalmente, em *Adeus ao trabalho*, *Sentidos do trabalho* e *O caracol e sua concha*.

entendida faltam a gênese e o desenvolvimento, a criação do todo, a estruturação e a desestruturalização. A totalidade é um todo *fechado*” (KOSIK, 1976, pág. 63).

Eis aí os prejuízos sofridos pela desfiguração de um conceito ricamente significativo. Mas não são só estes, como se indicará brevemente na próxima, e última, seção.

5.2 A QUE HERANÇA SE RENUNCIOU?⁵²

Pretende-se aqui sugerir um debate sobre as implicações do esquecimento a que foi submetida a tradição de pensamento crítico da América Latina pela maior parte dos estudiosos do país, tendo como exemplo Ricardo Antunes e sua recusa em utilizar corretamente uma das categorias mais significativas propostas por esta tradição – a superexploração do trabalho, desconsiderando sua origem e boicotando a teoria da qual ela nasceu. Uma vez que os objetivos deste trabalho já foram atingidos, não é escopo desta seção estender-se neste debate, mas apenas *sugerir-lo*.

Em “Breve História da Teoria Marxista da Dependência” foi traçado rapidamente o surgimento da teoria marxista da dependência, no fluxo do pensamento crítico latino-americano. Ruy Mauro Marini foi um dos mais importantes pensadores deste movimento de idéias, em que as ciências sociais latino-americanas começaram a demonstrar traços de maturidade inexistentes anteriormente, tal como a integração de várias disciplinas. Segundo Allard,

A partir da década de 1950, as ciências sociais na América Latina deixaram de representar disciplinas isoladas. Começou a haver a necessidade de se eliminarem as fronteiras entre as áreas, para assim se poder ter uma melhor compreensão do complexo tecido social que emergia. Foi dessa forma que a história, a economia e a sociologia se encontraram integradas em diversos trabalhos e livros da época (ALLARD in OSWALD MUNTEAL, 2009, pág. 318).

⁵² Subtítulo inspirado na segunda parte do terceiro capítulo da Tese de Doutorado de Ouriques (1995), chamada *¿A que herancia renunciamos?*.

A perspectiva sistêmica com intrincada interação entre economia e história foi uma das características da pesquisa de Marini que o possibilitaram desvendar a essência do fenômeno da dependência: a superexploração do trabalho. Apesar desta evolução na interpretação da realidade dos países dependentes, Marini reconhecia que muito ainda deveria ser feito, que teoria e práxis deveriam evoluir para que pudessem, juntas, transformar a realidade. Contudo, o pensamento crítico latino-americano, que demonstrava toda força nas décadas de 1960 e 1970, foi solapado, entrou em decadência.

Para Atilio Borón (*apud* WEISSHEIMER, 2005), do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso), há dois fatores centrais responsáveis pelo declínio do pensamento crítico na América Latina: o avanço do neoliberalismo e o pós-modernismo. O perigo do neoliberalismo, segundo ele, está em que é uma corrente de pensamento filosófico e não um programa econômico:

Se fosse apenas isso, seria mais fácil de derrotar. Assim como Marx disse que a economia política clássica era a ciência da sociedade, hoje podemos dizer que o neoliberalismo é a ciência para entender o atual estágio de acumulação do capitalismo. E isso tem influência também nas investigações das ciências sociais (BORÓN *apud* WEISSHEIMER, 2005)

Então, segundo ele, as manifestações do neoliberalismo foram “a barbárie economicista”, que exalta os fatores econômicos no estudo da sociedade; “o individualismo metodológico com o fim dos atores coletivos e das pesquisas feitas coletivamente; o formalismo e a matematização pseudo-científica, entre outras.” Com isso “não há mais sociedade, que passou a ser considerada como uma somatória de indivíduos”.

O pós-modernismo seria caracterizado por um “pensamento de derrota e frustração” e reflete o fracasso das tentativas de superar o capitalismo no período pós-guerra.

Junto a esses dois fatores, veio a indiferença pelas questões relacionadas à estrutura da sociedade e aos seus aspectos históricos – tão presentes na teoria marxista da dependência.

Além disso, verdade e falsidade passaram a ser questões terminológicas, submetidas a um intenso processo de relativização. A partir do influxo dessas duas correntes de pensamento (neoliberalismo e pós-modernismo), o primeiro impacto mais evidente foi a anulação do pensamento crítico que, gradualmente, foi sendo substituído pela cultura da resignação política. A

teoria sobre o triunfo definitivo do capitalismo, explícita na obra de autores como Francis Fukuyama, passou a contaminar também, de modo implícito, outras formulações teóricas. Tudo isso em meio a uma ordem social marcada por uma injustiça poucas vezes vista (BORÓN *apud* WEISSHEIMER, 2005).

Por fim, Borón afirma que as pesquisas passaram a ser realizadas “via consultoria”, pois tanto universidades quanto agências de pesquisa ligadas aos governos começaram a sobreviver de verbas de organismos internacionais como o Banco Mundial, que ditam a agenda das investigações na América Latina e os métodos a serem utilizados nelas.

Pode-se dizer que, neste esforço por fragilizar o pensamento crítico latino-americano, constituiu fator-chave a restrição à obra de Marini, por sua importância à compreensão de nossa realidade. Sobre ela, especificamente, Martins e Valencia (2009 pág. 13) vão na mesma direção que Borón e, além de citarem o neoliberalismo como um de seus causadores, incluem o golpe militar de 1964, com o consequente exílio, e a ofensiva da Fundação Ford com seu “apoio a um enfoque analítico que fragmentasse as ciências sociais em disciplinas relativamente autônomas e impedisse uma compreensão globalizante de nossa formação social” (MARTINS & VALENCIA, 2009).

É neste ponto que se pode incluir Ricardo Antunes e o boicote de que participa em relação à obra de Marini. Não negando o valor crítico de seus livros, mas sim considerando a existência de diversos graus de crítica e aprofundamento na pesquisa social, pode-se dizer que Ricardo Antunes contribuiu ao declínio do pensamento crítico latino-americano, por mistificar a origem do conceito que utiliza – a superexploração – e seu sentido integral, mesmo conhecendo sua origem e sua importância.

Em 2009 a Boitempo e a editora da PUC editaram um livro chamado *A América Latina e os Desafios da Globalização (Ensaio dedicado a Ruy Mauro Marini)* que, segundo Antunes

é parte de um esforço importante para recuperar um dos pensamentos marxistas mais originais que floresceram na América Latina, focados na análise crítica da *economia política da dependência*. Ruy Mauro Marini (junto com Theotonio dos Santos), saiu do Brasil depois do Golpe militar de 1964 e tornou-se responsável por uma reflexão que rapidamente se espalhou por toda a América hispânica. (ANTUNES, 2009b).

É curioso imaginar de que forma Antunes consegue reconhecer a importância da obra de Marini em uma resenha e, ao mesmo tempo, boicotá-la em toda sua obra. Mais curioso é pensar que ao citar, na resenha, o seguinte trecho escrito por Munteal, Antunes faz-se uma autocrítica implícita:

Ruy Mauro Marini, escreve Munteal, sofreu dois exílios ao longo da vida. O primeiro, pelas ditaduras militares no Brasil e boa parte da América Latina. O segundo exílio, em função de um silêncio imposto pelos seus próprios colegas na universidade (MUNTEAL, *apud* ANTUNES, 2009b).

Silenciando a respeito da superexploração do trabalho, como observado anteriormente, Antunes foi partícipe do segundo exílio que sofreu Marini, e, portanto, contribuiu ao esquecimento da vertente crítica do pensamento latino-americano. Tanto maior é esta “contribuição” quanto mais conhecida torna-se sua obra – o que foi exatamente o caso da obra de FHC, que ao contar, através do Cebrap, com vultosos investimentos da Fundação Ford e com a investida neoliberal da qual tomou partido, pôde se tornar mais célebre, mais conhecida e, portanto, obscurecer o papel fundamental do veio marxista da teoria da dependência, que era um de seus objetos de crítica infundada.

Eis aí um prejuízo que afeta não a obra de Antunes internamente, mas a própria ciência social latino-americana. A herança esquecida da teoria marxista da dependência significou um passo atrás no conhecimento, um retrocesso, sendo ainda mais necessário “repensar as ciências sociais praticamente partindo do zero”, como nos indica Borón (*apud* WEISSHEIMER, 2005).

6 CONCLUSÕES

É sempre delicado criticar o ponto de vista alheio, embora seja, muitas vezes, necessário. A necessidade está no querer-se compreender, questionar para avançar, esclarecer fatos, ajuizar manifestações de pensamentos diversos. A conformidade nunca produziu nada novo, e se o mundo está como está há tempos, muito provavelmente não é a velha fórmula que irá transformá-lo, não será ela a reverter todo o processo, nem a confessar seus erros perante os homens. Como afirma Kosik (1976), o sistema criado pelos homens atingiu um tal nível de automatismo que é necessária uma práxis revolucionária para que se possa mudá-lo, tornando-o efetivamente racional do ponto de vista humano – e não do matemático-racionalista. Práxis revolucionária requer confrontação com a realidade vigente; a confrontação supõe a crítica; a crítica, coragem.

Ricardo Antunes procurou sempre ser crítico: a evidência desta afirmação é sua própria obra; toda crítica, entretanto, é limitada, comportando espaço para a crítica da crítica e assim sucessivamente, até onde não se sabe.

As limitações de sua obra, tendo em vista a abordagem que aqui se escolheu para indicá-las, decorrem da utilização improcedente do conceito superexploração do trabalho e atingem o foco de seus estudos, que giram em torno das relações de produção, do “mundo do trabalho”. A concepção de realidade social como totalidade histórico-concreta, fundamental à utilização certa do conceito, embora enunciada em várias de suas obras, não foi por ele utilizada para analisar o contexto do fenômeno que ele observou, impedindo, assim, que ele questionasse o uso que fazia do conceito, uma vez que em sua obra este descreve um fenômeno

que não tem uma raiz histórica específica e clara, não tem relação nenhuma com o caráter “subordinado” (dependente) da economia brasileira, nem com a forma como a indústria aqui se desenvolveu. A superexploração é uma parte de relação frouxa e insustentável com o todo.

O direcionamento que Antunes deu à sua tese no afã de descortinar as *causas reais* das greves no ABC paulista não poderia prescindir de uma decisiva disposição em separar o joio do trigo, a essência da aparência. Esta disposição ele teve. Infelizmente, ao tratar de assuntos econômicos, Ricardo Antunes deixa a desejar e toma o partido dos que se utilizam de conceitos imprescindíveis, cunhados no hercúleo esforço para se romper com a colonização de cérebros em nossos países, transformando-os em brinquedos da linguagem, recursos literários sem passado nem conteúdo.

Conforme se pôde discorrer no capítulo quarto, a superexploração do trabalho, como categoria, é ferramenta analítica indispensável para se explicar sobre que fundamentos o sistema capitalista se desenvolveu como uma estrutura *global*. A categoria “exploração” tem, também, esta importância que é, entretanto, mais teórica e menos histórica que a outra. As diferentes formações econômicas que cada uma engendra, com claras particularidades, apontam para a necessidade em diferenciá-las *qualitativamente*. O progresso teórico tornado possível pela teoria marxista da dependência indicou em que ponto a superexploração se diferencia da exploração: a primeira transgride a lei do valor, enquanto que a segunda a obedece.

Os efeitos desta transgressão vão muito além da teoria. O desenvolvimento da indústria nos países dependentes o demonstrou, e a superexploração do trabalho cobrou seu preço na ciranda de satisfazer ambas as necessidades de acumulação interna e externa do capital: mais superexploração e mais dependência.

Ricardo Antunes passou por cima de todo este progresso na compreensão da *realidade* dos trabalhadores que ele entrevistou, cuja luta, no final da década de 1970, foi só a manifestação da superfície desta realidade, para se evocar o direito de criar ele mesmo um significado para a superexploração do trabalho: “simbiose extenuante das duas formas de mais-valia: absoluta e relativa”. Ao boicotar a teoria da dependência, abriu mão de explicar a causa concreta da maior exploração que sofriam os trabalhadores brasileiros, e sabendo ser necessária uma explicação coerente para o fato, buscou uma no sociologismo: o fator político, desta vez,

determinou que as relações de produção se dessem daquela forma. Então, a superexploração do trabalho é uma política econômica, e explicada está. Está? Em verdade, a superexploração do trabalho é a própria causa da política econômica, não seu efeito: ao ser necessária para o fim último de todo o sistema capitalista – a acumulação – a superexploração do trabalho requer instituições políticas que a mantenham, tanto quanto teorias sociais que a legitimem. Dizer que a “culpa” é da política, mesmo que se façam e desfaçam governos e regimes, mesmo que as condições econômicas melhorem, mesmo que se reconheça que há superexploração espalhada pelo mundo, mesmo que já se tenha descoberto a relação entre super e infra-estrutura e a origem material da superexploração, como faz Antunes, é legitimar a própria superexploração *no seguinte sentido*: ignorando conscientemente as causas reais da superexploração, desiste-se de encontrar e indicar os reais caminhos para enfrentá-la e criam-se teorias inócuas que despistam os esforços de quem as segue, ajudando na perpetuação do fenômeno que se queria abolir. Querer sem saber não é poder.

A superexploração do trabalho, segundo a visão de Antunes, explica as greves que ele descreveu? Do ponto de vista dos trabalhadores, obviamente. E do ponto de vista da ciência? Se a teoria marxista da dependência, como afirma Marini, deve ainda ser desenvolvida, é porque ainda há muito que se descobrir. Porém, quanto à superexploração do trabalho, houve já um avanço indiscutível, já se sentiu o gosto em se poder explicar *por que* nossos trabalhadores são superexplorados – e quando se conhece o gosto de algo, este algo passa a ter um poder sobre nós: o de nos fazer falta quando dele precisamos. Uma leitura atenta de *A rebeldia do trabalho* nos causa a forte impressão de que muitos elos da cadeia explicativa ali elaborada estão faltando, tendo seus lugares preenchidos por anéis de fumaça. Causa e efeito não foram respeitados, essência e aparência se confundiram, a História foi deformada, pontos fundamentais foram negligenciados, a totalidade não foi contemplada e a base da economia perdeu o valor que tinha para Marx – cujo trabalho é referência em todas as obras de Antunes. A utilização indevida de uma categoria – a superexploração do trabalho –, ao ser descoberta, demonstrou estes equívocos, pôs à mostra a debilidade da obra do autor, no que diz respeito à configuração da economia mundial: Antunes não compreendeu os fundamentos desta, nem pode indicar formas de superar a situação de miséria em que a maioria

da população mundial se encontra, espremida nas favelas sempre em crescimento de todos os continentes, mesmo que o queira.

Um possível tema para futuros trabalhos poderia versar sobre os últimos avanços do pensamento crítico latino-americano voltado à economia. Ricardo Antunes, provavelmente, não se enquadraria nele. Embora seja crítico, tudo indica que os prejuízos causados pela desfiguração de um conceito e o abandono de uma teoria – ambos importantes para nosso pensamento crítico – sejam maiores que os progressos obtidos por ele em suas obras. Como os prejuízos muitas vezes são contabilizados como “o que não se fez” – o que requer imaginação, e os benefícios o sejam como “o que se fez” – o que requer olhos, é mais fácil apontar os últimos, motivo pelo qual apenas indicamos uma conclusão, não tendo tido a pretensão de julgar toda a obra deste importante sociólogo brasileiro.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. 2ª ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 1992.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005b.

_____. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Resenhas**. Resenha de: MARTINS, C. E. ; VALENCIA, A. S. (Org.) A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro REVISTA Soc. Bras. Economia Política, Rio de Janeiro, nº 25, p. 139-145, dezembro de 2009b.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo & SILVA, Maria A. Moraes (Org.) **O Averso do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. 2. ed. Cidade do México: Ediciones Era, 1983.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Pensamento crítico precisa ser reconstruído na América Latina**. Entrevista concedida por Atilio Borón ao jornal Carta Maior, em 25 de agosto de 2005. Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3725. Acesso em 01 de junho de 2011.

BUENO, Fábio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana. O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho. **Anais do IV Simpósio de Lutas Sociais na América Latina**. Londrina: UEL, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/>>. Acesso em 14 fev. 2011.

DIAS CARCANHOLO, Marcelo. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARTINS, C. E. ; VALENCIA, A. S. (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

DIEESE. **Anuário dos trabalhadores**: 2008. 9. ed. São Paulo: DIEESE, 2008.

Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 9ª reimpressão, 2011. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 19ª edição, São Paulo: Cortez, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. 2. ed. , Cidade do México: Siglo XXI Editores, 1974. Cap. 1. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em 14 fev. 2011.

_____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**. Cidade do México: Ediciones Era, 1979a, nº20, p. 18-39. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em 14 fev. 2011.

_____. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Úrsula (Coord.), **Mercado y dependencia**. Cidade do México, Nueva Imagen, 1979b. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em 14 fev. 2011.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**. Cidade do México: Ediciones Era, abr.-jun. 1997. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em 14 fev. 2011.

_____. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes; Buenos Aires: CLACSO, p. 11-104, 2000a.

_____. Dialética da dependência. In: _____, **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes; Buenos Aires: CLACSO, p. 105-166, 2000b.

_____. As razões do neodesenvolvimentismo. In: _____, **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes; Buenos Aires: CLACSO, p. 167-242, 2000c.

_____. O conceito de trabalho produtivo. In: _____, **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes; Buenos Aires: CLACSO, p.243-254, 2000d.

MARINI, Ruy Mauro. **Memória**. Arquivo pessoal, s/d. Disponível em <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>.

MARTINS, Carlos Eduardo. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: MARTINS, C. E. ; VALENCIA, A. S. (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MARTINS, C. E. ; VALENCIA, A. S. (Org.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. 27. ed., 2v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Organização Internacional do Trabalho. **Relatório global sobre os salários 2010/11**: políticas salariais em tempos de crise. Genebra: *Bureau* Internacional do Trabalho, 2010. Disponível em <www.ilo.org>. Acesso em 27 de fevereiro de 2011.

_____. **Duração do Trabalho em Todo o Mundo**: Tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada. Secretaria Internacional de Trabalho, Brasília: OIT, 2009. Disponível em <www.oit.org>. Acesso em 27 de fevereiro de 2011.

OSÓRIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: MARTINS, C. E. ; VALENCIA, A. S. (Org.) **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a

Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MUNTEAL, Oswald. Ser ou não ser subdesenvolvido: a dialética da dependência e a história do Brasil. In:_____. **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

OURIQUES, Nildo Domingos. **La teoría marxista de la dependencia**: una historia crítica. Tese (Doutorado em Economia). Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 1995.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SANTOS, Theotonio dos. **Dependencia y cambio social**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1973.

SERRA, José & CARDOSO, F. Henrique. *As desventuras da dialética da dependência*. In: **Estudos Cebrap 23**. São Paulo: Cebrap, s/d, p. 33-80. Disponível em http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?area=7&pagina=31&item_biblio=338. Acesso em 27 de fevereiro de 2011.

SILVA, Ludovico. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos**. Caracas: Monte Avila Editores, 1978.